



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 017 - TERÇA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI) 4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE) Suplentes de Secretário 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 20 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

EXPEDIENTE	
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 16ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE MARÇO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Comentário a artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, de autoria de Ban Ki-Moon, Secretário-Geral das Organizações das Nações Unidas, a respeito da crise econômica mundial. Importância da educação para o desenvolvimento do País. 03297

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da participação de S. Ex^a, na última quinta-feira, em sessão da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. Questionamento acerca de notícias anunciadas pelo Presidente Lula e pela Ministra Dilma Rousseff, sobre o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. 03300

SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com a questão do desemprego no País e defesa do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2009, de autoria de S. Ex^a, que cria incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para manutenção do emprego e do valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional. 03303

SENADOR JOÃO RIBEIRO – Apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, em favor da promulgação da proposta de emenda à Constituição dos vereadores. 03311

SENADOR ALVARO DIAS – Considerações sobre os repasses de recursos do Governo Federal ao MST. Anúncio do reencaminhamento ao Procurador da República do Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra. 03315

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Preocupação com a falta de água potável no mundo. Registro da realização da quinta edição do Fórum Mundial da Água, em Istambul, Turquia, de 16 a 22 de março de 2009. Defesa do Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2008, de autoria de S. Ex^a, que trata da valorização da água e garantia de renda para aqueles que preservem os mananciais e cursos de água. 03319

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Processo nº 19.478/08-9, referente à concorrência nº 24/2001-SSR-MC, re-

lativa ao Serviço de Radiodifusão em frequência modulada na cidade de São Gonçalo-RJ, contido no Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2006, de interesse do Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. 03323

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 127, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon e outros senhores senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Secretário da Receita Federal Osiris de Azevedo Lopes Filho*. .. 03323

1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Considerações sobre o anúncio da redução dos subsídios aos agricultores americanos. 03323

SENADOR MÃO SANTA – Comentário sobre matéria do jornal **O Globo** de hoje, intitulada “Investimentos em marcha lenta nas rodovias. Apesar do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, gasto com rodovias é baixo, se comparado às verbas destinadas nos anos 70”. Críticas à situação precária das estradas no Piauí. 03327

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Relato de visita feita por S. Ex^a à Zâmbia. Preocupação com a subutilização do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. Leitura de requerimento de voto de pesar pelo assassinato do Presidente de Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira. 03331

SENADOR GILVAM BORGES – Justificação pela apresentação de projeto de lei do Senado, que autoriza o Governo Federal a criar o Programa Bolsa Ecologia para a Amazônia Legal. 03335

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa de projeto da autoria de S. Ex^a, que cria um adicional tarifário para incentivar a aviação regional. 03338

SENADOR JAYME CAMPOS – Preocupação com os altos índices de acidentes nas rodovias federais brasileiras. Pedido de providências enérgicas no sentido de garantir investimentos para a construção de uma malha viária compatível com as exigências da economia brasileira. 03340

SENADOR JOSÉ NERY – Manifestação de pesar pelo assassinato do Presidente de Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira. Defesa do afasta-

mento do Diretor-Geral do Senado, Agaciel Maia, durante a investigação de denúncias publicadas na imprensa..... 03343

1.2.5 – Comunicações

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituições de membros para integrarem as Comissões Permanentes. (Ofícios nºs 22 a 25 e 28 a 34, de 2009, de 17 e 18 de fevereiro último). 03345

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicações de membros para a Vice-Liderança do Partido. (Ofício nº 26/2009, de 17 de fevereiro último). 03356

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicações de membros para a Vice-Liderança do Bloco da maioria. (Ofício nº 27/2009, de 17 de fevereiro último). 03357

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 128, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, *solicitando voto de pesar ao povo e ao Presidente da Assembleia Nacional da Guiné-Bissau pelo falecimento do Presidente João Bernardo “Nino” Vieira*. 03357

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Resolução nº 5, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior. . 03357

Recebimento de Carta do Presidente do Partido Popular – COPEI, no Estado de Barinas, Venezuela. 03358

1.2.8 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2009, de autoria do Senador Gilvam Borges, que *autoriza o Governo Federal a criar o Programa Bolsa Ecologia para a Amazônia Legal*. 03360

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 03372

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

2.1 – Secretaria-Geral da Mesa (Itens 2.1.1 e 2.1.2, publicados em suplemento a presente edição)

2.1.1 – Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal e Congresso Nacional, e correspondências expedidas, no período de 1º a 28 de fevereiro de 2009.

2.1.2 – Atas de Comissões Permanentes

3 – ATOS ADMINISTRATIVOS

3.1 – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos

Termo de Eliminação de Documentos nº 1, de 2009 (período compreendido entre 1965 a 2003). 03382

4 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO

4.1 – Grupo Brasileiro da União Interparlamentar

Ata de Reunião da Comissão Deliberativa, realizada em 17 de fevereiro de 2009. 03383

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS DO PARLAMENTO

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 16ª Sessão Não Deliberativa em 2 de março de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência da Sra. Serys Slhessarenko e dos Srs. Mão Santa,
Papaléo Paes, Gilvam Borges e Mozarildo Cavalcanti*

*(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 2 minutos,
e encerra-se às 19 horas e 17 minutos)*

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, por permuta com o Senador Eduardo Azeredo.

V. Exª terá, regimentalmente, vinte minutos para seu pronunciamento, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Papaléo Paes, Srs. Senadores Mão Santa e Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, semana passada, o jornal *Folha de S. Paulo* fez publicar um artigo extremamente atual, de autoria de Ban Ki-Moon, Secretário-Geral da ONU e ex-Ministro de Relações Exteriores da Coreia, texto igualmente subscrito pelo ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos Al Gore. Na realidade, o artigo se voltava para analisar questões que, agora, aparecem com muita intensidade vinculadas à crise mundial que assola todos os países, uns mais, outros menos.

Ban Ki-Moon e Al Gore dizem, nesse artigo, que “os planos de estímulo econômico estão na ordem do dia. É normal que seja assim, em um momento em que os governos do mundo inteiro procuram fazer arrancar de novo a economia mundial”.

E acrescenta mais adiante: “A coordenação é também vital para reduzir a volatilidade financeira, as corridas às moedas e a inflação galopante, bem como para gerar confiança entre consumidores e investidores.”

Afirma o texto que é fundamental a adoção de “políticas em favor dos pobres. Em grande parte do mundo em desenvolvimento, os governos não têm possibilidade de contrair empréstimos ou de imprimir dinheiro para atenuar os efeitos devastadores dos choques econômicos.” [...] “Isso significa aumentar a ajuda externa ao desenvolvimento. Significa reforçar as redes de segurança social”.

Na minha opinião, significa também, e sobretudo, dar prioridade à educação.

É oportuno repetir, Sr. Presidente, que carências acumuladas em educação em geral e formação profissional especializada são entraves à revolução digital. Temos no Brasil um grande fosso digital, infelizmente, ainda. O acesso às tecnologias modernas torna-se um dos principais instrumentos da democratização ao potencializar a igualdade de oportunidades.

A educação, como sabe V. Exª, nobre Senador Papaléo Paes, não é só um conjunto de valores intelectuais adquiridos, mas também de valores vividos e valores orais herdados ou escolhidos ao longo do curso de toda a vida. É por isso que, sem exercício da liberdade, não pode haver educação. Educação, como certa feita escreveu Paulo Freire, deve ser compreendida como prática da liberdade.

Nesse sentido, a educação como ciência é, cada vez mais, um valor que universalmente deve ser compartilhado. Assim como não há fronteiras políticas e ideológicas a separar o conhecimento científico, também não deve haver limitações para que se entenda educação como parte essencial da cultura de cada povo, de cada região, ou, se quisermos, de cada etnia.

Como todo homem pertence a uma determinada etnia e a soma dessas culturas faz parte do patrimônio comum da humanidade, os seus resultados podem e devem ser compartilhados e desfrutados por todos como forma de enriquecê-las, preservá-las e disseminá-las.

Educação – frise-se – mais do que o ensino, lida com valores, do mesmo modo que a cultura trata de crenças, hábitos e costumes. É por isso que os comportamentos coletivos terminam sendo resultado da interação entre a cultura e a educação. A cultura política como a cultura cívica são partes desse conjunto de valores que toda civilização cultiva, propaga, conserva e transmite de geração em geração, recriando-a de forma permanente.

A educação, para a democracia e tecnologia, através da ação do Estado em articulação com a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, apresenta-se como o melhor caminho. Os setores carentes são os que mais precisam de preparação intelectual e treina-

mento específico para eficaz acesso aos computadores, que devem ser disseminados pelas escolas de todas as classes sociais.

Temos de ultrapassar a herança da escravidão, considerada por Joaquim Nabuco a mancha que perduraria por várias gerações. Já tarda a sua superação. Ela deve ser também por mérito, ao lado de outros critérios que a completem. Inegavelmente, os índios e afrodescendentes são historicamente os mais prejudicados e merecem o reconhecimento de seus direitos. A discriminação econômica está, desde as bases, ligada à discriminação racial. Uma não existiria sem a outra.

O caminho da ascensão social passa, Sr. Presidente, pela igualdade jurídica, participação política e igualdade econômica rumo ao término na discriminação dos salários contra maiores oportunidades de emprego e participação na vida pública. Os índices sociais econômicos e desenvolvimento humano pesquisados pelo PNUD – leia-se, portanto, pela ONU, posto que o PNUD é um órgão da ONU – demonstram quanto ainda são negativos entre nós.

Temos de convir que a exclusão social, embora dramática sob o ponto de vista da desigualdade de oportunidades que se cristalizou como marco diferencial de nossa civilização, gerou consequências que contribuem para agravar a discriminação racial. É uma espiral perversa que não será vencida, se nos ativermos às consequências sem remoção das causas. O Brasil terá de convencer-se de que os negros e seus descendentes deixarão de ser minoria no novo século, isto é, no século em que estamos vivendo, pois já representam maioria em três das cinco grandes regiões brasileira.

Sr. Presidente, de acordo com o IBGE, temos cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. E, na forma de levantamento do IBGE, fica evidente que, em três das cinco macrorregiões brasileiras, os negros e seus descendentes já são maioria. Significa dizer que o Brasil é, certamente, o país fora da África que mais têm negros e afrodescendentes.

Não tenho dúvida de que, se não tivesse havido discriminação econômica, não teria havido exclusão social. Sem uma e a outra, a discriminação racial não teria encontrado o campo em que plantou raízes. O caminho da ascensão social, da igualdade jurídica, da participação política terá de ser cimentado pela igualdade econômica, que, em nosso caso, implica oportunidade de emprego e participação na vida pública.

Recente pesquisa publicada em jornais do nosso País demonstra que apenas 41% dos municípios brasileiros elaboraram o Plano Municipal de Educação,

o que é objeto da maior preocupação, porque o art. 88 da Constituição Federal determina autonomia na elaboração do referido plano. E mais, os Municípios foram considerados pela nossa Constituição como entes federativos. Daí a sua maior responsabilidade no ato de governar.

Para se ter uma idéia do déficit qualitativo educacional, lembre-se que 1/5 dos alunos em escolas públicas nas capitais brasileiras aprendeu o que devia. Vale dizer que nós ainda precisamos investir muito na melhoria da qualidade do ensino. Cerca da metade dos concluintes do curso de ensino fundamental chega ao término sem saber ler nem escrever. Nas 27 capitais brasileiras só os alunos das escolas públicas do Recife, Florianópolis, Boa Vista, Campo Grande e Cuiabá – eu me refiro à pesquisa que acabei de mencionar – conseguiram aprender o suficiente em Língua Portuguesa na 4ª série; e na 8ª, apenas 3 de 10 alcançaram conhecimento suficiente no idioma.

Entre os anglo-saxões prossegue como básico o que eles denominam educação liberal, no sentido de formação humanística e cívica preparatória para o melhor domínio da tecnologia e no mundo da cultura.

Anísio Teixeira, o grande educador brasileiro, ao lado de Paulo Freire, de Nina Rodrigues e tantos outros, foi o pioneiro desse tipo de educação entre nós. Ele escreveu várias vezes que educação não é privilégio e ela deve se destinar à democratização. Ao alcançá-la, o Brasil terá cada vez mais paz interna e projeção internacional.

Francis Bacon, no Renascimento inglês, já dizia que saber é poder. Aliás, de alguma forma, frase semelhante produziu Norberto Bobbio, quando vaticinou que o mundo vai dividir-se entre os que sabem e os que não sabem. Isto é, em função das grandes revoluções decorrentes da grande transformação tecnológica que vive o mundo, o poder certamente vai depender do saber. Ou seja, o mundo vai dividir-se entre os que sabem e os que não sabem e não podemos perder espaço nessa grande concorrência que ocorre em todo o mundo.

É bom lembrar que, como “saber é poder” – repito com Francis Bacon – é fundamental estar atento aos baixos níveis de desenvolvimento social e humano já referidos, e ao fraco poderio científico e tecnológico brasileiro em quantidade de cientistas e engenheiros empregados nas pesquisas e aplicações práticas. Uma nova dimensão está intrinsecamente conectada com a outra. Não podemos nem devemos separá-las.

O Brasil pode superar nossos déficits sociais e tecnológicos porque conseguimos nos transformar numa das dez maiores economias do mundo, graças

ao Plano Real, agora completando 15 anos de existência. Convém aqui citar trecho de artigo intitulado Plano Real, 15, de autoria de Gustavo Franco, na *Folha de S. Paulo*, de 1º de março: “Ontem dia 28 de fevereiro de 2009, completamos 15 anos da publicação da medida provisória nº 434, que introduziu a URV (Unidade Real de Valor)”

É sempre bom lembrar que, como consequência da aprovação de emenda de revisão, tornou possível que implantássemos o Fundo Social de Emergência, que permitiu fazer que se lançasse em 1º de julho de 1994, o Plano Real, que é, seguramente, o mais bem-sucedido programa de estabilidade econômica e estabilidade fiscal que o País conheceu.

Sr. Presidente, concluo insistindo na importância do papel da educação no Brasil, que continua a ser ainda um desafio ainda não respondido. Para que tal aconteça é fundamental que consigamos tornar realidade fática as conquistas da Carta de 1988, especialmente as relativas aos artigos 3º, 5º e 7º, para a superação das disparidades sociais com as quais ainda convive o nosso País. Daí considerar que a questão educacional e o desenvolvimento científico e tecnológico não são somente urgentes, mas igualmente essenciais.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Marco Maciel, permite-me um aparte no seu tempo ainda?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois, não. Com prazer, nobre Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Marco Maciel, quero primeiramente cumprimentar V. Exª pela oportunidade do pronunciamento. Se é um Parlamentar negro que vai à tribuna e fala sobre o preconceito racial, sempre há alguém a dizer: “Já vêm eles com a história do preconceito!”. V. Exª é um estadista na Casa – ninguém tem dúvida. Vice-Presidente da República, V. Exª, que de forma interina e por diversas vezes assumiu a Presidência, vem com toda a sua autoridade fazer uma análise baseada nos dados do IBGE sobre a discriminação racial, infelizmente muito forte ainda em nosso País. Ao mesmo tempo, V. Exª mostra o caminho. E o caminho é este mesmo: a educação. Por isso, falamos tanto nas ações afirmativas e nas políticas de inclusão para permitir – queiram ou não alguns – que a metade da população brasileira, que é negra, tenha também acesso não só ao ensino básico, mas à universidade, ou seja, ao nível superior. Ninguém tem dúvida de que a discriminação racial passa, naturalmente, pelo viés econômico e social. E V. Exª aborda isso com muita competência. Então, quero cumprimentar V. Exª, não somente em nome da comunidade negra, mas em nome dos brancos e

negros deste País, porque, sem sombra de dúvida, para apontar um horizonte de um mundo melhor para todos, temos que investir principalmente na educação e, com isso, nós estaremos também combatendo a discriminação contra os negros no nosso País. Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador Paulo Paim, agradeço, muito desvanecido, o aparte de V. Exª, e devo dizer a V. Exª que a sua vida parlamentar é um exemplo de luta em favor da superação das desigualdades que ainda marcam o espaço social brasileiro. Estou confiante em acreditar que o Brasil, que já superou muitos problemas econômicos e sociais importantes, não tardará a superar esse que diz respeito a nossa integração étnica.

Temos todas as condições para ser um país que venha a ter um papel mais destacado na sociedade internacional, mercê não somente da sua expressão territorial, da sua extensão demográfica, mas também, e sobretudo, em função da capacidade do povo brasileiro de se unir em torno das grandes causas.

Somos um país quase continente, que convive com dez outros com os quais temos fronteira, sem contencioso com nenhum deles. O Brasil pratica a boa arte da convivência com os vizinhos, muitos dos quais dependem de políticas aqui desenvolvidas para a melhoria da condição social e econômica dos países limítrofes.

Então, nobre Senador Paulo Paim, agradeço o aparte de V. Exª e acredito que vamos continuar avançando nesse campo. É essencial que construamos uma Nação não somente desenvolvida, mas igualmente justa.

Ouçó com satisfação o nobre Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Nobre Senador, sinto-me honrado por ter sido aceito por V. Exª o meu pedido de aparte. V. Exª faz uma reflexão no seu discurso que é muito importante para a nossa sociedade. Em relação à questão da educação, é uma responsabilidade muito grande que o Governo tem de investir maciçamente na educação e ver alternativas de atração para os nossos educadores. Estamos passando por momentos difíceis porque nossos educadores estão buscando outras alternativas remuneratórias para substituir os salários pequenos que recebem, principalmente das universidades. Ainda na última sexta-feira, conversava com o reitor da Universidade Federal do Amapá e um juiz de Direito, Rui Souza Filho, e discutíamos questões importantes para que realmente tivéssemos esse investimento maciço na educação, mas, para abreviar, digo que a questão rela-

cionada às cotas é temporária porque estamos diante de uma medida emergencial, necessária e justa, mas, quando tivermos educação para todos, independente de religião, raça, posicionamento social, classificação social, tivermos toda essa oferta que deveria ser por igual, logicamente que a seleção vai se fazer de maneira mais justa, porque será em cima do aprendizado, em cima daquilo que todos tiveram oportunidade de ter. Quero parabenizar V. Ex^a e dizer que realmente olhamos com bons olhos o futuro do País, porque, com os investimentos que esperamos, temos a certeza absoluta de que o Governo que aí está e os Governos que o sucederão farão muito pela educação. Acredito neste País, principalmente se tivermos a educação como prioritária neste Governo, no final deste Governo, e nos governos que o sucederão. Muito obrigado e parabéns a V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Papaléo Paes. Concorde integralmente com V. Ex^a ao afirmar que a educação é essencial para o crescimento harmônico do nosso País, sobretudo para que possamos superar as desigualdades e as disparidades que ainda presenciamos em nosso território.

O aparte de V. Ex^a revelou otimismo ao acreditar que, em breve, estaremos vencendo esses desafios e, conseqüentemente, nos inserindo nas grandes nações do século XXI, do terceiro milênio da nossa civilização.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado a V. Ex^a

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, nós o cumprimentamos e chamamos atenção de V. Ex^a para refletir sobre esse dado. Acho que há essa discriminação racial, e o nosso Líder Paim fala, mas temo, Senador Marco Maciel, que tenhamos neste País um *apartheid* entre ricos e pobres.

V. Ex^a e eu somos mais ou menos da mesma idade, e, em 1990, o MEC publicara que, das dez melhores universidades, em 1990, as sete melhores eram públicas, eram do Governo, e três, privadas. Em 2000, inverteu-se, e, das dez melhores universidades, sete são privadas, particulares, e três públicas. Temo que – ó Luiz Inácio, e estamos aqui para advertir o Presidente –, em 2010, todas as dez melhores sejam privadas, de tal maneira que o *apartheid* que temo será entre

ricos e pobres. Uma instituição privada de Medicina está cobrando R\$4 mil mensais. Isso não é proibitivo, mas vingativo, porque o pobre não tem a mínima... Quatro mil por mês!

E, mais ainda, Senador Marco Maciel, V. Ex^a aí para pensar, para trabalhar; V. Ex^a é um estadista. Então, temo, Luiz Inácio, o *apartheid* entre ricos e pobres e, mais difícil... Cadê o Papaléo Paes? Marco Maciel, eu estudei Medicina pública federal. Fiz, Senador Papaléo Paes, fizemos pós-graduação e residência em hospitais públicos federais. Hoje, estão pagos. Está muito difícil, pelo número. Já estão cobrando dos pós-graduados a residência.

Então, temo. Senador Marco Maciel, desperte o Presidente Luiz Inácio: este País vai ter um *apartheid* entre ricos e pobres. Esse negócio de particular que pobre não pode pagar... Estão aí os carros. Falei aqui que isto não estava certo, há um ano, que isto era loucura: comprar carro com R\$300,00, há dez anos.

A escravidão não é aquela que o Senador Paulo Paim se amedronta, não. Aquela Princesa Isabel resolveu. A escravidão da vida moderna é a dívida. Estão também endividados muitos dos que tiveram a audácia para vencer isso. É claro, só com educação. Está aqui o nosso Barack Obama. Só foi possível, Luiz Inácio, pelo saber. Ele tem apenas duas formaturas: de Ciência Política e de Direito em Harvard.

Convidamos, para usar da palavra, o Senador Papaléo Paes, do PSDB do Estado do Amapá, que permutou com o Senador Marco Maciel, e é cardiologista, equiparado a Zerbini, a Jatene.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quem me dera Senador.

Senador Mão Santa, minha saudação a V. Ex^a, como Presidente, e aos Srs. Senadores aqui presentes.

Eu trouxe um tema para fazer um pronunciamento relativo ao PAC. Mas, antes, quero registrar que, na última quinta-feira, estive presente na sessão da Assembléia Legislativa do meu Estado. Faço questão de dizer que foi a primeira vez que participei de uma sessão onde os Srs. Deputados discutiram assuntos importantíssimos para o Amapá e muito interessantes, principalmente os relativos às questões das terras, de nossas terras de ex-Território, que até hoje não as temos devidamente legalizadas para que seus proprietários tenham o direito legal de adquirir investimentos por empréstimo nas casas bancárias.

Então, a discussão foi muito séria, principalmente a relativa ao saneamento básico – água potável, esgoto sanitário –, porque nós temos, em nosso Estado, ape-

nas 3% de saneamento básico em níveis adequados para o bem-estar e saúde de uma população.

Discutíamos isso e, naquele momento, tomei conhecimento de um Projeto de Indicação do Deputado Estadual Eider Pena. Esse Projeto de Indicação fala a respeito da criação da nossa Zona Franca Verde lá no Estado do Amapá, que é para produtos de origem regional. Esse Projeto de Indicação virá ao Presidente, está seguindo para o Presidente do Senado, e nele são colocados artigos como o art. 1º, que diz o seguinte:

Art. 1º Criação de Comissão Especial Mista do Congresso Nacional com os seguintes propósitos:

I – Acompanhar, junto à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a regulamentação dos arts. 26 e 27 da Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que instituíram a Zona Franca Verde para produtos de origem regional, como dispõe a norma:

(.....
.....)

II – Que sejam convidados para compor a presente Comissão Especial do Congresso Nacional 5 (cinco) representantes de cada Estado da Região Norte que tenha uma área de livre comércio já instalada.

Parágrafo Único – Para atendimento ao disposto no inciso II do art. 1º, serão indicados para compor a Comissão de Representação do Estados elencados as seguintes instituições:

- a) Governo do Estado;
- b) Assembléia Legislativa do Estado;
- c) Federação das Indústrias do Estado;
- d) Prefeitura da Capital e
- e) Federação da Agricultura e Pecuária do Estado.

Então, achei muito interessante que a Assembléia Legislativa realmente participe, como vi participando – inclusive, fiz parte do debate –, de assuntos relevantes, importantes para o nosso Estado.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mundo inteiro acompanhou, com enorme expectativa, o desenrolar das tratativas que conduziram à liberação de um pacote bilionário para salvar a economia norte-americana, às voltas com uma crise financeira global sem precedentes. As negociações ocorridas no Congresso americano foram amplas e intensas, com avaliação criteriosa dos números, questionamentos quanto à efetividade do emprego dos recursos, enfim, um profícuo embate de idéias bem fundamentadas tecnicamente.

Enquanto isso, entre nós, também houve notícias que prometiam ser alvissareiras. Em pomposa solenidade, com a presença de vários Ministros, o Presidente Lula e a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciaram o que seria uma contundente “turbinada” no PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento. Segundo a dupla, os investimentos previstos até o ano de 2010 seriam incrementados em mais de R\$140 bilhões, totalizando um montante de R\$646 bilhões.

Em tese, tal como nos Estados Unidos, nossas autoridades não estariam paradas, muito pelo contrário – e o incremento do PAC seria a prova incontestável dessa operosidade. De acordo com as palavras do Presidente, “o PAC é um remédio eficaz contra a crise”. Por seu turno, ressalta a Ministra Dilma, de maneira a um só tempo elegante e vaga, o “caráter anticíclico” do PAC. Ora, o que se deve inquirir, no entanto, é sobre o que eles deixam de dizer ou, ainda e mais grave, o que ambos distorcem com malabarismos verbais e números inflados ou contados em duplicidade. É fato que, na curiosa contabilidade governamental, a coluna das receitas contém entradas duplicadas aos borbotões.

Com efeito, obras já incluídas em balanços anteriores do PAC, investimentos já previstos pelas estatais e até obras estaduais com reduzida parcela de recursos federais, tudo isso foi acoplado ao PAC, como se se tratasse de dinheiro novo. Como exemplos, há o plano piloto de produção de petróleo no campo de Tupi; o trem de alta velocidade a ligar Rio-São Paulo-Campinas; e a ampliação do programa Luz para Todos.

Sr. Presidente, não sou homem de arroubos, mas não posso ficar indiferente a um engodo como esse. Os “planilheiros” do Governo Federal desprezam a inteligência de todos, dos analistas políticos e econômicos, da classe política, dos meios de comunicação, enfim, riem-se à farta da percepção popular, do que pensa a opinião pública.

Concedo-lhe um aparte, Senador Alvaro Dias, com muita honra.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Papaléo Paes, mais uma vez, V. Ex^a, de forma oportuna, faz o diagnóstico da realidade administrativa, sobretudo em relação ao carro-chefe do Governo, que é uma sigla, PAC, que tenho dito que é uma sigla para ficção, para o *marketing* eleitoral do Governo, muito mais do que um programa de obras efetivamente em execução. É evidente que o Governo tem obras em execução, em andamento. É natural que tenha. Isso ocorre com os todos governos. Mas hoje, Senador Papaléo, uma preocupação maior nos assalta: a imprensa revela que cerca de R\$17 bilhões estão atrasados, estão em contas a pagar. São obras em andamento, ditas como obras do

PAC, e os recursos não estão sendo transferidos para pagar as contas do PAC. Até agora, cerca de R\$17 bilhões, e fala-se que este Governo deixará um saldo para o seu sucessor pagar. É evidente que o Governo demonstra estar exercitando uma gestão temerária. Se esses números veiculados pela imprensa são reais – evidentemente, são –, é a revelação da gestão temerária do atual Governo. O Governo não tem que se preocupar com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela não alcança o Governo da União, infelizmente. Se a Lei de Responsabilidade Fiscal alcançasse também o Governo da União, certamente, essas irregularidades – porque são irregularidades –, não poderiam estar sendo praticadas pelo Governo. Portanto, temos de acrescentar agora, nesse elenco de críticas que formulamos ao PAC e à gestão administrativa do atual Governo, essa situação de mau pagador. Faz a conta, contabiliza o débito e não paga. Empurra para frente, na esperança de que alguém venha e pague depois. Parabéns a V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, por mais este oportuno pronunciamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Quero agradecer a V. Ex^a, principalmente pela experiência que V. Ex^a tem como gestor, com experiência vasta no campo político, pelos cargos que já exerceu, e também como Executivo, quando Governador do Estado do Paraná. Então, a sua opinião realmente fortalece, enriquece o meu pronunciamento e faz com que nós estejamos cada vez mais conscientes da realidade por que passamos hoje em nosso País, da realidade de que esta sigla PAC serve muito mais como uma sigla pré-eleitoral ou eleitoreira para o Governo do que como um programa realmente que venha atender nossas necessidades, além daquelas que tinham sido programadas há vários anos.

Mas, Sr. Presidente, a minha opinião não é isolada. **O Globo**, do dia 5 de fevereiro de 2009, ostenta o seguinte título: “Governo maquia PAC com inclusão de obras antigas”. O jornal **Valor Econômico**, da mesma data, vai à mesma linha: “Governo turbina PAC com obras já anunciadas”. A colunista Miriam Leitão foi ainda mais direta: “o Governo está inflando os números do PAC para confundir”, disse ela em seu *blog*. Em seu programa radiofônico na CBN, o jornalista Carlos Alberto Sardenberg foi irônico, mas não deixou de frisar que se tratava de “dinheiro velho”, segundo sua expressão.

Vimos, portanto, como é manca a contabilidade do PAC. Infelizmente, também é defeituosa a aritmética oficial. Senão, vejamos: pelo balanço apresentado no dia 4 de fevereiro, foram concluídas obras no valor de R\$48,3 bilhões, o equivalente a 9,6% do total de

recursos previstos para o período 2007-2010. Repito: menos de 10% do previsto! Ainda assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas 2% das obras estariam em ritmo inadequado. Realmente, não dá para entender...

Além da tosca maquiagem que quis impingir ao PAC, há uma excessiva dose de otimismo quanto à dimensão dos valores que seriam investidos pela iniciativa privada. Inicieei este pronunciamento mencionando os impactos da crise que assola todos os quadrantes do planeta. Em tal contexto, empresas de diversos setores estão suprimindo investimentos, debelando custos, cortando empregos, enfim, reestruturando-se. Ora, é, então, factível, indago-me, que as empresas privadas tenham recursos e disposição para investir maciçamente neste momento de crise? A resposta, como todos já perceberam, é um grande “não”.

Mas poderíamos nos perguntar a qual lógica obedece a “maquiagem”, a “turbina”, o otimismo delirante. A resposta é simples, embora se refira a uma situação em tudo condenável: à lógica eleitoral. Pensando nas eleições de 2010, o Governo está pouco se lixando para a crise econômica que ameaça os lares brasileiros. Tampouco se preocupa em dar curso às reformas estruturais de que o País tanto carece. Muito menos ainda, que sejam críveis, factíveis e efetivos os investimentos anunciados no PAC.

Como vimos recentemente, por ocasião da verdadeira plataforma eleitoral montada para receber os Prefeitos em Brasília, o que importa de fato é criar as condições para que se viabilize a candidatura presidencial da Ministra Dilma Rousseff. Trata-se de uma antecipação de campanha jamais vista. A “quase-candidata” não larga a mão do Presidente, acompanhando-o aonde quer que vá, inaugurando as frações de obras do PAC, recepcionando os Prefeitos, comandando as reuniões presidenciais, nos contatos com autoridades e políticos, anunciando “pacotes de bondades”, enfim, em quaisquer lugares e situações que possam traduzir-se em um punhado de votos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sempre haverá quem diga que isso faz parte do jogo político. Não é verdade! A prática da propaganda eleitoral fora dos prazos regulamentados pelo TSE constitui crime eleitoral. Devemos permanecer atentos para que a máquina do governo não atrole a democracia, conferindo meios e recursos a um candidato em detrimento de outros.

Devo dizer, Sr. Presidente, que considero o Programa de Aceleração do Crescimento um instrumento poderoso no enfrentamento da crise. Somos um País muito carente de investimentos tanto na área de infraestrutura como na área social. A rubrica orçamentária relativa aos investimentos não tem ultrapassado

a marca de 1% do Produto Interno Bruto. É louvável que se ampliem os investimentos! É de todo necessário que não se descuide do aspecto social! Todavia, é deplorável que não exista clareza quanto à exatidão dos números de um programa dessa ordem.

O que venho cobrar do Governo Federal, ao cabo, é tão-somente isto: que aja com transparência na divulgação dos dados referentes ao PAC; que seja criterioso quanto à eficiência dos investimentos públicos, sempre tão escassos; que não se valha de um programa vital para a superação da crise e para o desenvolvimento socioeconômico do País apenas como palanque eleitoral.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Srs. Senadores.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após contundente pronunciamento do Senador Papaléo Paes, denunciando o uso político das obras do PAC com finalidade eleitoral, convidamos, para usar da palavra, o Senador inscrito – ele é do Partido dos Trabalhadores, do Estado do Rio Grande do Sul –, o Senador Paulo Paim.

Paulo Paim é autor do projeto de lei que derruba o fator de redução previdenciária, que resgatará o salário dos nossos velhinhos aposentados. Passou em todas as Comissões da Casa esse projeto de que me orgulho e honro ter sido o Relator, tendo sido discutido nas Comissões de Justiça, de Economia e no plenário. E o Senado, mostrando a sua sintonia com o povo, a sua sensibilidade e a sua justiça, o aprovou, por unanimidade. Aguardamos o andamento, o pronunciamento e a decisão da Câmara Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Presidente da sessão, Senador Gilvam Borges, Senador Alvaro Dias, Senador Papaléo Paes, Senador Marco Maciel, que usou a tribuna há momentos, eu venho, mais uma vez, usar do microfone da Casa para falar sobre o desemprego, desemprego que, com certeza absoluta, preocupa todos nós.

Calcula-se que em torno de 700 mil pessoas já perderam o emprego, se trabalharmos com o período em torno de 12 meses, entre elas, muitos homens e mulheres tiveram seus salários rebaixados para poderem voltar ao mercado de trabalho, o que faz com que grande parte do nosso povo passe a enfrentar dificuldades enormes. Tinham um padrão de vida e agora passaram a ter de viver com uma renda familiar bem menor.

Num momento como este, hoje aqui, da tribuna, outros Senadores falaram sobre Barack Obama. Esta-

mos no mês de março, que lembra 8 de março, que é o Dia Internacional de Luta pela Igualdade das Mulheres. Senador Mão Santa, fiquei muito feliz ao perceber que um dos gestos de Barack Obama foi, via decreto, exigir que, nos Estados Unidos da América, não haja nenhum tipo de discriminação, principalmente neste caso específico em relação ao salário do homem e da mulher. Salário igual, trabalho igual, direitos iguais.

Eu espero que um dia, neste País também, via legislação, via um processo de educação, de aprendizado, de conhecimento, do combate aos preconceitos, possamos dizer que as mulheres ganham exatamente o mesmo salário que os homens quando exercerem as mesmas funções.

Eu entendo esse gesto de Barack Obama, que, ao assumir a Presidência dos Estados Unidos da América, mostrou que iria governar para todos. E é exatamente isso que ele está fazendo, não em uma visão, por ser negro, somente da comunidade negra, ou de asiáticos, ou de brancos, ou de latinos, como alguns falavam. Ele está buscando a recuperação da economia norte-americana dentro de uma premissa fundamental, que é o direito igual para todos, oportunidades iguais para todos.

Dizendo isso, Sr. Presidente, quero voltar para a realidade nacional.

Eu acompanho quase que diariamente, pela minha vinculação natural, pois lá foi o meu berço, a caminhada dos trabalhadores, dos aposentados, dos sindicalistas neste momento de crise. Vi agora essa situação na Embraer, de onde, infelizmente, trabalhadores foram demitidos, de uma hora para outra – 4,5 mil trabalhadores –, não havendo sequer, Senador Mão Santa, nenhum processo de negociação, de discussão que poderia apontar para a demissão voluntária ou um número de meses maior de aviso prévio ou a redução de jornada, ou algum tipo de compensação que poderia haver entre o Governo e a empresa, para que não houvesse as demissões de quase cinco mil chefes de famílias.

Nessa visão, Sr. Presidente, e entendendo, porque tenho projeto já apresentado há mais de 15 anos na Casa – uma PEC que busca a redução de jornada sem redução de salário e que se encontra na Câmara dos Deputados; apresentei outra aqui no Senado –, que é um caminho para que as novas tecnologias possam ser aplicadas e que, em qualquer momento, ao menor sinal de crise, o trabalhador não seja chamado a pagar a conta ou passe a ser usado como instrumento de pressão do poder econômico ou, se não atenderem ao que eles pedem, é demissão em massa.

Com essas preocupações, Sr. Presidente, tomei a liberdade de apresentar, no início deste ano, o Projeto de Lei nº 40, sobre o qual passo a discorrer neste momento:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2009

Cria incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para manutenção do emprego e do valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional.

É um projeto, Sr. Presidente, optativo; o empresário que entender que pode fazer redução de jornada sem redução de salário poderia entrar nesse programa de incentivo fiscal, conforme segue:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Essa lei cria incentivo fiscal destinado a preservar o nível de emprego e o valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional.

Art. 2º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real pertencente a setores afetados pela crise financeira internacional definidos em regulamento e que, em razão de extraordinária diminuição de receita devidamente comprovada, reduzir a jornada de trabalho de seus empregados fará jus à redução do imposto de renda devido desde que a diminuição não importe na redução proporcional da remuneração e do número de empregados.

Não reduz salário, não demite e poderá entrar nesse programa de incentivo fiscal.

Parágrafo Único. A dedução deferida no caput fica limitada ao valor da remuneração atinente às horas de trabalho reduzidas e será efetivada a cada período de apuração do imposto devido, vedada para fins de apuração do lucro real a dedução dessa parcela como despesa operacional.

Art. 3º As empresas mencionadas no caput do art. 2º terão preferência na obtenção de recursos no âmbito de programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito, especialmente junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, o que estamos percebendo atualmente, nas negociações entre empresários e trabalhadores representantes da categoria econômica e da categoria profissional, é que eles ficam sem saída.

Ou o sindicato aceita a redução salarial, com a redução de jornada, ou há demissão em massa.

O que nós estamos apresentando é uma alternativa: que haja redução de jornada, não haja redução de salário e a empresa deixaria de pagar, ao Governo Federal, algumas contribuições devidas. Com isso, Sr. Presidente, eu entendo que é mais adequada essa dedução em imposto de renda a pagar do que simplesmente o Governo ter de aportar recursos para os bancos. Os bancos, por sua vez, preocupados com o fato de que a empresa não possa sustentar o financiamento, devido à crise financeira, não empresta o dinheiro, principalmente para a média e para a pequena empresa. Ou seja, o banco recebe do Governo e não aporta para que a empresa possa suportar a crise que está aí, aos olhos de todos nós.

Com isso, o dinheiro ficaria diretamente na empresa e ela poderia pagar em dia o salário integral de seus trabalhadores. Estes, por sua vez, como eu sempre digo, no princípio da redução de jornada sem redução de salário, teriam poder de compra para fortalecer o próprio mercado interno. Se eles têm poder para comprar, alguém vende; se alguém vende, estamos gerando postos no comércio; se está havendo reação no comércio, é porque alguém está produzindo. Para alguém produzir, naturalmente são postos de trabalho que são gerados.

Por isso, Sr. Presidente, eu espero que este Projeto de Lei nº 40 seja, logo que as comissões sejam instaladas aqui no Senado, votado o mais rápido possível, para ser um instrumento de consertação, um instrumento de diálogo e de entendimento, com a participação, eu diria, tripartite do Governo, dos empresários e também dos trabalhadores.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, esse projeto funcionará, no meu entendimento, a algo semelhante ao que sempre defendi que um salário mínimo real seria um instrumento de impulsionar a economia e alguns duvidavam. Eu fico feliz quando vejo aqui na **Folha Dinheiro**, dizendo que aumento real do mínimo injetou 21 bi na economia e, com isso, reduziu a crise; R\$21 bilhões na economia e, com isso, reduziu a crise.

Ora, se o salário mínimo cumpre esse papel por que a redução de jornada, mediante essa compensação não pode, também, ser um instrumento de fortalecer o mercado interno?

Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, eu quero aproveitar o discurso de V. Ex^a que defende o direito dos trabalhadores, para destacar a importância de um projeto de sua autoria que aprovamos aqui e que se encontra na Câmara dos Deputados aguardando votação. Durante esse período de Carnaval fui abordado, em meu Estado, por várias senhoras de idade avançada, preocupadas com a demora de deliberação sobre o seu projeto. Elas alegam que temem morrer sem a oportunidade de ver os valores de suas aposentadorias reajustadas decentemente. A defasagem é enorme. À medida em que o tempo passa, os valores vão se diluindo, a aposentadoria vai se transformando em pó e os aposentados sentem o infortúnio de ver todo o esforço realizado durante uma vida toda desconsiderado pelas autoridades governamentais. Trago essa questão como também não poderia deixar de me referir mais especificamente ao caso Aerus, que V. Ex^a tem acompanhado, aproveitando seu discurso, para fazer um apelo ao Supremo Tribunal Federal para que julgue o mais rapidamente possível essas ações, sob pena de esses aposentados perderem definitivamente a esperança. Além de solicitarmos também ao Advogado-Geral da União, Ministro Toffoli, que conclua os entendimentos com a categoria, para que, em tempo, eles possam auferir resultados em relação ao que contribuíram durante longo do tempo aos fundos aos quais estavam matriculados, no caso dos aeronautas, o caso da Aerus ou da Aeros, que são dois fundos de pensão, dois institutos, onde nos dois casos há pendências e há dívidas. E o Governo tem que assumir sua responsabilidade, porque cabe ao Governo assumir. E nós estamos aguardando principalmente essas deliberações, tanto do Supremo Tribunal Federal quanto do Advogado-Geral da União.

E também, evidentemente, aí já no âmbito geral dos aposentados brasileiros, a votação na Câmara dos Deputados. Um apelo especial ao Presidente Michel Temer para que coloque urgentemente na pauta e vamos votar. Parabéns a V. Ex^a que é persistente, não desiste mesmo e estamos a seu lado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, a convite de V. Ex^a estive no Supremo Tribunal, juntamente com mais 4 ou 5 Senadores para conversarmos com a Ministra Relatora. Lembro que naquela oportunidade ela disse que aparte dela estava feita, que ela tinha entregue para o pleno do Supremo o seu parecer e pelo que entendi – claro que me dou o direito de dizer o que entendi – o parecer era favorável. Nós ficamos na expectativa e confesso que fui ao Rio Grande do Sul e falei dessa audiência que tive com V. Ex^a e conversei muito com os aposentados do

Aeros e disse a eles que tudo indicava que a matéria seria votada logo no fim do recesso. Espero eu, na mesma linha de V. Ex^a, que após terminado o recesso e o Carnaval, porque todos nós sabemos que infelizmente neste País as coisas só acontecem no ano que inicia após o Carnaval.

Então, o apelo é no sentido de que o Supremo efetivamente vote o parecer da Ministra Relatora que entendi ser favorável e possamos com isso atender aos aposentados e pensionistas do Aeros. Quanto aos outros três projetos: fim do fator, aquele que arranca do trabalhador 40% de seu bolso no ato que ele se aposenta e aquele que garante a recuperação das perdas e o terceiro de que daqui para frente o aposentado receberia o mesmo percentual concedido ao reajuste, também os três projetos estão prontos para serem votados.

O Deputado Arnaldo Faria de Sá me disse que na Comissão de Previdência da Câmara o seu parecer está pronto e é favorável. O outro projeto – esse é quanto à recuperação das perdas – que é pagar os aposentados no mesmo percentual, a Comissão Especial da Câmara já votou e já está no Plenário é só votar, é só o Presidente Michel Temer colocar a matéria em votação. E o terceiro, que é o fim do fator, a informação que tenho é que o Deputado Pepe Vargas deve apresentar seu parecer durante o mês de março.

Aproveitando seu gancho, Senador Alvaro Dias, tenho conversado muito com os deputados. Poderia dizer à população brasileira que, se não tiverem me mentindo – olhem o termo que estou usando – se não tiverem me mentindo, todos com os quais eu falo, independente do partido, da situação ou da oposição, dizem que vão votar a favor dos aposentados. Se isso é verdadeiro, o que queremos, em nome da verdade, é que coloquem a matéria em votação, daí vamos ver onde está a verdade.

Por isso que, ao mesmo tempo em que me junto a V. Ex^a e a todos os Senadores, porque aqui a matéria foi aprovada por unanimidade, reforço o apelo que já fizemos na tribuna ao Presidente Michel Temer para que coloque as três matérias em votação. Recorro, mais uma vez, a V. Ex^a de como seria bom se votássemos também a PEC do fim do voto secreto, porque se não tivéssemos o voto secreto, não teríamos aquela história de todos, quando o voto é aberto e nominal, votarem a favor, e depois no voto secreto, como já aconteceu, mantermos uma posição que não é aquela que foi expressada quando o voto foi aberto.

Eu tenho dito, Senador Mão Santa, que é importante que os três projetos sejam votados o mais rápido possível. Colocados em votação, acredito eu, eles se-

rão aprovados – os três.. Mas quero, também, trabalhar muito para que a gente não permita mais que, em caso de veto, o voto continue secreto. Alguém me disse: “A pressão do Executivo é maior se, na questão de veto, o voto for secreto”. Eu estou na Casa há 22 anos. Eu não me lembro de um único projeto que tenha sido derrubado pelo voto secreto. Então, quer dizer que funciona a pressão no voto secreto, porque não me lembro de um único que o Executivo perdeu – a não ser quando o Executivo o mandou e, de forma transparente, queria e tinha interesse de que aquele veto fosse derrubado. Eu não me lembro. Eu não me lembro.

Por isso, eu entendo que é fundamental que as PECs que tratam do tema, e são três, poderiam ser fundidas em uma só. Eu apresentei a de PEC nº 50, Senador Alvaro Dias tem uma; sei que o Senador... acho que é Sérgio Cabral, o Governador, que, quando era Senador, também apresentou uma PEC que vai nesse sentido de a gente não permitir o voto secreto. Acho que o homem público, seja Vereador, seja Deputado estadual, seja federal, seja Senador, seja Ministro de quaisquer instâncias do Judiciário – e no Judiciário já não é secreto –, não pode votar secretamente. A população quando vota em nós, ela nos passa uma procuração, ela nos dá poder para que a gente a represente no Legislativo. E não é correto que a gente vote secretamente. Mantêm-se os vetos e ninguém sabe quem é quem. Aí, fica aquele tiroteio no escuro, até muitas vezes dizendo que pessoas que com certeza votaram de acordo quando o voto não era secreto sejam acusadas de terem, com voto secreto, traído a causa de grande parte do povo brasileiro.

Então, Senador Mão Santa, eu entendo que, além da votação dos três projetos que interessam aos aposentados, nós deveríamos fazer uma grande campanha para acabar com o voto secreto. Voto aberto, nominal, transparente, e cada homem público assume a sua responsabilidade de explicar como votou e por que votou. Voto secreto, para mim, é um instrumento do tempo da ditadura que nós até hoje não conseguimos derrubar.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Permita-me, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, é uma satisfação o aparte de V. Ex^a. Quero registrar o que eu disse ali da tribuna pelo brilhante aparte que V. Ex^a fez no momento que o ex-Vice-Presidente Marco Maciel estava na tribuna. V. Ex^a referiu-se à educação e à questão racial, dizendo que as quotas são transitórias. Eu também penso assim. Tomara que um dia a gente possa dizer que as quotas

não existem mais no País nem no mundo. Se não tem quotas, é sinal de que não há discriminação.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paim. Mais importante do que isso é V. Ex^a, que está envolvido em todo esse processo de tentativa de igualdade de condições para todos, processo que quer extirpar essa discriminação, muito negativa para a sociedade. E quero parabenizá-lo exatamente porque aí envolve os aposentados, os pensionistas, a questão relacionada às quotas, uma vez que as condições sociais obrigam a essa necessidade absoluta das quotas. Quero parabenizar V. Ex^a por sua atuação nesta Casa. Sou um admirador de V. Ex^a, um admirador consciente de que V. Ex^a faz um trabalho no Congresso Nacional há muitos anos, acredito que há mais de 20 anos. V. Ex^a é merecedor de nossas homenagens aqui. Com relação à questão do voto secreto, quero dizer que, se tivéssemos voto em aberto, muitos de nós não passaríamos por constrangimentos com nossos Partidos. Estaríamos expondo o nosso ponto de vista. O voto secreto deixa dúvida para um lado e para o outro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Tivemos, ainda há poucos dias, na eleição do Presidente do Senado, a minha condição de amapaense, de ter um representante do meu Estado, o Senador José Sarney, como candidato a Presidente, de ter o meu Partido decidido acompanhar o Senador Tião Viana. Fiquei em uma situação em que, realmente, não poderia jamais deixar dúvidas para as pessoas. Fiz uma declaração em aberto de voto ao Presidente Sarney, ou seja, contrária à orientação do meu Partido. Fui entendido pelo meu Partido como tendo uma posição completamente adequada para a situação. Mas, veja, se eu tivesse um outro caráter, poderia esconder-me atrás do PSDB, dizer que votaria no Senador Tião Viana e falar no ouvido do Senador Sarney que iria votar em S. Ex^a. Acho que não poderíamos jamais passar por esse constrangimento. Diminui a nossa credibilidade ficarmos votando secretamente. Que avaliássemos se em alguns casos, como, por exemplo, indicação de autoridades do Supremo, da Justiça, sei lá quais as autoridades, conservar-se-ia o voto secreto. Mas voto de deliberação para a Casa deveria ser sempre aberto. Como voto de deliberação para a Casa, incluo nossas eleições diretas aqui, as punições para os Senadores, os julgamentos de Senadores, enfim, incluo tudo isso. Então, esse também é um assunto que V. Ex^a traz e que me agrada muito, porque concordo plenamente com V. Ex^a. Digo-lhe que V. Ex^a é muito respeitado por todos

nós, por levar esta Casa a sério, querendo que esta seja sempre reconhecida como importante e fundamental para a democracia do País. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, acompanhei o seu dilema no momento em que seu Partido tomou posição em relação ao Senador Tião Viana. V. Ex^a, como disse muito bem, poderia ter ficado em cima do muro, já que tinha uma posição diferenciada da do PSDB. Mas V. Ex^a assumiu publicamente aquilo que chamo de voto aberto, contra o voto secreto. V. Ex^a sabe que os jornais fizeram pesquisa, e nós também abrimos o nosso voto com a maior tranquilidade, com o maior respeito àqueles que pensam diferente, porque entendemos que é assim a democracia. Não vi problema nenhum: V. Ex^a abriu seu voto, assim como eu e tantos outros Senadores, que fizeram campanha abertamente para os seus candidatos. Isso foi bom. Qual é o problema? Não há problema nenhum. Quem abriu o voto para o Presidente Sarney é respeitado, porque é uma opção individual, como aqueles, como eu, que abriram o voto para o Senador Tião Viana. Não houve nenhum problema.

Eu tenho uma relação excelente inclusive com o Presidente Sarney. Eu falo sempre que, com orgulho, eu fui vice-Presidente da Casa no tempo em que ele foi Presidente. E a nossa relação é excelente, independentemente do voto de cada um num momento como esse em que se pretende que a gente não esconda a forma de votar.

Eu apenas trouxe a questão do voto secreto neste momento para vinculá-la à questão dos aposentados, porque estou preocupado até que os três projetos passem – tanto o do salário integral, quanto o da reposição das perdas e o do fim do fator –, e, se houver veto, de repente com o voto, o veto é mantido. E daí como é que faz? Foi de brincadeira a votação? Isso é ruim para a instituição, é ruim para o Congresso Nacional, desmoraliza a Casa. O que a população vai dizer? Quando o voto foi aberto, tudo bem; quando o voto foi secreto, mudou tudo.

Por isso que, quando converso com as entidades dos aposentados e pensionistas de todo o País – são mais ou menos, no *blog*, 400, 500 pessoas que entram para debater o tema por semana... E como disse o Senador Alvaro Dias, que esteve viajando, só lhe perguntam sobre isso. No meu *blog* – não tenho como não dizer –, 99% querem saber como está a situação.

Enfim, há uma campanha nacional pela aprovação desses três projetos. Espero que essa campanha seja pela aprovação dos três projetos e também pelo fim do voto secreto. Só isso é que me dá a segurança de que efetivamente os aposentados e os pensio-

nistas terão seus direitos assegurados como aqui foi dito. Senão, amanhã ou depois, com mais de 60 anos, 70 anos, 80 anos, eles não têm mais tempo para dar tempo ao tempo. Eles estão no seu tempo, e o tempo é de decisão.

Senador Mão Santa, muito obrigado pela tolerância.

Peço a V. Ex^a que considere na íntegra o meu pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minha intenção hoje é voltar a um tema da maior relevância diante do momento que estamos vivendo. Em meio a uma crise econômica mundial, fica evidente o arrocho salarial e a chaga do desemprego volta a se fazer presente. Tenho dito repetidas vezes e há poucos dias fiz um pronunciamento sobre a necessidade de certas iniciativas serem tomadas com a maior brevidade possível.

Neste sentido venho aqui enfatizar a proposta da redução da jornada de trabalho, com a qual podemos prever a implementação de milhares de empregos. Trata-se de uma proposição que irá colaborar imensamente com a modernização das relações trabalhistas e a criação de novos postos de empregos formais. Ainda como Deputado Federal apresentei, em parceria com o então deputado e agora senador Inácio Arruda, Proposta de Emenda Constitucional visando a redução da jornada semanal de trabalho de 44 horas para 40 horas (PEC nº 231/95). Quando me perguntam, por que reduzir a jornada de trabalho? Eu respondo: Simples, porque ela irá gerar num primeiro momento, 3 milhões de novos empregos, isso confirmado por Estudo do Departamento Intersindical de Estudos Sócio Econômicos (Dieese). Em um segundo momento, com a redução de uma hora por ano, até chegarmos a 36 horas semanais, seriam criados aproximadamente sete milhões de empregos. É claro que para potencializar a criação de novos empregos, a redução da jornada de trabalho deve vir acompanhada de medidas como o fim das horas extras e do banco de horas. A redução da jornada, sem redução salarial, irá gerar mais empregos, mais empregos irão gerar maior possibilidade de consumo, mais investimentos e aumento da produção. É o crescimento econômico! Acredito na redução da jornada de trabalho. Acredito nela tanto para trabalhadores quanto para empresários. Acredito nela como prática da justiça social. Inclusive os estudos relativos à redução da jornada de trabalho têm mostrado que

ela é de interesse tanto dos empregadores, quanto dos empregados. No caso dos empregadores, ela é vista como um meio de reduzir custos, já que torna possível ajustar a utilização da mão-de-obra às necessidades de produção das empresas, evitando o uso de horas extras. O empresariado brasileiro necessita de incentivos para a produção e redução de custos, como, por exemplo, a transferência de parte dos encargos sobre a folha para o faturamento. Com isso toda a sociedade assumiria a sua responsabilidade com o social e os empreendedores não teriam ônus por estarem gerando novos empregos. Já os empregados, que são a força viva do trabalho, necessitam de uma participação maior no sistema para ter uma vida digna.

Neste sentido entendo importante também, a aprovação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho que proíbe a demissão desmotivada. A existência de jornadas menores representará também, no caso dos trabalhadores, melhor qualidade de vida, colaborando inclusive para evitar problemas de saúde como estresse, depressão e lesão por esforço repetitivo. É bom enfatizar que com a redução da jornada teremos também menos acidentes de trabalho. O Presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Artur Henrique da Silva, defende a redução da jornada de trabalho e acredita que ela combaterá a crise com a geração de emprego. Em entrevista que o sindicalista concedeu à Terra Magazine, no final do ano passado, ele foi questionado com a seguinte pergunta: “O debate sobre a redução da jornada de trabalho vem se mostrando historicamente difícil, mesmo em momentos de estabilidade econômica. Agora, em meio à crise, não fica ainda mais complicado discutir essa proposta?” Sua resposta foi: “– Muito pelo contrário. Nossa posição tem sido a de que nós temos de enfrentar essa crise com mais empregos, e portanto é preciso reduzir a jornada num momento como esse, nós precisamos ter, primeiro: contrapartidas em termos de emprego e renda para aqueles empréstimos que são feitos com dinheiro público. Nós queremos discutir justamente a redução da jornada, que possibilita ampliar oportunidades de emprego, como outras formas de contrapartida social aos investimentos que estão sendo feitos por bancos públicos, como o BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica... E esse tema da redução da jornada tem que entrar num processo de negociação com o empresariado... nós temos que enfrentar a crise com mais emprego, crescimento e desenvolvimento econômico”

Com o intuito de colaborar, tomei outra iniciativa de apresentar o Projeto de Lei nº 40/2009 que cria incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda da

Pessoa Jurídica para a manutenção do emprego e do valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional. Nas atuais circunstâncias, medidas como esta devem ser tomadas para reduzir o impacto negativo dessa crise financeira no mercado de trabalho, com programas de investimento, apoio do Estado a empresas produtivas e manutenção dos empregos como forma de proteção à população mais vulnerável. Ademais, a metodologia de cálculo é a mesma adotada pelo governo federal quando da licença maternidade de uma empregada. Ou seja, a empresa paga o salário para a beneficiária e depois deduz o valor pago no ajuste com previdência. Dessa forma a empresa continuará pagando o salário do trabalhador que tiver o seu horário de trabalho reduzido, e quando do recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica a mesma deduzirá a parcela a mais das horas trabalhadas de seus funcionários. O presente projeto, ao conceder incentivo fiscal às empresas, pretende beneficiar os setores mais afetados pela crise e, desse modo, preservar milhares de postos de trabalho. Essa seria mais uma dentre tantas medidas já em vigor, propostas pelo governo federal, como: alteração da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física para quatro alíquotas, redução do IPI para a produção de carros, redução do IOF para pessoa física, redução dos compulsórios bancários, entre outros. Ao todo o Brasil já injetou na economia com os pacotes contra crise (redução de impostos, investimentos diretos, aumento da liquidez bancária, etc.) algo em torno de R\$ 500 bilhões. Quero comunicar também aos meus nobres Pares que, apresentei Requerimento junto à Comissão de Assuntos Sociais para realização de Audiência Pública, para tratar das questões atinentes ao crescente desemprego no País e os desafios diante da crise financeira, devendo ser convidadas as entidades representativas do setor patronal e empregados, representantes do Governo, DIEESE e outros a serem definidos pela própria comissão.

Bem, Sr. Presidente, para finalizar quero deixar registrada notícia veiculada na Folha de São Paulo, do dia 16 de fevereiro, cuja chamada diz: “Aumento real do mínimo injeta R\$ 21 bi e reduz crise”

Era o que tinha a dizer,

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Aumento real do mínimo injeta R\$ 21 bi e reduz crise

Aliada à inflação menor, alta real de 6,4% do salário fortalece mercado interno

Setores como alimentos, roupas e fármacos e regiões como Norte, Nordeste e Centro-Oeste devem ser mais beneficiados

PEDRO SOARES
DA SUC JRSALDO RIO

Reajustado neste mês em 6,4% em termos reais, o novo salário mínimo de R\$ 465 injetará diretamente na economia R\$ 21 bilhões pelos cálculos do Ministério do Trabalho e será um importante instrumento de política anticíclica nestes tempos de crise, segundo especialistas. Permitirá, dizem, manter algum dinamismo em setores que dependem da expansão da renda, como o de alimentos.

Para Fábio Romão, economista da LCA, o aumento do mínimo, aliado à inflação menor neste ano, vai sustentar o consumo de alimentos e outros bens semi e não duráveis (co-

mo roupas, calçados e produtos de limpeza e de higiene pessoal) e amortecer o impacto da crise tanto na produção como no emprego. O reajuste real também terá mais peso nas regiões onde a penetração do mínimo é maior, como Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Antes mesmo do aumento total de 12,05% do mínimo, o desempenho dos setores ligados à renda já destoava do resto. De outubro a dezembro, a indústria geral registrou tombos sem precedentes em crises anteriores, de 15,8%. Mas, em alimentos, a queda foi suave — 0,7%, a menor dos ramos.

Só registraram expansão bebidas (0,2%), também dependente da renda, e outros veículos automotores (20,1%), por causa da fabricação de aviões encomendados antes da crise, ante queda de 54% na produção de veículos, diz o IBGE.

Isabella Nunes, do IBGE, diz que os ramos ligados à renda já

tiveram resultados um pouco melhores nos três últimos meses de 2008 — quando a indústria sentiu, progressivamente, o forte baque da crise.

"A indústria desabou em dezembro, mas a renda ainda sustenta um pouco os não duráveis." Em dezembro, a produção da indústria geral caiu 14,5% ante dezembro de 2007 — a maior retração desde 1991. Naquele mês, outro ramo ligado à renda, a indústria farmacêutica, cresceu 1,7%.

Para Nunes, uma eventual estabilidade do mercado de trabalho e o efeito do reajuste do salário mínimo jogarão um papel importante para definir o rumo da economia neste ano.

Já Romão vê o mínimo como um "amortecedor" da crise, mas que não impedirá uma desaceleração do ritmo da atividade. Regionalmente, os Estados do Nordeste já registraram em dezembro resultados "menos ruins", diz Romão, justa-

mente por causa do maior peso das indústrias de semi e não duráveis. Tiveram recuos abaixo da média de 14,5% as indústrias de Pernambuco (-6,2%) e Ceará (-3,9%). Goiás registrou expansão — 1,1% —, impulsionado pela indústria de alimentos, cujo peso é de 66% no Estado.

"Sentiremos a crise, mas menos que os outros setores. A produção deu pequena desaceleração, mas estamos otimistas. A indústria de alimentos deve crescer 3% no ano, e o aumento real do mínimo ajudará o consumo", diz Denis Ribeiro, da Abia (Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação).

Segundo Ciro Mortella, presidente da Febrafarma (Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica), o setor ainda não sente o impacto da crise na produção, mas também não deve ficar inerte. "Seremos afetados, mas em menor escala."

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 40, DE 2009**

Cria incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para a manutenção do emprego e do valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei cria incentivo fiscal destinado a preservar o nível de emprego e o valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional.

Art. 2º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real, pertencente a setores afetados pela crise financeira internacional, definidos em regulamento, e que, em razão de extraordinária diminuição de receita devidamente comprovada, reduzir a jornada de trabalho de seus empregados, fará jus a dedução do imposto de renda devido, desde que a diminuição não importe na redução proporcional da remuneração e do número de empregados.

Parágrafo único. A dedução referida no **caput** fica limitada ao valor da remuneração atinente às horas de trabalho reduzidas, e será efetivada a cada período de apuração do imposto devido, vedada, para fins de apuração do lucro real, a dedução dessa parcela como despesa operacional.

Art. 3º As empresas mencionadas no **caput** do art. 2º terão preferência na obtenção de recursos no âmbito de programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito, especialmente junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Num contexto de grave crise financeira internacional, o cenário positivo que tínhamos até o ano passado no mercado de trabalho, tanto no número de postos de trabalho gerados, quanto nos ganhos reais obtidos nas negociações recentes, fruto do crescimento econômico, já está sendo prejudicado.

A desaceleração econômica mundial tem trazido deterioração do mercado de trabalho, e assim, além da diminuição de vagas e possível aumento das taxas de desemprego, ainda podem ocorrer dificuldades de obtenção de ganhos nas negociações salariais, tanto para trabalhadores da iniciativa privada, quanto pública, com a possível queda nas receitas e ameaça de crescimento da inflação.

Ademais, além da obtenção de ganhos inferiores aos verificados, pode haver também acentuada perda salarial, caso se confirme um crescimento da inflação. Com isso, à medida que os desdobramentos da crise financeira mundial vão se materializando em desaceleração ou retração da economia brasileira, as perspectivas de reajustes salariais serão ainda mais difíceis durante o ano de 2009.

Isso se deve ao fato de que os resultados amplamente favoráveis dos últimos reajustes salariais se devem muito ao crescimento econômico. Caso essa tendência seja interrompida, a expectativa é de piora no mercado de trabalho, com reflexo nas negociações entre empregadores e trabalhadores (Cfr. A Crise Financeira Internacional: Análise e Propostas na Perspectiva dos Trabalhadores - Subsídios para o Debate na CUT; Subseção DIEESE/CUT-Nacional, in www.sengerj.org.br/dieese_crise.pdf).

Nessas circunstâncias, medidas como esta devem ser tomadas para reduzir o impacto negativo dessa crise financeira no mercado de trabalho, com programas de investimento, apoio do Estado a empresas produtivas e manutenção dos empregos como forma de proteção à população mais vulnerável.

A metodologia de cálculo adotada para a concessão do incentivo é a mesma utilizada no pagamento da licença maternidade da empregada. Ou seja, a empresa paga o salário para a beneficiária e depois deduz o valor pago no ajuste com previdência. Dessa forma a empresa continuará pagando o salário do trabalhador que tiver o seu horário de trabalho reduzido, e quando do recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica a mesma deduzirá a parcela a mais das horas trabalhadas de seus funcionários.

O presente projeto, ao conceder incentivo fiscal às empresas, pretende beneficiar os setores mais afetados pela crise e, desse modo, preservar milhares de postos de trabalho.

Essa seria mais uma dentre tantas medidas já em vigor, propostas pelo governo federal, como: alteração da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física para quatro alíquotas, redução do IPI para a produção de carros, redução do IOF para pessoa física, redução dos compulsórios bancários, entre outros. Ao todo o Brasil já injetou na economia com os pacotes contra crise (redução de impostos, investimentos diretos, aumento da liquidez bancária, etc.) algo em torno de R\$ 500 bilhões.

Ou seja, pelas razões que nortearam a apresentação da proposta, esperamos contar com o apoio dos nossos pares para que a iniciativa venha a merecer o acolhimento e aprovação desta Casa.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paim, eu queria fazer uma homenagem a V. Ex^a, para estimular e manter o seu entusiasmo e a sua coragem. Acho que nada melhor do que buscar aquele que é hoje o maior líder da democracia no mundo, de raça negra: Barack Obama.

Vou reproduzir as palavras de Barack Obama, no seu primeiro discurso. Eu, no passado, de tanto acompanhar o Paim, dizia que ele seria o Martin Luther King, mas fico com Barack Obama, porque está vivo, está em ação. Barack Obama deu um grande ensinamento de sabedoria. Sócrates já dizia: *“Só há um grande bem: o saber; só há um grande mal: a ignorância”*. Em seu primeiro discurso, quando era universitário em Ciências Políticas, ele e seus amigos negros estavam orgulhosos de entrarem na universidade, país da liberdade, mas se sentiram frustrados e decepcionados, porque a direção daquela universidade angariava fundos para mandar para o governo da África do Sul, para manutenção do *apartheid*. Eles fizeram um movimento, e eis o primeiro discurso da vida de Barack Obama, que está no livro dele.

Digo-vos que se está a travar um combate, está a travar-se do outro lado do oceano, mas é um combate que nos toca a todos e a cada um de nós, quer saibamos, quer não, quer queiramos, quer não, um combate que exige que escolhamos um campo, não entre negros e brancos, não entre ricos e pobres. Não, é uma escolha mais difícil, é uma escolha entre dignidade e servidão, entre justiça e injustiça, entre empenhamento e indiferença, uma escolha entre o bem e o mal.

Esse foi o primeiro discurso de Barack Obama.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Papaléo Paes, do PSDB do Amapá.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero registrar aqui a presença de Vereadores representantes de diversos Municípios do País, de diversas regiões, que estão aguardando que a Câmara promulgue o que foi votado aqui sobre a PEC nº 20, de 2008, que, nesta Casa, recebeu apenas três ou quatro votos contrários.

Então, nós estamos aqui dizendo às senhoras e aos senhores que nós apoiamos, que esta Casa fez a sua parte e que realmente esperamos que o novo Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, pela sua coerência, faça com que esta matéria receba o tratamento que deve receber para que seja feita justiça a todos aqueles que viram aprovadas nesta Casa a PEC nº 20, referente aos direitos de pessoas que

foram votadas pelo seu povo, pela sua sociedade em seus Municípios e que devem compor as Câmaras municipais.

Quero dizer aos senhores que insistam no seu pleito ao qual o Senado Federal já deu prova incontestada de apoio, quando da aprovação praticamente unânime da Casa.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos nos associar à saudação e às palavras do Senador Papaléo Paes. O caso dos Vereadores é um caso mal resolvido. O Senado, com a sua razão de ser, fez nascer uma lei boa e justa. Aliás, ela não nasceu aqui. É de um Deputado do PDT do Rio Grande do Sul, uma das inteligências mais privilegiadas do Parlamento. Ela foi analisada, discutida e aprimorada aqui. Nós queremos crer que está na hora de fazer nascer essa lei boa e justa.

Quero lembrar a importância dos Vereadores. Sintetizando tudo, eu disse que um Vereador é um Senador municipal, e nós, Senadores, somos Vereadores federais.

Para usar da palavra, como Líder do PR, o Partido Republicando, o Partido historicamente mais antigo da nossa República, o Senador João Ribeiro. Sua Excelência é do PR do Estado novo de Tocantins, já foi Vereador e Prefeitinho e, agora, é extraordinário Senador da República, com perspectivas invejáveis na política do seu Estado e do Brasil.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus caros amigos suplentes, próximos Vereadores, já que muitos deles tiveram mais votos do que alguns que estão no seu mandato, alguns que estão exercendo o mandato de Vereador nas suas comunidades, por causa da legenda partidária.

Hoje, em reunião comigo, em meu gabinete – e alguns que estiveram comigo na sexta-feira, principalmente os Vereadores do meu querido Estado do Tocantins, no meu escritório político lá na nossa capital, Palmas – discutimos exatamente esta questão, Senador Mão Santa, de buscarem o seu direito, de correrem atrás do prejuízo, já que a legislação não lhes permitiu até o momento assumirem a vaga que, de fato, lhes é de direito.

Eu, que fui Vereador, como disse V. Ex^a, comecei a minha vida como Vereador da minha cidade de Araguaína, fui Vereador, Deputado Estadual por Goiás, Prefeito, Deputado Federal duas vezes e hoje Senador, eu, ao iniciar esta minha fala, Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar neste momento, nesta tarde, a importância do Vereador em nosso País.

Portanto, eu rendo as minhas homenagens a todos os Vereadores que estão espalhados por este País afora porque, na sua comunidade por mais pequena que seja, por mais longínqua que ela esteja dos grandes centros, ele exerce um papel extremamente importante na vida da população dos Municípios brasileiros. E não podemos deixar de registrar, mesmo que seja retórica, que o cidadão vive na sua comunidade, vive na cidade, vive no distrito, vive no povoado, vive, muitas vezes, é lá no sertão, na roça. E o Vereador é o primeiro a receber os reclames da sua população, da população que ele representa.

Só quem foi Vereador sabe e sentiu na própria pele a importância do trabalho do Vereador neste País. Eu sempre defendi o trabalho dos Parlamentares municipais, daqueles que, como já dizia o meu amigo Deputado Eduardo Gomes, Deputado Federal que está também a favor da luta dos Vereadores, estão querendo assumir. E são exatamente, Sr. Presidente, 7.343 novos Vereadores.

E aí os que não estão bem informados podem até dizer que nós estamos defendendo aumento de gasto público ou até aumento do gasto das Prefeituras Municipais. Só que muita gente não sabe que existe uma dotação para a Câmara Municipal que ficou aprovada na PEC 20, que só não foi promulgada, Sr. Presidente, porque lamentavelmente o Presidente da Câmara, cujo mandato estava findando, infelizmente não promulgou essa PEC. Mas havia um compromisso do Senado Federal. Como disse o Senador Papaléo, foram poucos os Senadores que não tiveram compreensão de entender que não seria um aumento de vagas para as Câmaras Municipais, mas a reposição daquilo que lhes foi tirado numa PEC anterior que lamentavelmente deixou de conceder as vagas a esses que disputaram a eleição.

E como eu fui vereador, Sr. Presidente, eu sei perfeitamente a importância que tem cada vereador deste País, principalmente aqueles que vivem lá no interior, nas pequenas cidades, ou melhor, seja nas pequenas, seja nas maiores, guardadas as proporções de acordo com o tamanho da população do município, do eleitorado. Acho que não existe na política brasileira ação mais importante do que a do vereador no seu município.

E, portanto, é por isso, Sr. Presidente, que eu volto à tribuna nesta tarde de segunda-feira, dia 2 de março, para solicitar desta tribuna ao Presidente Michael Temer, meu particular amigo, que S. Ex^a veja como pode resolver essa situação para promulgar a PEC dos vereadores, embora o Senado, como foi dito, pela maioria esmagadora tenha concedido isso aos vereadores. Se tivesse sido promulgada a PEC na-

quele dia, ou naquela noite... O Presidente Garibaldi foi corretíssimo nessa questão como em várias outras, mas sobretudo nessa de que estamos falando. S. Ex^a havia feito o compromisso, inclusive entrou na Justiça e foi ao Supremo para fazer valer aquilo que foi decidido pelas duas Casas do Congresso, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Portanto, Sr. Presidente, não há aumento de gastos; existe a dotação própria das câmaras municipais. E os funcionários, aqueles que iriam assessorar? Seriam mais ou menos trinta mil vagas de trabalho por este País afora, além da importância do trabalho do vereador, que tem de ser destacado toda vez que falarmos em um vereador ou em uma vereadora. Na sexta-feira, esse grupo de parlamentares do Tocantins, de vários municípios do meu Estado, me procurou. Eu lhes disse que mantinha a mesma posição, que eu era um político de posições claras e transparentes, que as minhas posições eu sempre as adotei sem esconder. Tudo que eu tenho que fazer... Foi assim desde o início da minha vida e deu certo até hoje e vou continuar até o último dia. O compromisso que eu fizer será cumprido. Ninguém é obrigado a tratar com ninguém, mas tratou deve cumprir o que tratou. Eu disse a eles em Palmas que os apoiaria. Almocei com eles hoje, estiveram no meu gabinete, alguns do meu Estado, principalmente.

Eles estavam aqui com Fábio Persi, que é de Governador Valadares do grandioso Estado de Minas Gerais, que está sob o comando desse movimento de recomposição das câmaras municipais.

Vários vereadores deste País vieram a Brasília para articular com as autoridades e conversar com o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. E tenho a impressão, pelo que conheço, de que como jurista o Deputado Michel Temer vai olhar, com certeza, com bastante cuidado essa questão e atender aos vereadores.

Estaremos hoje, Presidente Mão Santa, com o Ministro José Múcio, que é da área política do Governo Federal, do Governo do Presidente Lula. Estaremos hoje também pedindo apoio ao Ministro para que ele faça alguma coisa. Ele também é Deputado e está no exercício do Ministério. Ele está licenciado, mas é Deputado Federal e é a pessoa do Governo com quem temos de conversar. Portanto, estaremos conversando.

Essa questão dos vereadores não tem partido político. Todos os partidos que têm assento no Congresso Nacional, e até os que não têm, estarão apoiando para que seja cobrado do Presidente Michel Temer e da atual Mesa que comanda a Câmara dos Deputados a promulgação da PEC nº 20. Estou inclusive com a cobrança para o Michel.

Os vereadores pregaram aqui em mim, Presidente Mão Santa. E aqui está, agora, a Senadora Serys Slhessarenko, do Estado do Mato Grosso, que acaba de assumir a Presidência e, com certeza, estará apoiando também os senhores vereadores.

Eu vou conceder o aparte ao Senador Mão Santa, que, há pouco, presidia a sessão desta tarde.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Ribeiro, V. Ex^a representa com grandeza a experiência e o pensamento do Senado da República neste instante. V. Ex^a foi vereador, V. Ex^a foi prefeito. Nós sabemos: um quadro vale por dez mil palavras. Eu também fui prefeito da minha cidade, e nós sabemos que há um percentual fixo. No meu tempo era em torno de 5% que o prefeito transferia para a Câmara, para ela fazer aquelas despesas. Também o Governador do Estado tem as suas transferências para o Poder Legislativo, para o Poder Judiciário, para o Ministério Público, fixas. Então, eu faria a seguinte pergunta: diante desse grande erro da democracia... Quer dizer, o Poder Judiciário se intrometeu e decidiu isso – isso foi uma decisão dele. A justiça, João Ribeiro, é divina; Cristo, que está ali, andou por aqui, foi numa montanha e bradou: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Ela é divina, é uma coisa de Deus. Está aí, Deus entregou a Moisés as leis, as primeiras leis, os dez mandamentos. É, mas ela é feita aqui por homens – *errare humanum est* – e, às vezes, por homens não humanos.

Temos muitos erros na Justiça. Esse foi um erro. Um quadro vale por dez mil palavras. Só tem esta razão o Senado da República: a população... V. Ex^a sabe que há Estados ou há Municípios que têm menos de mil habitantes, No grandioso Estado de São Paulo, Papaléo – nós fomos Prefeitos –, há dois Municípios com menos de mil habitantes. Vamos colocar oitocentos. Essa lei... Um Município de trinta mil habitantes tem o mesmo número de vereadores. Quer dizer, um vereador em um Município pequenininho desses, de menos de mil habitantes, representa cem pessoas; nesses outros grandes, quatro, cinco mil pessoas. Eu faria a seguinte diria à imprensa, que é o quarto poder – faço essa reflexão, um prefeitinho: são 5.564 Municípios. Dizem, dizem, dizem, informaram ao povo erroneamente – uma mentira repetida se torna verdade – que isso era austeridade e que iam economizar. Caíram naquela de Goebbels. A imprensa se meteu, e está aí a opinião. É isso mesmo. Agora eu faria a pergunta: dos 5.564 Municípios, qual Câmara de Vereadores, qual Presidente da Câmara chamou o Prefeito e disse: eu economizei; está aqui para V. Ex^a aplicar no serviço social, diminuir a pobreza. Nenhum, a despesa continua a mesma. Essa é a realidade.

Então, esta Casa debruçou-se, esta Casa fez nascer uma lei como deve ser nascida: passando pelas Comissões, pela experiência, discutida na Comissão de Justiça, na Comissão de Economia. Aqui – o Papaléo disse o número – só três Senadores foram contra. Os relatores, os mais experientes, ofereceram uma representatividade melhor para a população de seus Municípios. Essa é a verdade. Agora, João Ribeiro, eu contaria um quadro de como o vereador é importante. Por isso estamos aqui a oferecer uma lei boa e justa para o País. Olha, lá onde nasceu a democracia, na França, com o grito do povo, e que dividiu o poder – daí valorizar isso, a feitura das leis –, Giscard D’Estaing, grande líder; Charles de Gaulle, Presidente brilhante da França por sete anos, estadista, ganhou as eleições no primeiro turno. Ganhou, venceu as eleições no primeiro turno para Mitterrand. Mitterrand uniu, fez uma matemática para diminuir o desemprego e conseguiu ganhar de Giscard D’Estaing. João Ribeiro, depois de Giscard D’Estaing, com sua democracia, colocar a faixa no seu opositor Mitterrand, a imprensa indagou: “E agora, qual será seu futuro político?” Ele disse: “Vou voltar para minha cidade natal e ser vereador lá”. Essa é a grandeza dessa gente.

Então, é um caso mal resolvido e quero cumprimentá-lo e apoiá-lo por continuar esse caso mal resolvido, que está ruim para o País e muito pior para o Senado e para a Câmara Federal. Nós somos responsáveis por fazer uma lei boa e justa e manter o equilíbrio entre os Poderes. Compete a nós fazer essas leis.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, e incorporo o seu aparte. Sem sombra de dúvida, a fala de V. Ex^a é muito mais brilhante do que o meu discurso.

Concedo um aparte ao Senador Papaléo.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador João Ribeiro. V. Ex^a fez menção no seu discurso – e quero chamar a atenção para isso – sobre a questão do número de vereadores. Depois que aprovamos esse projeto aqui, a mídia noticiou como se fosse uma verdadeira farra de aumento de cargos públicos, de ônus para os Municípios, para a Nação. V. Ex^a já deixou bem claro, e é para isto que quero chamar atenção: o aumento do número de vereadores não vai onerar em nada os Municípios, porque os repasses que ocorrem nos Municípios pelo Governo Federal são repasses constitucionais. Com um vereador ou com trinta vereadores, o percentual é o mesmo. Então, quero deixar bem claro que não onera os Municípios, não onera as câmaras municipais, não onera o Governo Federal, porque os repasses são calculados de acordo com o número de habitantes de cada Município. Era isso que eu gostaria de deixar bem claro

e sobre o que V. Ex^a já havia falado em seu pronunciamento. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Incorpo também ao meu pronunciamento o aparte de V. Ex^a à defesa que faço.

Quero, ainda, Sr^a Presidente, dizer que precisamos resolver essa questão. Não pode uma PEC aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional ficar engavetada, já que o Presidente do Senado, na época o Senador Garibaldi, como já disse, fez uma firme defesa da promulgação dessa PEC, chegando a ir ao Supremo para que se fizesse valer o que foi aprovado pelas duas Casas.

Portanto, é preciso consertar esse deslize, e ainda há tempo para isso. O Deputado Michel Temer é um jurista respeitado. Espero que os Srs. Parlamentares que ainda vão conversar com o Deputado Michel Temer já estejam articulando – disseram-me hoje que já estão articulando essa audiência, não sei se para hoje ou amanhã – para poder tratar dessa questão.

Eu, Sr^a Presidente, fiquei observando hoje, na audiência que tiveram em meu gabinete, e, na sexta-feira, na Capital, figuras da política tocantinense, Parlamentares que tiveram mais votos do que muitos que estão no mandato – não tenho nada contra quem está no mandato, que fique isso bem claro. Via lá, por exemplo, o ex-Presidente da Câmara de nossa capital, Tibúrcio Tolentino, um galego que foi vereador, é suplente e que tem tanta experiência e ajudaria tanto; os demais que vieram da nossa Capital, que vieram do Tocantins, dos vários Municípios, Vereadores de Araguaína, do Bico do Papagaio, Araguatins, Gurupi, Paraíso, Porto, das pequenas cidades. E os suplentes, o nosso Josmundo, Biba, o vereador André, irmão do Deputado Eduardo Gomes, lá da cidade de Miracema, primeira capital do Tocantins, e tantos outros. Estive lá sábado, entregando um monte de equipamentos novos, junto com o Prefeito Júnior Evangelista, que faz um brilhante trabalho na primeira capital do Tocantins. E a gente observa essa luta – citei esses companheiros como exemplo – de tantos outros bons amigos e companheiros que aqui estão e dos que não puderam estar, que vieram representando aqueles que aqui não puderam estar.

E a gente não pode, Sr^a Presidente, deixar de apoiar aqueles que procuram o seu direito, aqueles que buscam seus direitos. Nós, Parlamentares, não podemos deixar de entender isso, de sobretudo respeitar o que aconteceu nas urnas. A legislação precisar vir para consertar exatamente algumas falhas.

Nós precisamos, Sr^a Presidente, fazer a nossa reforma política. Aproveito para tocar neste assunto, Senador Alvaro, Senador Papaléo e Senador Mão San-

ta. Nós precisamos urgentemente, no mês de março ainda, tratar de vários pontos da reforma política que o Governo enviou para a Câmara e para o Senado. A gente agora precisa sentar e resolver a questão da reforma política.

Aproveitando essa questão dos vereadores, que é o assunto central que trago hoje, eu estarei cobrando desta tribuna, permanentemente, que façamos um reforma política. A gente não pode depois reclamar do TSE ou do Supremo, reclamar que o TSE faz por nós a reforma política que nós não fazemos, Senador Mão Santa. Se não cuidamos das leis que vão nortear as futuras eleições deste País, o que é que nós vamos dizer para o nosso povo, para a nossa gente? Que não estamos cumprindo com o nosso dever, com a nossa obrigação. Está aí a situação dos vereadores. É por causa disso. Muitas vezes as leis caducam e precisamos fazer a reformulação. É para isso que existe um Senado permanentemente em funcionamento. É por isso, Senadora Serys, que reduzimos o nosso recesso parlamentar, que concordamos com a redução do recesso parlamentar, para que a gente possa, mais permanentemente, discutir os problemas do País. Ninguém pode reclamar de que não deu tempo para fazer isso ou aquilo. Este Senado, quando quer, faz. A Câmara dos Deputados, quando quer, faz, resolve. Portanto, não se pode ficar o tempo todo dando desculpas. É preciso ter mais sinceridade, é preciso ser mais franco com as pessoas, mesmo que doa. A franqueza é muito importante. Volto a dizer que foi assim que norteei todo o início de minha trajetória política. E assim fui construindo, tijolo por tijolo, em cada Município de meu Estado, em cada rincão do Tocantins, em cada comunidade. Fui franco, dizendo “não” quando não era possível fazer. É muito melhor que a gente diga “não” às pessoas quando não podemos fazer, porque assim eles podem partir para outra questão ou procuram apoio em outras pessoas, quando você não pode resolver. Assim, quando você diz que vai fazer, as pessoas sabem que você vai fazer. Aí eles dizem: “Vai, sim, vai acontecer, porque ele me disse que vai fazer”.

Então, Srs. Vereadores, fica aqui a minha solidariedade, o meu apoio, o apoio do Senado Federal. Na sua grande maioria, aqueles que têm compreensão, que viveram, que sabem a importância de um vereador neste País e sabem também que não aumentariam os custos, já que cada Câmara Municipal tem a sua dotação, e o rateio seria feito, em que pese a diminuição de mil ou quinhentos reais no salário de cada um dos Srs. Parlamentares...

Um vereador um dia questionou-me, e eu disse isso a eles hoje no meu gabinete. Questionamento: “Senador, o senhor estava defendendo que os su-

plentes assumissem e que a gente perdesse um pouco do nosso salário". Eu disse: "Venha cá, Vereador, e se fosse você que estivesse no lugar deles? Você estaria pedindo-me apoio para que você pudesse assumir o seu cargo?" Ele respondeu: "Pois é. Não tinha pensado nisso". "Pois comece a pensar! Coloque-se no lugar deles!"

Portanto, não desistam! Vamos à luta, como disse a vocês! Sejam persistentes no objetivo de vocês. Eu sou Senador da República, porque fui a vida inteira determinado, persistente, e acredito naquilo que faço e no que me proponho a fazer. É assim que temos que ser. Vamos à luta. Busquem apoio. Daqui a pouco, como eu disse, estaremos no Palácio do Planalto, para pedir apoio político do Governo, através do Ministro José Múcio Monteiro, às 17h30.

E espero que vocês tenham sucesso nessa caminhada, que vocês consigam voltar para suas bases, dizendo ao povo que representam que vocês vão estar defendendo os interesses de cada comunidade, investidos no cargo de vereador, que é um cargo extremamente importante neste País. Político deveria ser primeiro vereador, que é a escola, é o vestibular para que pudesse disputar outro cargo depois.

Então, encerro, Sr^a Presidente, agradecendo a paciência de V. Ex^a e dizendo aos meus amigos vereadores que contam sempre com o Senador João Ribeiro.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Ribeiro, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador João Ribeiro.

Com a palavra, pela inscrição, o Senador Alvaro Dias.

Pediria um segundo para saudar o Prefeito de Sorriso, Município de nosso Mato Grosso, Chicão Bedin, e seu secretário.

Prazer tê-los aqui.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, a nossa saudação ao Prefeito e também aos Vereadores que aqui comparecem. Entendo que esse impasse tem que ser solucionado o mais rapidamente possível, os interessados precisam saber se essa emenda será promulgada ou não será promulgada. Sem discutir mérito, entendo que a solução deve ser anunciada o mais rapidamente possível em respeito àqueles que, muitas vezes, percorrem longas distâncias

para chegar a Brasília e reivindicar. Se cabe ao Presidente da Câmara decidir se promulga ou não, deve ele decidir com urgência. Se esperarmos pelo Supremo Tribunal Federal, certamente, vamos esperar por um bom tempo. Portanto, o que desejo é que esse impasse seja solucionado o mais rapidamente possível.

Sr^a Presidente, Srs. Senadores, não é sem constrangimento que compareço à tribuna na tarde de hoje, para participar deste debate sobre o repasse de recursos do Governo Federal ao MST. Antes de mais nada, quero dizer que sempre militei na área progressista da política. Sempre me coloquei na defesa dos interesses daqueles que mais necessitam de defesa: as pessoas menos favorecidas. E, evidentemente, os trabalhadores sem terra sempre foram alvo das nossas preocupações e sempre foram por nós defendidos. Quando exerci o mandato de Governador do Estado do Paraná, mantive com eles o melhor relacionamento e, com as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o melhor dos relacionamentos.

Não tivemos dificuldades. Ao contrário, aqui está o Secretário da época, o Senador Osmar Dias, Secretário da Agricultura. Realizamos 35 assentamentos rurais, e todos eles se tornaram viáveis com o apoio do Governo – 36, diz o Osmar. Houve apoio técnico, fornecimento de sementes; os técnicos da Emater acompanhavam os trabalhadores no assentamento; o Governo oferecia infra-estrutura. Enfim, os assentamentos foram viabilizados.

Aliás é bom dizer que, quando o MST nasceu, foi aplaudido por todos. Eu, particularmente, saudei o surgimento do movimento, porque todos nós desejamos a reforma agrária como forma de distribuir renda e promover desenvolvimento.

Não sei se pode existir alguém contra um programa de reforma agrária inteligente, mas é preciso dizer que aquele MST não existe mais, aquele MST foi invadido, houve uma invasão do movimento por pseudolíderes que na verdade não representam as aspirações de quem vive no campo.

Transformaram o MST numa ferramenta política. O movimento transformou-se num aparelho com outros objetivos.

Esta Casa e a Câmara dos Deputados investiram.

Uma comissão mista, integrada por Senadores e Deputados, realizou um diagnóstico completo sobre a estrutura fundiária brasileira e apresentou ao final dois relatórios. Já que foi uma Comissão heterogênea, marcada por disputa ideológica, entendemos que devemos encaminhar os dois relatórios: o relatório derrotado e o relatório aprovado.

Certamente, tanto o Ministério Público como o Governo encontrariam subsídios nos dois relatórios para as providências que se faziam necessárias. Essa CPI, Senador Papaléo Paes, foi concluída em 2005. Solicitei do Tribunal de Contas da União uma auditoria. Essa auditoria confirmou a existência das irregularidades apontadas pela CPI e exigiu o ressarcimento de R\$18 milhões aos cofres públicos.

Para minha surpresa, diante de uma afirmativa absolutamente correta do Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo, que disse ser ilícitude repassar dinheiro público a entidade que pratica ilícitudes, surpreendentemente o Ministro da Reforma Agrária, em tom até desafiador, cobrou que indicasse o Presidente do Supremo convênios irregulares mantidos pelo Governo Federal.

Causou-me surpresa porque eu imaginava ser do conhecimento do atual Ministro as conclusões da CPI ou mesmo o relatório final da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União.

Sr^a Presidente, as autoridades do Governo não podem alegar desconhecer os resultados da CPMI da Terra. Os trabalhos da CPMI foram desenvolvidos durante quase 2 anos: 45 reuniões, 125 depoimentos e 9 Estados visitados.

Nós temos aqui o relatório. Eu quero anunciar à Casa que estou reencaminhando ao Procurador da República, ao Ministério Público, portanto, esse relatório. É um relatório bastante denso, com fatos relevantes, com irregularidades constatadas. Estou reencaminhando ao Ministério Público e também ao Governo Federal, ao Ministro da área, para que ele possa tomar conhecimento, já que cobrou isso, de convênios irregulares. Basta passar os olhos sobre algumas das folhas desse relatório para encontrar irregularidades.

A Concrab tem situação fiscal irregular. Quando a situação da entidade, a situação fiscal, é irregular, o Governo está impedido de repassar recursos públicos. Mas o Governo sempre ignorou o fato de estar esta entidade fiscalmente irregular.

A Concrab – para rememorar – é um dos braços jurídicos do MST. O movimento não tem personalidade jurídica e vale-se de entidades, como a Concrab e a Anca, para receber recursos públicos. Há duplicidade de convênios; o Ministério retira verbas dos centros de pesquisa para repassar ao MST. Quanto a evidências do vínculo da Concrab com o MST, não há necessidade de nos reportarmos – mesmo endereço etc. Com relação aos convênios atrasados, vou citar apenas alguns. Aqui está um convênio: realização de encontro para a construção da Agenda 21 em assentamos de reforma agrária na região de Andradina, São Paulo, convênio 480.533. Outro convênio: 487.385, realiza-

ção de encontro também com o mesmo objetivo. Dois convênios. Irregularidades: prestações de conta não comprovam a execução das metas física e financeira do convênio, R\$343 mil, inicialmente. A análise das prestações de contas não abordam a questão da falta de comprovantes. Não há comprovantes. O primeiro aditivo diminui metas e aumenta verbas do convênio. Enfim, são inúmeras irregularidades que não pretendo ler aqui, já que considero isso desnecessário porque quem deve ler, agora, é o Ministro, que cobrou que apontassem convênios irregulares.

Mas aqui há outros convênios irregulares: convênio 48854. No último dia do convênio, a Concrab limpou a conta do convênio, sacando 13 cheques ao portador de diferentes valores. Os 13 cheques foram sacados num só caixa, no mesmo horário. Parte desse dinheiro a Concrab usou para pagar a 12 pessoas e realizou algumas transferências. Depois disso, não se sabe para onde foram destinados esses recursos. O convênio 481.951 diz respeito ao saque de três cheques ao portador, também limpando a conta do convênio no mesmo momento. E a CPI revelou que era utilizado o mesmo esquema empregado no mensalão para o saque de dinheiro em espécie na boca do caixa. Três *motoboys* eram utilizados, como se chama popularmente, como “laranjas” para sacar dinheiro na boca do caixa em espécie, sem, portanto, prestação de contas quanto à destinação desses recursos. Mais de R\$2 milhões em cheques nominais e ao portador foram sacados na boca do caixa, utilizando-se desse expediente, como ocorreu – e a Nação tomou conhecimento disso – durante as investigações da CPI dos Correios.

Aqui o convênio 488.920, da Secretaria Especial da Pesca: irregularidades também constatadas nesse convênio.

Questionado acerca de diversos indícios de irregularidades identificados nos convênios federais da Concrab que foram analisados bem como sobre irregularidades identificadas na análise de quatro fitas do caixa, Francisco Dal Chiavon se recusou a responder todas as questões formuladas pelo Deputado Luis Carlos Heinze, na 39^a reunião, invocando o direito ao silêncio por 27 vezes. Esse expediente do silêncio foi fartamente utilizado também na CPI da Terra.

Mas, Srs. Senadores, a Anca, Associação Nacional de Cooperação Agrícola; a Concrab, Confederação Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil; e o Iterra, Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, foram condenados pelo Tribunal de Contas da União a devolver R\$18 milhões aos cofres públicos. E o Ministro diz não ter conhecimento de irregularidades.

No extenso rol de irregularidades, constava a utilização de recursos com objetivos diferentes dos aprovados nos convênios e a não comprovação de gastos, além de convênio com objetos incompatíveis com os programas e indícios de fraudes em documentos que comprovam despesas.

Devo ainda ressaltar que o relatório final da CPI recomendou que Anca, Concrab e Iterra, como braços jurídicos do MST, fossem responsabilizados civilmente a fim de indenizar os danos causados ao patrimônio público, privados e ambientais por membros do movimento.

O Tribunal de Contas fiscalizou 109 convênios, a nosso pedido, com 11 Ministérios e Secretarias do Governo Federal, no total de R\$32 milhões. Dentre as principais irregularidades estavam desvio de recursos do Orçamento da União, não-comprovação da execução dos convênios e indícios de fraudes em documentos que comprovam despesas. Quase R\$10 milhões que estavam previstos no Orçamento para ações nas áreas de educação, saúde, pesquisa e reforma agrária foram desviados para que o MST pudesse publicar cartilhas e realizar encontros e seminários.

Vale ressaltar, ainda, que uma das irregularidades mapeadas pelo Tribunal de Contas dizia respeito à utilização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para a festa de comemoração dos 20 anos do MST. O Ministro Guilherme de Almeida destacou: “além dos indícios de fraude nos pagamentos, constatou-se a movimentação irregular das quantias nas contas bancárias específicas, haja vista o saque de valores elevados, em dinheiro, para pagamento a supostos beneficiários”.

Nos últimos sete anos, período no qual mais de 300 ocupações a propriedades privadas foram registradas, o MST recebeu mais de R\$49 milhões do Governo Federal.

Na CPI da Terra, constatamos que cresciam as invasões coincidentemente com o repasse de recursos do dinheiro público pelo Governo Federal por meio dos convênios celebrados. Coincidência. Não estávamos, à época, autorizados a afirmar que se tratava de financiamento das invasões, mas a coincidência foi comprovada. Quando crescia o número de invasões a propriedades produtivas, o Governo estava repassando valores superiores.

Sr^a Presidente e Srs. Senadores, outros dados poderiam ser aqui citados. Por exemplo, um especialista na operação do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), Carlos Blener, disse o seguinte:

“Na invasão da Câmara dos Deputados por 525 integrantes do MLST, só foi possível constatar a relação entre o evento e o finan-

ciamento público depois que dois dos responsáveis pelo movimento, Bruno Maranhão e Edmilson de Oliveira Lima, foram presos e identificados como “responsáveis” por alguns dos convênios entre a Anara e a União”.

Complementa o especialista:

“Não fosse essa relação e, a partir daí, uma minuciosa investigação nas prestações de contas dos convênios que favoreceram à Anara, seria muito difícil saber que entidade utilizava recursos do convênio para finalidades alheias ao objeto conveniado, como caracterizou o Tribunal de Contas da União”.

Além, é bom lembrar que nós denunciávamos, à época, quando houve uma visita de lideranças deste movimento, o MLST, ao Presidente da República, ato em que o Presidente usou o boné do movimento, que, no dia seguinte, foram liberados recursos, através de convênio, para o movimento.

O que nós queremos agora afirmar, Sr^a Presidente, é que esse movimento foi, como eu já disse, invadido e transformado em aparelho com objetivos de natureza política. Isso retirou a autoridade do Governo. O MST transformou-se em movimento a favor da candidatura do Presidente Lula na primeira e na segunda eleições, passou a obter retribuição do Governo Federal no repasse de recursos públicos, que se agigantaram durante os dois mandatos, e se estabeleceu uma cumplicidade: o Governo Federal tornou-se cúmplice do movimento e não fez cumprir a lei. A afronta à lei é constante, a violência no campo, a desorganização do sistema fundiário brasileiro...

Em regiões de Estados em desenvolvimento, como o Paraná, Senador Papaléo Paes, há a constatação da existência de verdadeira “lei da selva”. Assassinos ocorrem, os inquéritos não são instaurados ou, quando instaurados, não são concluídos, não há prisões, não há julgamento, não há condenação de parte a parte; as terras são griladas, há invasões e a violência prevalece na desorganização...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a V. Ex^a mais um pouco de tempo. Vou conceder um aparte ao Senador Papaléo e, depois, vou concluir.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há vários inscritos, Senador. Só por isso.

V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Em apoio ao meu companheiro, quero dizer que não é só um minuto de prorrogação. Temos, no mínimo, dois minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Os antecedentes tiveram muitos minutos de prorrogação, até porque hoje é um dia tranquilo aqui no Senado Federal. Vou concluir rapidamente.

Eu estava afirmando que há uma relação de promiscuidade, tanto que fui informado agora pela imprensa que o Presidente Lula disse que vai continuar repassando recursos ao MST e que não existe lei que impeça o Governo de repassar recursos, mesmo diante de irregularidades denunciadas. Discordo do Presidente: a lei existe e é clara. Quando há irregularidades, enquanto não houver a regularização, o Governo fica impedido de continuar executando o convênio. Não só fica impedido de iniciar novos convênios, mas fica impedido de executar o convênio em andamento. A lei é clara e diz isso.

Concedo ao Senador Papaléo Paes o aparte para, depois, concluir.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Alvaro Dias, quero parabenizá-lo pelo tema, importante, preocupante, que traz à Casa. Acabei de dar uma entrevista para a TV Tucana e disse que o relacionamento – acabei de afirmar, ao vivo – do Governo Lula com o MST é um relacionamento promíscuo, promíscuo. Outro dia, eu conversava com uma grande autoridade religiosa da minha igreja, Igreja Católica. Ele disse: “Nós e o PT criamos um monstro que não temos condições de domar”. Então, hoje, não há como domar o MST, um movimento que começou com uma intenção puramente social e que hoje é puramente político, que já está se armando, já está matando, está invadindo... Se você fizer uma seleção das áreas invadidas, você vai ver que caracteriza muito mais um movimento político, porque o PT jamais irá fazer sua parte no sentido de redirecionar as ações do MST. Jamais fará isso, porque passou a ser um Partido eleitoreiro como muitos daqueles que ele próprio criticava. Então, foi um movimento criado para a ascensão do PT ao poder, junto com a Igreja Católica, que é a minha igreja, e que hoje não pode ser domado. Então, o Presidente Lula jamais ousará tirar verbas públicas que estão alimentando um movimento prejudicial à sociedade brasileira. Nenhum daqueles tem cara de sem-terra. Nenhum daqueles! Você pode olhar, analisar, não tem um que tenha cara de sem-terra. E para manter esse movimento gigantesco, é preciso muita verba, que o Governo tira da saúde, tira da educação, tira do Bolsa-Família, pois ele poderia dar muito mais do que esta miséria de R\$ 70,00. Em vez de dar para esse MST, daria um Bolsa-Família mais digno para o povo brasileiro. Parabéns a V. Ex^a.

Espero que passemos a discutir sobre esta questão e que o PT não se esconda da discussão, porque sempre vemos um Parlamentar que é a Senadora Serys aqui presente e, logicamente, o Senador Paim, mas os outros, quando entra essa discussão, se escondem e se ausentam.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço à Presidência licença para conceder um aparte ao Senador Pedro Simon, antes de encerrar.

Tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador, eu gostaria de focalizar essa questão sob um outro aspecto. Quando Lula assumiu a Presidência da República, eu assomei a essa tribuna dizendo que tínhamos uma grande oportunidade de equacionar um problema que não equacionamos desde a descoberta do Brasil. O problema da terra sempre foi mal-encarado. Se olharmos para os Estados Unidos, veremos que os Estados Unidos deram valor não ao título de posse, mas a quem estava em cima da terra. Quando víamos aqueles filmes, que eram verdadeiros, das pessoas indo para o Oeste, chegavam, ocupavam a terra, desde o início, faziam a reforma agrária. No Brasil, nós tivemos isso no Rio Grande do Sul. D. Pedro II trouxe milhares de pessoas alemães e italianas, que estavam passando fome na Itália, e deu-lhes um pedaço de terra com 25 hectares. No Brasil, o sistema fundiário sempre foi errado e continua errado. Achei que, com a chegada do Lula na Presidência da República, seria a hora. Lá estava o Lula, lá estava o movimento Lula, que chegou à Presidência da República com os movimentos da Igreja, de Evaristo Arns; lá estava o Movimento dos Sem-Terra, de que a Igreja fazia parte, com a sua Pastoral da Terra. Era hora de fazer o grande entendimento, era hora de fazer. Era hora de chegarmos a um entendimento, a um diálogo. Mas o que vejo, com toda a sinceridade, é que parece que nem há intenção de se fazer isso. Isso é que não entendo. Eu, sinceramente, não entendo. Como é que o Governo encontrou uma saída, positiva ou não, mas positiva, o Bolsa-Família, resolvendo o problema de milhares de pessoas na sociedade brasileira? Como é que, agora, o Governo está lançando um programa extraordinário de um milhão de moradias populares e não consegue encontrar uma solução para equacionar o problema da terra? Eu não entendo. Eu gostaria que o Lula respondesse isso à Nação. E é um contraste: o Governo dizendo que fez a maior distribuição de terra, uma imensidão de terra, e, de outro lado, os sem-terra dizendo que Fernando Henrique distribuiu mais terra do que Lula. Onde está a verdade não sei, porque, cá entre nós, essa agressividade... Por exemplo, o que os sem-terra fizeram lá no Pará, no congresso mundial

para o qual convidaram quatro presidentes da república e não convidaram o Presidente do Brasil... Quer dizer, o que está havendo? Acho que o Lula deveria dar uma explicação, com toda a sinceridade. Quer dizer, termina o governo dele pior do que quando começou. O problema dos sem-terra nunca... Porque eles se organizaram mais, agora não são só os sem-terra, são os sem-teto que também estão se organizando para fazer o mesmo nas grandes cidades. Acho que o PT e o Lula, mas principalmente o Lula deve uma explicação à sociedade sobre o problema da reforma agrária, o problema da terra: o que houve de diferente dele, Lula, com relação a Fernando Henrique que resultasse numa situação melhor? Pelo contrário, a situação está mais agitada, mais gritante, com mortes que não existiam naquela época, com movimentos organizados, de um lado e de outro, mata e não mata, que não existiam naquela época. Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu agradeço a V. Ex^{as}, Senador Pedro Simon e Senador Papaléo Paes, pelos apartes.

Eu pretendo concluir agora, Senadora Serys.

Eu visitei, Senador Pedro Simon, nove Estados com os colegas que integravam a CPI. E pude verificar que, mesmo os assentamentos realizados pelo Governo se tornavam inviáveis, não se viabilizavam. A mata cobria a terra, porque o Governo distribuía a área, mas não oferecia as condições para que o assentamento se tornasse viável economicamente.

Portanto, eu posso assegurar pelo que vi. O Governo Lula, em matéria de reforma agrária, é a consagração da incompetência. Não realizou reforma agrária nenhuma, não cumpriu os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral. Estabeleceu, sim, esta relação de promiscuidade com muita corrupção: desvio de recursos públicos.

Não estou nesta tribuna condenando o MST, não aquele MST que nasceu com o objetivo de estimular a realização da reforma agrária. Estou condenando aquele MST que se transformou em aparelho político, com outros objetivos que contrariam as aspirações dos que vivem no campo neste País. E, evidentemente, tem-se que condenar as atitudes do Governo, porque é conivente e é cúmplice da desonestidade que se pratica na utilização de recursos públicos que deveriam ser destinados para programas de reforma agrária, mas que, na verdade, são utilizados de forma aleatória com objetivos escusos.

Portanto, estamos encaminhando, repito, hoje ao Procurador da República, aliás reencaminhando, o Relatório da CPI – pretendo encaminhar os dois relatórios – e também ao Ministério da Reforma Agrária.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Muito obrigado pela gentileza do tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Solicito ao Senador Mão Santa que assuma a Presidência, uma vez que a próxima oradora sou eu.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, eu peço a minha inscrição para falar em nome da Liderança do PDT, assim que for possível.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Será feita a sua inscrição.

A Sra. Serys Slhessarenko, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko, do Mato Grosso, do Partido dos Trabalhadores...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Senador Mão Santa, que, neste momento, preside a nossa sessão.

Eu não vou entrar nessa discussão que o Senador Alvaro Dias acabou de levantar. É uma discussão da mais alta relevância, ela tem que ser feita no plenário desta Casa. Ela tem que ser feita, sim, porque nós sabemos o tanto de pessoas sem terra neste País que já morreram, que perderam sua vida pelas milícias armadas, daqueles que se apossaram, sem direito à terra, há muito tempo, desde as capitânias hereditárias. Apossaram-se de grandes extensões de terra, sem direito a elas, e hoje compõem as tais das milícias armadas para atacar os trabalhadores sem terra. É uma discussão de que os petistas não fogem, não. Eu digo que não fogem, que não podem fugir. E não vamos fugir. Vamos fazer essa discussão, sim.

Hoje, a nossa Bancada do PT, realmente, estamos em poucos aqui. Mas, se a gente for contar, os outros Partidos também estão num número muito reduzido aqui. Eu diria que há quase um ou dois Parlamentares de cada Partido só. Então, não é só o PT que está ausente neste momento do plenário. Mas essa discussão precisa ser feita, sim. Eu reconheço, Senador Alvaro Dias, que ela é importantíssima e que precisa ser feita aqui, com os dados que todos nós temos de ambos os lados, daqueles que defendem, daqueles que precisam da terra para tirar o pão nosso de cada dia e daqueles que acham que o latifúndio deve continuar predominando em nosso País.

Mas não é esse o assunto sobre o qual vou falar hoje. O que trago à discussão hoje...

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senadora Serys, quero registrar que o PDT está com 20% de sua Bancada presente aqui.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito bem, Senador. Também o PT estaria com 20%.

Quero trazer à discussão deste Plenário hoje uma questão extremamente relevante. Todos dizem que o Brasil começa após o Carnaval, mas trabalhei muito nessas últimas semanas e estou, neste momento, chegando do meu Estado, onde viajei por vários Municípios. Estive em Mirassol D'Oeste, em Comodoro, na nossa capital Cuiabá, em Porto Esperidião, em Conquista D'Oeste, em Pontes e Lacerda e outros Municípios do meu Estado.

Mas o tema que me traz hoje aqui é a água. Um bem, Senador Mão Santa, que hoje é aparentemente abundante, ao menos para muitos brasileiros, é, na verdade, uma preciosidade, que diariamente é negligenciada e desperdiçada por falta de consciência e atenção em relação ao futuro do Planeta e da humanidade.

Enquanto o número de pessoas sem acesso à água potável e saneamento básico no mundo não pára de crescer, a oferta desse recurso, essencial ao consumo e à produção, diminui cada vez mais. Nada mais sintomático do que a escassez de água.

É hora de deixar o paradigma da abundância e de adaptar o nosso dia-a-dia a essa nova realidade. Estudiosos preveem que, em breve, a água será a causa principal de conflitos entre nações. Já podemos observar sinais de tensões provocadas pela falta de água em regiões da África e do Oriente Médio.

O problema da gravidade da situação da água não está restrito apenas às regiões desérticas de longínquos continentes.

Nós, brasileiros, que sempre nos consideramos dotados de fontes inesgotáveis, estamos vendo algumas de nossas cidades sofrerem falta de água. A distribuição desigual é causa maior dos problemas.

Embora o Brasil seja o primeiro País em disponibilidade hídrica, Sr. Presidente, em rios do mundo, a poluição e o uso inadequado comprometem esse recurso em várias regiões do País.

O Brasil concentra em torno de 12% da água doce do mundo disponível em rios e abriga o maior rio em extensão e volume do Planeta, que é o rio Amazonas. Além disso, mais de 90% do território brasileiro recebe chuvas abundantes durante o ano e as condições climáticas e geológicas propiciam a formação de uma extensa e densa rede de rios, com exceção do Semi-árido, onde os rios são pobres e temporários.

A água limpa está cada vez mais rara na zona costeira e a água de beber cada vez mais cara. Essa situação resulta da forma como a água disponível vem sendo usada: com desperdício – que chega entre 50%

e 70% nas cidades – e sem muitos cuidados com a qualidade. Assim, parte da água no Brasil já perdeu a característica de recurso natural renovável (principalmente nas áreas densamente povoadas), em razão de processos de urbanização, industrialização e produção agrícola, que são incentivados, mas pouco estruturados em termos de preservação ambiental e da água.

A água doce, Sr. Presidente, potável e de qualidade está distribuída de forma desigual. O Brasil detém 53% da água doce da América Latina e 12% do total mundial, mas enfrenta problemas no que diz respeito à disponibilidade de tal recurso.

Conforme aponta o Relatório GEO Brasil Recursos Hídricos, divulgado pela Agência Nacional de Águas (ANA), há uma enorme discrepância em relação à distribuição geográfica e populacional da água em nosso País: a Região Hidrográfica Amazônica abriga sozinha 74% da disponibilidade de água e é habitada por menos de 5% dos brasileiros.

Os indícios do abastecimento de água cada vez menores são evidentes em todo o mundo. A maioria dos restaurantes já não está sequer oferecendo, Sr. Presidente, um copo de água grátis aos seus comensais e as cidades restringem seu uso em relação a jardins, piscinas e outras situações. Mais de 98% da água do mundo é salgada e os 2% restantes, em sua maior parte, estão congelados nos pólos.

Os lagos, rios e riachos do mundo representam só 1% da água doce. Os cientistas dizem que qualquer redução das calotas polares agravaria o problema do abastecimento ao elevar os níveis da água salgada.

O custo da água geralmente é estabelecido pelas agências governamentais e pelas autoridades locais do setor. A água não é cotada em bolsas de valores, Srs. Senadores. Há um órgão que monitora as tendências dos preços na Califórnia, o Estado mais populoso dos Estados Unidos, país em que os aumentos ficaram em média 6,3% ao ano entre 1989 e 2005. O petróleo aumentou, em média, nesse período, segundo contratos futuros negociados na Bolsa de Mercadorias de Nova York.

A falta de água potável no mundo a tornou mais valiosa do que o petróleo. O índice da Bloomberg demonstrou que, de onze empresas de água, o rendimento anual foi de 35% desde 2003. Já, em relação às ações do petróleo, o rendimento foi de 29%, e o do gás, 10%.

O Presidente da General Electric (GE) disse que a “escassez” da água potável em todo o mundo aumentará mais que o dobro da receita a ser obtida com o tratamento e a purificação de águas, para US\$5 bilhões até 2010. “Este será um mercado grande, diz ele, e em expansão por um longo período”, à medida que

os governos lutam para levar água para 4 bilhões de pessoas que moram nas áreas de grave escassez.

Outro foco de dificuldades é a distância entre fontes e centros consumidores. É o caso da Califórnia, nos Estados Unidos, que depende para o abastecimento até de neve derretida no distante Colorado. E também é o caso da cidade de São Paulo, que, embora nascida na confluência de vários rios, viu a poluição tornar imprestáveis para consumo as fontes próximas e tem de captar água de bacias distantes, alterando cursos de rios e a distribuição natural da água na região. Na última década, a quantidade de água distribuída aos brasileiros cresceu 30%, mas quase dobrou a proporção de água sem tratamento (de 3,9% para 7,2%) e o desperdício ainda assusta: 45% de toda a água ofertada pelos sistemas públicos.

Nas cidades, Sr. Presidente, os problemas de abastecimento estão diretamente relacionados ao crescimento da demanda, ao desperdício e à urbanização descontrolada – que atinge regiões de mananciais. Na zona rural, os recursos hídricos também são explorados de forma irregular, além de parte da vegetação protetora da bacia (mata ciliar) ser destruída para a realização de atividades como agricultura e pecuária. Não raramente, os agrotóxicos e dejetos utilizados nessas atividades também acabam por poluir a água.

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que cerca de 1,1 bilhão de pessoas em todo o mundo não têm acesso à água potável. Nos países em desenvolvimento, esse problema aparece relacionado a 80% das mortes e enfermidades. No século XX, o consumo da água multiplicou-se por seis – duas vezes a taxa do crescimento da população mundial. Um total de 26 países sofrem escassez crônica de água e a previsão é de que em 2025 serão 3,5 bilhões de pessoas em 52 países nessa situação.

A contaminação do meio ambiente, desmatamento, expansão urbana e construção de usinas hidrelétricas vêm comprometendo as principais bacias hidrográficas do globo.

Segundo estudos, o principal item de contaminação da água é o esgoto (doméstico e de criação de animais), seguido de nutrientes de origem agrícola (agrotóxicos), mineração (extração de areia e minérios) e atividades industriais (produtos químicos).

A ONU considera que o volume de água suficiente para a vida em comunidade e exercício das atividades humanas, sociais e econômicas é de 2.500 m³ de água/habitante/ano. Em regiões onde a disponibilidade de água/habitante/ano está abaixo de 1.500 m³, a situação é considerada crítica.

Nas áreas críticas, a disponibilidade de água por pessoa, por dia, é de 3 m³. Em algumas regiões do

Nordeste do Brasil, a disponibilidade de água é de 3,8 m³ de água por dia. A medida de consumo de água/habitante/dia considerada ideal para regiões de clima tropical é de 200 litros.

Na África, 44 milhões de pessoas que vivem em áreas urbanas não têm acesso à água.

Quando a gente vê, Sr. Presidente, Srs. Senadores, aquelas fotos tristes, de absoluta dificuldade de sobrevivência, de muitos africanos, em especial as crianças, a gente fica contristado, mas a gente tem de lembrar que eles não têm, inclusive, a água, e por isso temos de pensar essa questão com seriedade.

Das que vivem em zonas rurais, 53%, 256 milhões na África, não contam com serviço de abastecimento de água. No total, 62% dos africanos não têm água. No que se refere a saneamento básico, são 46 milhões que não contam com esse serviço nas regiões urbanas e 267 milhões na área rural.

Na Ásia, 98 milhões de pessoas estão sem acesso à água nas zonas urbanas e 595 milhões, ou seja, cerca de 25% da população rural também não conta com serviço em condições, não contam com água.

Na América Latina, 78 milhões de pessoas ou 15% da população não têm acesso à água. Em saneamento, a carência desse serviço atinge 22% da população e 51% dos moradores rurais.

Na Oceania, a totalidade dos habitantes das zonas urbanas têm acesso à água, e somente três milhões que vivem em áreas rurais não contam com esse abastecimento.

Na Europa, apenas 0,5% dos habitantes das zonas urbanas não têm acesso à água. Na zona rural há 23 milhões sem abastecimento, o que corresponde a 13% da população que mora no campo.

Ou seja, a Europa é que está melhor abastecida.

De 16 a 22 de março, acontece a 5ª edição do Fórum Mundial da Água, em Istambul, na Turquia. Na ocasião, cerca de 20 mil pessoas estarão reunidas, Sr. Presidente, em busca de soluções para os principais problemas que envolvem esse recurso natural.

O Fórum também vai contar com a presença de chefes de Estado, ministros, parlamentares e autoridades locais, que devem colocar o assunto como uma das prioridades da agenda internacional. Este evento tem que destacar o alerta para os riscos da utilização, muitas vezes, irresponsável da água.

O nosso Senador Casagrande e a nossa Senadora Marisa Serrano, que estão à frente da Organização da Comissão do Senado que acompanhará este fórum, em Istambul, com toda certeza, irão trazer grandes contribuições para essa discussão em nível internacional.

Falando diretamente para minha querida companheira Senadora Marisa Serrano, companheira de Senado e grande mulher batalhadora: Senadora, com certeza, a senhora vai levantar em Istambul o problema do nosso Pantanal. A senhora colocará em discussão a questão do Aquífero Guarani que há poucos dias o Senador Paulo Paim trouxe a esta tribuna. O maior reservatório subterrâneo de água doce do mundo, sobre o qual estão assentados os dois Mato Grossos: o nosso Mato Grosso, o meu Mato Grosso, e o Mato Grosso do Sul, que estão assentados sobre o Pantanal. Portanto, temos grandes responsabilidades na preservação desse poço d'água, o mais valioso, com certeza, que o próprio pré-sal.

Tenho certeza que a nossa Senadora Marisa Serrano vai destacar essa discussão lá em Istambul, na Turquia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem não conhece o Pantanal ainda precisa conhecer esse grande, imenso poço d'água. Pensem em uma região maior que a Inglaterra e a Escócia juntas, toda inundada, com 365 mil km², 3.500 espécies de plantas, 264 tipos de peixes, 652 de aves, 102 de mamíferos, 177 de répteis e 40 anfíbios. Esses são apenas alguns números deste nosso patrimônio natural, de extrema importância para o Planeta. Esse lugar é o Pantanal mato-grossense, que abrange Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nossa riqueza inestimável e que está sob risco pela degradação de suas águas e o uso muitas vezes irresponsável da terra ao longo dos rios e que está colocando em risco a própria existência do Aquífero Guarani.

O aquífero tem 1,2 milhão de km² de área linear, o equivalente à soma dos territórios da Inglaterra, França e Espanha. A espessura dessa manta de água varia de 100 m a 130 m em algumas regiões.

A utilização de agrotóxicos e a poluição de rios na região do Pantanal pode significar a degradação do aquífero. O aquífero está em grande risco e somente uma ação conjunta do Governo Federal, estadual, municipal e sociedade civil será capaz de garantir a sobrevida dessa reserva inestimável.

No meu Estado, a situação do rio Cuiabá é muito preocupante. Ele é o principal afluente da parte mato-grossense do Pantanal e, durante vários anos, ficou entregue à própria sorte. Grande parte de suas margens está ocupada. Sua degradação pode ter reflexo profundo na contaminação do aquífero, por sua atuação na bacia hidrográfica do Pantanal.

Entre os Municípios de Cuiabá e Santo Antônio de Leverger – cidade do nosso saudoso Senador Jonas Pinheiro, que também batalhava por essa causa –, numa extensão de apenas 45 quilômetros, as margens (área de proteção permanente) e o leito foram

norteadas para a exploração comercial. São empresas ou pessoas que abriram acessos nas margens, construíram rampas para barcos e instalaram pontos comerciais de pesca, segundo noticiou o nosso jornal **Diário de Cuiabá** em junho do ano passado.

Aumentando o assoreamento das margens, dificultando cada vez mais a preservação desse rio.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no ano passado apresentei um projeto no Senado que trata de uma forma de valorizar a água e garantir a renda para aqueles que preservem os mananciais e cursos de água, transformando-os em uma espécie de produtores de água.

Tal como ocorre com o petróleo, seriam pagos *royalties* aos indivíduos que tiverem suas propriedades em regiões “produtoras” de água, como forma de estimular a preservação e a não exploração total das águas, que margeiam esses reservatórios de água, garantindo maior sustentabilidade a nossos mananciais.

Trata-se do PLS-00411/2008, que está na Comissão de Infraestrutura aguardando designação do Relator.

Eu diria, para encerrar, que acredito que o tratamento desse bem tão precioso, tal como o petróleo, trará benefícios gigantescos no futuro quando realmente a água ganhará a primazia em relação ao petróleo na pauta de importação dos países.

Uma pessoa que hoje degrada para tirar o sustento passará a proteger, porque manter as margens intocadas não significa benefícios financeiros, muito pelo contrário, significa perda de receita. Com a lógica dos *royalties* esses indivíduos passarão a receber um valor “x” por mês para a manutenção e preservação das águas que margeiam o leito dos rios, garantindo maior sobrevida e recuperação desses rios.

Consumir água com exagero significa diretamente a falta mais para frente. Pode parecer pouco mas se todos reduzirem o tempo de seus banhos, se limparem suas calçadas com vassoura, se refletirem sobre suas atitudes para evitar o desperdício, o planeta ganhará fôlego rumo à sustentabilidade.

Finalizo dizendo que certamente é o homem quem mais agride e elimina os elementos de sua próprios espécie, fisicamente e economicamente. Isso tudo tem jeito, porque depende de nós mesmos, depende do próprio homem.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Espero que esse meu projeto que trata da questão da água tenha relatoria logo nomeada para que possamos realmente tomar atitudes bastante concretas com relação à questão da água de um país que é o maior produtor de água potável do mundo.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Serys Silhesarenko, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senadora Serys.

A Presidência comunica ao Plenário que foi recebido na Secretaria-Geral da Mesa o **Processo nº 19.478/08-9**, referente à concorrência nº 24/2001 – SSR-MC, relativa ao Serviço de Radiodifusão em frequência modulada na cidade de São Gonçalo-RJ, contido no Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2006, de interesse do Sistema Radiodifusão de Serãozinho Ltda.

A matéria será anexada ao processado e volta à Mesa, em virtude da apresentação do Requerimento nº 1.347, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 127, DE 2009

(Do Senador Pedro Simon)

Requer Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do ex-secretário da Receita Federal Osiris de Azevedo Lopes Filho.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Senador José Sarney,

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos arts. 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção, em Ata, de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do ex-Secretário da Receita Federal do Governo Itamar Franco, Osiris de Azevedo Lopes Filho, ocorrido ontem.

Justificação

Vítima de Acidente Vascular Cerebral (AVC), faleceu ontem às 8h30, o advogado tributarista e ex-secretário da Receita Federal, no período entre 1993 e 1994, durante o Governo do ex-Presidente Itamar Franco.

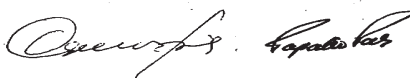
Enquanto comandou a Receita Federal, Osiris conseguiu elevar em 50% a receita do País, sem aumentar a carga tributária, mantida em 22% do PIB. Outra importante contribuição sua foi a criação das Centrais de Atendimento ao Contribuinte (CAC), que facilitaram enormemente as relações entre quem paga e quem recolhe impostos. Concentrou as atenções da Receita na fiscalização dos mais ricos, determinando a investigação dos “sinais exteriores de riqueza”.

Como Auditor aposentado, Osiris lecionou Direito Tributário na UNB e foi Coordenador Técnico do curso de pós-graduação em Direito da Fundação Getúlio Vargas. Outra importante função confiada ao seu tirocínio foi o de Chefe de Gabinete da Secretária-Geral da Presidência.

Osiris foi meu grande amigo, lamento profundamente a sua morte, em plena atividade, e transmito aos seus familiares meus sentidos pêsames.

Sala das Sessões, 2 de março de 2009.


Senador PEDRO SIMON



O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria de subscrever esse requerimento do Senador Pedro Simon, tendo em vista, primeiramente, a qualidade de homem público que foi Osiris Lopes. Quando assumiu um cargo público, foi de uma seriedade reconhecida por todos no Governo Itamar, como foi lido, quando o Senador Pedro Simon era Líder no Senado Federal. Além disso, Osiris estava fazendo parte do PDT e faria agora uma análise para o PDT da reforma tributária. Ele faria um trabalho de consultoria para os Parlamentares do PDT.

Portanto, tanto o PDT quanto o País perdem um homem de extrema qualidade e seriedade, Sr. Presidente. Por isso, quero subscrever aqui o requerimento do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, autor do requerimento, para a justificação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado a V. Exª, Presidente.

Sr. Presidente, eu não estava aqui na sexta-feira, mas eu tinha obrigação de fazer esse requerimento e meu pronunciamento.

Senador, convivi com esse homem público, uma das pessoas que me impressionaram muito mesmo. Lembro-me das reuniões do Governo. Ele era simples, objetivo e direto.

“Nós temos que agir, nós temos que estar presentes.” “Não adianta aumentar imposto”, dizia ele, “até porque a carga já é alta e aumenta mais e a sonegação aumenta junto”. “Nós temos que ter a competência”, dizia ele, “de cobrar imposto de quem pode pagar, de quem ganha e deve pagar, e não dos mais humildes”.

Mas o que chamou a atenção, e acho que ele foi o primeiro homem da Receita preocupado com isso, foi

quando ele pôs em prática a fiscalização quando apreciavam sinais de riqueza incompatíveis com a situação de quem estava ganhando; ele mandava a fiscalização agir. E a fiscalização agiu. E foi impressionante quantas vezes agiu e o resultado deu positivo.

É o seguinte: o Pedro Simon não tem casa própria, mora num apartamento do Senado – alguém me cobrou: “Mas está morando num apartamento do Senado?” Eu ia morar na rua então, porque onde é que eu ia morar? – Mas se, de repente, o Pedro Simon aparecer com uma espetacular casa em Brasília, tem que investigar de onde é que veio o dinheiro.

Isso é algo que não entendo, porque não é o que se faz no Brasil. Ele viu e fez. Ele viu e estava na posição exata para fazer isso. Então, fez isso no governo dele.

E ele aumentou quase 50% a arrecadação, sem aumentar um centavo de imposto. Ele aumentou 50% a arrecadação, sem aumentar um centavo de imposto.

No tempo dele, a carga tributária era de cerca de 22%, e ele aumentou em 50% a arrecadação. Hoje está em 36%. Quando foi chefe da Receita, era 22% e, com 22%, aumentou em 50%. E a saída dele é trágica porque mostra o que é o Brasil.

Quando digo que o Obama indica uma senhora para ser secretária e porque ela não contribuiu, não pagou US\$900,00 da empregada doméstica e a empregada doméstica estava em situação irregular, era estrangeira, por causa disso, ela foi obrigada a renunciar ao cargo, não foi indicada para o cargo.

Isso, no Brasil, é meio ridículo. O Brasil estava em festa. O Brasil foi pentacampeão do mundo nos Estados Unidos. Veio a delegação brasileira, que, por conta da taça, trouxe uma série enorme de coisas a mais. Ele mandou tributar o excesso que cada um estava trazendo – os pentacampeões do mundo. Mas o que cada um estava trazendo em excesso do que podia trazer, ele mandou tributar. E foi uma grita. Então, o Governo entrou e não deixou ele cobrar. E ele saiu. Ele abandonou a Receita.

É uma coisa impressionante, mas essa é a realidade do Brasil. Um País onde nada acontece com quem é rico, nem pagar à Receita.

Várias vezes ele vinha ao meu gabinete. Várias vezes ele me telefonava. Vários conselhos ele me dava. Ele achava um absurdo a carga tributária brasileira. Ele achava um absurdo. Ele achava um equívoco a concentração desse dinheiro em Brasília e a situação paupérrima principalmente dos Municípios. Ele achava um absurdo. Ele achava um absurdo e, mais uma vez, ele me telefonava para dizer: “Olha lá, o fulano é milionário,

de onde que vem o dinheiro? Onde ele foi arrecadá-lo?”. Ele era esse homem, firme, sério, digno, correto.

O Governo Itamar Franco, meu amigo Mão Santa, teve este aspecto: a seleção absoluta dos homens, principalmente para os cargos que mexiam com dinheiro. Esse nosso extraordinário e brilhante Ministro Osiris foi o que de melhor eu encontrei.

Na hora do Plano Real, ele foi de um auxílio emocionante. Ele ajudou, colaborou, esteve presente, chamado que era sempre, porque o problema da arrecadação era vital para que o Plano Real viesse a dar certo. A URV, porque o grande acerto do Plano Real foi que vivemos exatamente com duas moedas: o Real e a URV. O Real, “imexível”, e a URV, sujeita às manifestações de mercado. Ele esteve presente nessa questão.

Fiquei muito chocado, Sr. Presidente, quando eu o vi afastado do comando, quando eu vi afastado o homem nota 10, que tinha feito tudo certo: arrecadação dobrada, e um centavo a mais de percentual não tinha sido cobrado para aumento de tributo.

Ele era verdadeiro, digno em cobrar de quem ganhava mais, aplicar a lei e ser inflexível na ética e na dignidade. Foi afastado porque cometeu o crime de querer cobrar tributo de cidadãos que entravam trazendo não sei quantas vezes mais do que podiam, mas, como traziam uma taça de campeão, isso era possível.

Claro que, num país como o Brasil, ele pareceu, com aquele ato, um Dom Quixote. E foi até ridicularizado, debochado muitas vezes, mas ele ficou fiel.

Lembro-me de que o pessoal comentava o problema na Receita: nem toquem no assunto, nem brinquem com o Osiris, porque o Osiris, pode ser o Itamar, pode ser quem for, o que tem que ser é. E assim foi ele.

Acho muito difícil encontrar uma figura que tenha os desígnios da dignidade e da seriedade como Osiris. Na hora de uma votação interna na sua classe, ele foi indicado quase que por unanimidade, porque ele tinha o respeito de toda a classe.

Jovem, Sr. Presidente, 60 anos. Eu perdi um amigo por quem eu tinha muito carinho. Eu fiquei honrado de ser Líder do Governo Itamar porque este foi o padrão de seu Governo: exatamente ali na Receita, não houve ninguém, até hoje, mais digno, mais correto, mais reto do que foi o Osiris. Deus o tenha em paz. Morreu um grande homem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, como Líder do PDT.

Em seguida, fará uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Mão Santa. Logo após o Senador Mão Santa, Senador Gilvam Borges.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não pode passar despercebido o anúncio feito pelo Presidente americano, Obama, a respeito do assunto que mais tem dificultado o acordo – entre os países ricos especialmente – na Rodada de Doha e, principalmente, junto à Organização Mundial do Comércio. Trata-se do anúncio da redução dos subsídios aos agricultores americanos. Bom.

Mas nós temos de avaliar a dimensão daquilo que está propondo o Presidente americano ao seu Congresso, ao Congresso americano. Porque os Estados Unidos subsidiam em torno de 40 bilhões de dólares, todos os anos, os agricultores americanos, agricultores e exportadores de produtos agrícolas. Se nós tomarmos os Estados Unidos, o Canadá, os países da União Europeia, os países da Ásia nós vamos chegar a uma soma de 1 bilhão de dólares por dia de subsídios para o setor agrícola. Ou seja, o agronegócio mundial recebe nessas diferentes regiões cerca de 1 bilhão de dólares por dia, cerca de 350 bilhões de dólares por ano. Só os Estados Unidos, 40 bilhões por ano. E o que está propondo o Presidente Obama? Reduzir ou retirar os subsídios para os produtores que tiverem um faturamento anual acima de 500 mil dólares. O que vai representar isso em relação ao que é subsidiado hoje? Uma redução que pode chegar a até 10 bilhões de dólares em 10 anos. Efeito prático: quase nenhum.

Concordo com o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes que fez uma análise dizendo: para que o Brasil possa desfrutar dos resultados ou dos efeitos dessa medida adotada pelo Presidente americano ainda vai demorar 3, 4 anos; para que o Brasil possa desfrutar de forma definitiva, nós teremos um tempo de 8 a 10 anos.

Não adianta pensarmos que a redução de US\$10 milhões de subsídios em dez anos, nos Estados Unidos, vai trazer como consequência maior competitividade para os agricultores brasileiros. Não vai. O grande problema do agricultor brasileiro, hoje, não é saber produzir e não é colocar o produto para além da porteira da fazenda. O problema vem depois, na comercialização desse produto no mercado interno, principalmente pela logística precária do nosso País, onde rodovias precárias, ferrovias quase inexistentes, portos mal-administrados, mal gerenciados, estão jogando fora essa parte do lucro que poderia ficar com os agricultores. Com isso, nosso produto chega

ao mercado internacional com um preço que não vai competir, jamais, com os preços dos produtos americanos, que são subsidiados e chegam ao mercado internacional praticamente com aquele preço do custo de produção que temos de colocar aqui para produzir. Se nós temos uma competição tão desigual em que os agricultores americanos, sejam grandes, pequenos ou médios, chegam em uma situação em que o seu produto pode ser vendido no mercado externo por um preço que representa o nosso custo de produção, vai ser difícil para o Brasil concorrer.

O que leva o Brasil a colocar US\$50 bilhões todos os anos no mercado internacional vendendo produtos agrícolas? É a falta de estoques ou o baixo estoque em praticamente todas as *commodities* e alimentos. A *Veja* desta semana traz uma reportagem listando dez pontos para que o Brasil não seja detonado pela crise. Entre eles está a produção de alimentos, petróleo, etc, reservas, mas lá está a produção de alimentos.

Pois bem. Esse é um assunto de interesse do Estado brasileiro, de todos os brasileiros. Se não bastasse a nossa necessidade de uma segurança alimentar em nosso País que possa abranger e atingir todos os brasileiros, temos que reconhecer que houve avanços tanto na distribuição dos alimentos, quanto no acesso aos alimentos pela classe mais pobre neste País, e temos que avançar muito mais; a importância, na balança comercial, sobretudo neste momento, para assegurar os empregos, pois o Brasil está assistindo, a cada dia, notícias de demissão por parte de empresas. A Embraer demite quase 5 mil, a *General Motors* também. No Paraná, temos a *New Holland* demitindo. Temos problemas, portanto, das grandes empresas. Se formos verificar, a maior parte das empresas que estão demitindo são aquelas que fabricam equipamentos e máquinas para o setor de produção primária, para a agricultura.

Essas empresas estão demitindo porque a demanda por máquinas e equipamentos caiu de forma drástica nesses últimos dois anos, fazendo com que o Brasil tivesse uma perda no mercado e no comércio; portanto, empregos estão sendo colocados a perder. Se, no setor que fornece para a agricultura, os empregos estão indo, precisamos cuidar para que os empregos sejam mantidos no setor de produção, porque aí vamos fazer novamente com que a agricultura seja a alavanca de geração de empregos nesses segmentos, envolvidos na venda de produtos, máquinas e equipamentos. Mas para isso o Governo brasileiro neste momento deve se aproveitar do anúncio feito pelo Governo americano para jogar mais pesado na Rodada de Doha, jogar mais pesado junto à Organização Mundial do Comércio, a OMC, e exigir que aquilo que foi acordado há muitos

anos no Uruguai seja cumprido pelos países ricos, ou seja, uma redução gradativa dos subsídios oferecidos aos seus agricultores, aos seus produtores para que haja uma competição igual.

Especialistas do mundo inteiro calculam que se os países ricos tirarem todo o subsídio que dão aos agricultores dos seus respectivos países, teríamos um aumento do comércio para os produtores rurais dos países em desenvolvimento e dos países pobres de cerca de US\$40 bilhões. Só o Brasil poderia ter um acréscimo, no seu mercado internacional, de US\$15 bilhões. Se nós considerarmos que para cada US\$1 milhão exportados, temos a geração de dez mil empregos, vamos chegar a uma conta muito, muito importante neste momento, US\$ 15 bilhões representariam 150 mil empregos a mais nesse momento de crise.

Creio, Sr. Presidente, que o Governo deve, sim, porque é uma questão que interessa a todos os brasileiros, colocar a liderança que tem no mundo para a produção de alimentos. Somos hoje o País que mais exporta alimentos. Se somos o País que mais exporta, o mundo depende do sucesso ou do insucesso para ter também resultados positivos ou negativos nas suas respectivas economias.

Portanto, o Brasil é muito importante para manter as economias dos países ricos funcionando e para manter as economias dos países em desenvolvimento funcionando, porque somos fornecedores de alimentos. E aí está o maior problema da crise mundial: o fornecimento de alimentos, a disponibilidade de alimentos para o mundo.

Este é um momento em que o Governo brasileiro não pode se acanhar, não pode se intimidar. Tem de fazer valer essa liderança. Se os Estados Unidos estão anunciando uma redução muito tímida dos subsídios para seus agricultores, devemos cobrar que o governo americano seja mais ousado, porque isso vai ajudar também no combate à crise do próprio povo americano, para que os próprios países em desenvolvimento possam ter um ambiente mais propício, mais adequado, para colocar seus produtos, suas mercadorias e, nesse sentido, fazer com que o mercado mundial seja aquecido novamente. Começar pela base, que é a agricultura, é aí que vamos resolver o problema da crise que já estamos enfrentando.

Não adianta dizer que ela não chegou; ela chegou. Hoje já está se instalando nos vários segmentos da economia brasileira e chega muito forte no setor agropecuário, em que o preço das *commodities* estão despencando.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Para segurar o mercado mundial, temos de ter a garantia de que os países ricos vão reduzir os seus subsídios. É uma questão de inteligência...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Quero pedir a V. Ex^a que conclua. Mas, sabendo da importância do pronunciamento, V. Ex^a terá dez minutos para concluir.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Recebo a determinação de V. Ex^a, olhando para o desejo do Mão Santa, do Senador Crivella e do Senador Mozarildo Cavalcanti de falar. Vou encerrar dentro de um minuto.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Crivella, por favor.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – O discurso de V. Ex^a é fundamental. O mundo hoje se divide em dois blocos, aqueles que querem aumentar o subsídio, aumentar o xenofobismo, aumentar as barreiras comerciais e os inteligentes, as pessoas lúcidas, como V. Ex^a, que mostra que a crise só pode ser vencida com cooperação. E a cooperação impõe uma coisa só, Senador Osmar Dias, que é o que V. Ex^a prega aqui: o bom senso. Agora, se é mais barato produzir no Brasil, por que nós vamos perder mercado para produtos mais caros, simplesmente por causa do subsídio imposto por uma elite americana? Os americanos são democratas, mas a sua elite é imperialista. O Obama vem na direção certa. É claro, V. Ex^a alertou bem, nós não podemos aqui ficar eufóricos, porque esses benefícios virão a longo prazo, mas o Presidente Lula terá bons argumentos, sobretudo se ouvir V. Ex^a, para que na rodada de Doha, nós possamos ser aquilo que é nossa vocação natural, que a benção de Deus, a natureza, nos garante, que é ser grandes produtores de alimentos para as pessoas que têm fome. Passei o Carnaval na Zâmbia. Quanta fome meu Deus do céu! Quanta fome existe na Zâmbia! Eles tinham um rebanho enorme. Perderam o rebanho com tuberculose. O Brasil é um grande produtor e exportador de carne bovina. Eles não podem comer lá, por quê? Preço alto. As *commodities* têm preços altíssimos no exterior. Mas por que esse preço altíssimo? Ah, porque existe competição ilegal – o nome é esse –, subsidiada pelos ricos, em desfavor aos interesses dos pobres. V. Ex^a está de parabéns pelo seu pronunciamento. Receba o aplauso dos seus colegas.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella. Ainda outra dia ouvi V. Ex^a falando da experiência que teve na África. Na época em que eu tinha um pouco mais de tempo para estu-

dar essa questão, li muito a respeito das causas que levavam os países africanos a não produzirem o necessário para a sua subsistência e terem tanta fome, tanta necessidade de alimentos de fora.

Uma delas é que os alimentos subsidiados da Europa eram colocados à disposição dos países africanos, mas não eram distribuídos para quem mais necessitava. Ficava mais em conta para os países africanos se esses alimentos fossem produzidos e subsidiados na Europa do que se fossem produzidos lá.

Então, o protecionismo dos países ricos financia, no sentido inverso, ou seja, mantém a fome nos países pobres, porque esses não conseguem superar essa barreira, esse obstáculo imposto pelo protecionismo que leva os governos dos países africanos e de outros países a preferir importar comida a produzi-la em seu solo. No momento em que esses subsídios acabarem, esses países pobres terão condições de produzir e de se tornarem exportadores.

Talvez seja esse o grande medo dos países ricos que continuam subsidiando. V. Ex^a viu, lá, de perto, a fome. Aquela fome pode, sim, ser combatida, mas com produção no local, e há condições para isso, desde que os países ricos entendam que estão sufocando os países pobres com esse protecionismo, com esse grau altíssimo de subsídio, que leva os países pobres a importar do que produzir.

Acho que isso, Sr. Presidente, encerra o meu pronunciamento em respeito aos demais colegas...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Eu faço um apelo a V. Ex^a. É um tema muito importante, e V. Ex^a o esmiúça com tanta primazia que a nação não pode se furtar de um momento ímpar como esse. Então faço um apelo a V. Ex^a, que não é um homem de abandonar a tribuna.

V. Ex^a tem mais seis minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Agradeço a V. Ex^a, mas, em nome do respeito que tenho aos meus colegas, eu vou não abandonar a tribuna, mas apenas deixá-la temporariamente para voltar, amanhã, depois, a tratar desse assunto tão relevante em homenagem a V. Ex^a também.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Agradeço a V. Ex^a, mas, em nome do respeito que tenho aos meus colegas, eu vou não abandonar a tribuna, mas apenas deixá-la temporariamente para voltar amanhã, depois, para tratar desse assunto tão relevante, em homenagem a V. Ex^a também.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador Mão Santa. V. Ex^a já falou muito hoje, o dia todo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gilvam Borges, que preside esta reunião de segunda-feira, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Crivella, nós chegamos à conclusão das pesquisas que colocam aí o nosso Presidente...

O jornal *O Globo* de hoje: “Investimentos em marcha lenta nas rodovias. Apesar do PAC, gasto com rodovias é baixo, se comparado às verbas destinadas nos anos 70”.

Senador Mozarildo, atentai bem: Luiz Inácio, 80 e tantos por cento. A história nos ensina que Hitler teve 96%; Garrastazu Médiçi mais do que o Luiz Inácio, e no Nordeste. Ninguém segura este País, não é?

O mesmo instituto que faz a pesquisa do Luiz Inácio diz que rodovias em mau estado são mais de 80% do total.

Senador Gilvam Borges, esse tempo será insuficiente porque eu tenho que começar a dar aula ao Luiz Inácio. O instituto de pesquisa que ele influencia, que dá que tem mais de 80%, dá que 80% das estradas brasileiras estão em péssimo estado. Então, é incompatível. Mais de 80% das estradas estão em péssimo estado. É preciso buscar a história, Luiz Inácio.

Ó Crivella, que estava me ensinando sobre a África, eu quero lhe dizer que este País teve grandes governantes, desde os governadores-gerais, modelo de unidade de comando e de unidade de direção: Tomé de Souza, Duarte da Costa, Mem de Sá. Dom João VI, extraordinário governante, em apenas treze anos deu estrutura burocrática e administrativa a este País. E disse: “Filho, antes que algum aventureiro ponha a coroa, ponha você”. E veio D. Pedro I, um grande administrador, um homem extraordinário, um homem raro, assim como Alexandre Magno. Olha que ele foi aqui rei e tomou o reinado lá de Portugal, que tinha perdido. Quer dizer, nas Américas foi rei e foi rei lá. Lá foi Pedro IV. E Pedro II, esse é que tem que ensinar ao Luiz Inácio.

Gilvam Borges, Pedro II viajou pouco. Só foi duas vezes à Europa, Zezinho, em 49 anos. Só duas! Luiz Inácio agora é que está no sétimo ano de Governo.

Pedro II somente duas vezes foi à Europa, uma das quais, chegando lá, Crivella, escreveu uma carta: “Minha filha Isabel, lembre-se de que estrada é o melhor presente que se pode dar a um povo”. Então, vejam a importância da estrada.

Luiz Inácio é feliz porque não precisa buscar, estudar a História; basta conversar sobre a História do Brasil, basta que lhe contem a importância da estrada. D. Pedro II nos deu este ensinamento a todos. “Filha Isabel, estrada é o melhor presente que se pode dar a um povo”. Depois veio um Presidente da República, Washington Luís, ô Crivella, que dizia: “Governar é fazer estrada.”

E agora este que fez isto aqui, Juscelino Kubitschek, governante e Prefeitinho de Belo Horizonte, Governador de Minas, Presidente da República, esse Juscelino sacado bem daqui, tirado, cassado. Onde ele governou, governou bem, com o binômio “energia e transporte”, não era, Crivella?

Então, estrada, como Luiz Inácio, ó Censul! – esse instituto caiu; mentiu tanto, mentiu tanto, mentiu tanto! Como é que um Presidente, segundo o mesmo instituto, mantém 80% das estradas em mau estado, em estado ruim? Está contrariando o que nos disse Pedro II, está contrariando o que disseram e ensinaram Washington Luís e Juscelino. Não tem governo sem estrada. Está aqui em *O Globo*: “Apesar do PAC, gastos com rodovias é baixo se comparado com a verba destinada nos anos 70.”

Então, ele dá o atestado, nessa pesquisa, de que este Governo é bem pior do que o governo militar dos anos 70. Está aqui, é o mesmo. Se acreditarmos que Luiz Inácio tem 80%, isso aqui é verdade. Verdade que Dom Pedro II atestou: é um mau governante quem não faz, não cuida das estradas; Washington Luís atestou que é um mau governante o brasileiro que não faz estradas, e que Juscelino confirmou. Nós precisamos.

Então, “os investimentos do Ministério dos Transportes, responsável pela construção e manutenção das rodovias federais, caminham em marcha lenta mesmo com o Programa de Aceleração e Crescimento, PAC.” É o que mostra Raul Velloso. É um economista, novo, nasceu na minha cidade, Parnaíba, é o irmão mais novo de João Paulo Reis Velloso. Ô Crivella, ele é irmão daquele que foi o maior Ministro de Planejamento dessa história. Foi o farol, foi a luz, João Paulo Reis Velloso, do governo militar. Então, Raul Velloso, o mais novo, é especialista em contas públicas, que analisa a evolução dos gastos desde a década de 1970.

Você sabe, Crivella, quantas vezes, relativamente, o governo militar gastava mais do que o Luiz Inácio naquilo que é fundamental, as estradas? Diga, Crivella.

É uma pena o seu Vice-Presidente, um homem de visão, de progresso, que realizou, um empreendedor, esteja afastado pela doença, pela enfermidade, para não aconselhar Luiz Inácio. É um homem de visão e que sabe esses números.

Nove vezes mais? Ô Luiz Inácio, esses aloprados o estão enganando. Vossa Excelência está fazendo o pior governo da história do Brasil. Não é segundo Mão Santa, é segundo Pedro II, que governou esta Pátria 49 anos: “Lembre-se, Isabel, estrada é o melhor presente que podemos dar a um povo.” Washington Luís, antes de Getúlio, governou este País e disse: “Governar é abrir estradas”. Mozarildo, e Juscelino? “Energia e transporte”.

Então, essa é a falácia. Estamos aqui para despertar e acordar Luiz Inácio para a verdade. Eu já fui Prefeito e Governador. É um homem rodeado de puxa-sacos por todos os lados. Ele disse numa hora de desespero: “Aloprados!” É isso, esse é o Governo. Está aqui. E vamos mais, ô Crivella: nove vezes mais o governo militar, Mozarildo, investiu em estradas do que o Governo de Luiz Inácio. Esse não pode ser um governo bom.

Naquela época, havia uma prioridade clara no orçamento público “para os investimentos, particularmente na área de transportes” – observa Velloso. (...) “Outros setores começaram a ganhar mais recursos no Orçamento, e as estradas foram relegadas a um segundo plano”.

Por quê, Mozarildo? Por quê? Atentai bem! Ele criou quarenta ministérios. Eram poucos, eram catorze, dezesseis. Então, o dinheiro foi para outros rumos, Jayme Campos. Não é claro? E as estradas estão aí.

“Outros setores começaram a ganhar mais recursos do Orçamento, e as estradas foram relegadas a um segundo plano.”

Faltou reviver Pedro II, Washington Luiz e Juscelino Kubitschek.

E pior – o Senado é para isso –, atentai para esta denúncia. Aqui é **O Globo**, é Raul Velloso. “A Cide-combustíveis” – aquela, Mozarildo – “o imposto criado em 2001 para a recuperação das rodovias”. Ele foi buscar, pesquisou: não é aplicada nas estradas. Foi desviada. É isso a realidade.

Parte dos recursos foi aplicada em outras áreas ou reservada para garantir a meta de superávit primário nas contas públicas. Velloso estima que, entre 2002 e 2008, cerca de 2,7 pontos percentuais do PIB – R\$78 bilhões, pelo PIB de 2008 – deixaram de ser gastos na área de transportes.

Aquela Cide que você pensava, ele prova aqui, o economista. E dizia o seguinte: “Esses percentuais ainda estão muito distantes dos registrados nos anos 1970.”

Nove vezes mais o Governo militar nas devidas proporções – é O Globo.

Para recolocar as rodovias brasileiras num estado “bom” – em referência à classificação da pesquisa da CNT – comparável à condição de outros países emergentes, o economista Raul Velloso estima que seriam necessários cerca de R\$200 bilhões.

Esse é o déficit, mas, para terminar, eu diria o seguinte. Agora é o Mozarildo. É Deus, Deus tocou.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Permito.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a traz aqui uma preocupação de todos nós. Realmente as estradas brasileiras não estão como gostaríamos. O Brasil tem uma malha viária não tão grande diante da escala das nossas necessidades, mas precisando de reparos. Isso não vem deste Governo, vem de anteriores, vem do abandono. V. Ex^a há de ler nessa reportagem que os Governos anteriores, do Governo militar para cá...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pelo contrário, o militar gastou nove vezes mais em relação ao atual. Aqui o Raul Velloso, economista.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a há de ver aí que, no Governo do Presidente Fernando Henrique, investiu-se menos; e, no Governo do Presidente Sarney, tirando-se a Ferrovia Norte-Sul, e no do Presidente Collor, os investimentos foram pequenos. Então, o Presidente Lula pegou uma malha viária muito ruim. Agora, V. Ex^a fala do Vice-Presidente da República e quero dizer a V. Ex^a que, depois de ter vencido aqueles dias tão trágicos que a Nação inteira acompanhou com muita tristeza e preocupação, amanhã volta a responder ao expediente. Essa é a notícia boa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois, então, foi Deus que orientou V. Ex^a para trazer esse tema à reflexão: aquele homem de grande visão do futuro.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Vamos trazer a reflexão de Dom Pedro, de Washington Luiz, vamos trazer também as reflexões...

(Interrupção do som.)

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Pode concluir, Senador.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Nosso Presidente lembra muito meu conterrâneo Dom Pedro II, nascido em São Cristóvão, o grande brasileiro que nos quatro decênios do seu Império permitiu que outro conterrâneo meu...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Agradeço a comparação com um homem da importância de Dom Pedro II.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – ...que, segundo os escritores da época, o mais conspícuo dos brasileiros, chamava atenção onde entrava. O mais conspícuo dos brasileiros. E Dom Pedro II permitiu que a espada conciliadora de Caxias, Senador como nós nesta Casa, fundisse a unidade moral, territorial e política da nossa Pátria. Mas, assim como concordei com V. Ex^a – e V. Ex^a é um homem justo – que as estradas brasileiras não estão em bom estado, quero dizer a V. Ex^a que o Presidente Lula abriu estradas para 50 milhões de brasileiros que viviam, Senador Mão Santa, nas classes D e E, que hoje fazem parte da classe média brasileira.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Os institutos todos dizem, inclusive o Centro de Estudos Sociais da Fundação Getúlio Vargas, que hoje a classe média brasileira é de 50 milhões. Portanto, não é sem razão – nosso povo é um povo muito esclarecido – que 80% dos brasileiros o consideram um bom Presidente. Obrigado a V. Ex^a pelo aparte e obrigado também pelas palavras elogiosas ao Presidente do meu Partido, José Alencar, que tem por V. Ex^a grande carinho.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Merece. Aí depois vamos ter outro debate porque o que eu vi ontem lá no Fantástico era uma gestante com 21 filhos, arrependida de ter ligado as trompas, Mozarildo, porque hoje a pobre mãe lá do interior recebe quatro salários mínimos ao parir e isso na região dela significa...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, apelo a V. Ex^a, até como membro da Mesa e sempre após presidir esta Casa, que zele pelo Regimento.

Portanto, eu gostaria que V. Ex^a concluísse o pronunciamento. Considerando as argumentações de V. Ex^a, vou lhe dar mais 10 minutos para que V. Ex^a possa concluir.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pensei que 10 era a minha nota pelo esforço de trazer a verdade. Mas eu queria dizer o seguinte a V. Ex^a: ô Jayme Campos, ela dizia... E a média do salário nas três cidades de IDH piores do Brasil era R\$40,00 por mês...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, eu pediria a V. Ex^a que desse imediatamente o aparte aos dois Senadores que estão aguardando, porque estou sentindo que estão muito ansiosos. Depois V. Ex^a fecha. Tem 10 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Depois do aparte de V. Ex^a, que acabou de pegar o aparte sem ter dado, nós vamos ceder. Mas este é o País hoje que vai na contramão do planejamento familiar, da paternidade responsável que a sociedade do mundo está a construir.

Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador Mão Santa, quero cumprimentar V. Ex^a, até porque é muito pertinente a sua fala no dia de hoje em relação às estradas federais. Na verdade, tivemos um aumento em relação a 2008. Em 2009, só no período do Carnaval, aumentou 20% o número de acidentes nas rodovias federais brasileiras. Isso é uma demonstração clara e inequívoca de que o Governo não está preocupado com a segurança de nossos cidadãos brasileiros que trafegam em nossas rodovias. E é muito preocupante, até porque o Governo tem anunciado, cantado em verso e prosa, os investimentos que tem feito nas rodovias brasileiras. Entretanto, quase nada se vê. Mato Grosso, para exemplificar, só no período do Carnaval agora, houve 75 acidentes em nossas rodovias; 46 pessoas faleceram nas poucas rodovias federais – por sinal, é um dos Estados da Federação que tem o menor número de rodovias federais. Por incrível que pareça, o maior número de rodovias em Mato Grosso é só em MT. Entretanto, quero aqui dizer ao ilustre Senador Marcelo Crivella que o Governo Federal, por intermédio do Poder Executivo, tem a obrigação de fazer investimento, tendo em vista que as arrecadações são bem significativas, haja vista o tributo que temos, que é a arrecadação da Cide, que é destinado às rodovias federais. Mas não se vê quase nada. No meu Estado de Mato Grosso, Senador Mão Santa, pouca coisa tem sido feita. Lamentavelmente, Senador Mozarildo, Mato Grosso não tem sido beneficiado com nenhum investimento em rodovias. Apenas anuncia, todos os dias, que vai recuperar a BR-158, a BR-070, a BR-163, que é a grande estrada da produção matogrossense e que, lamentavelmente, está em situação de precariedade. Por isso, temos que chamar a atenção do Governo. Sobre tudo, eu queria dizer a V. Ex^a, Senador Mão Santa, que seu pronunciamento é muito pertinente e oportuno, neste caso particularmente, em relação ao aumento de acidentes que está havendo nas rodovias federais no nosso País. Muito obrigado, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vosso aparte enriquece nosso pronunciamento, tratando-se de um dos maiores executivos deste País, não é só de Mato Grosso, não. E foi Prefeito e extraordinário Governador.

O Senador Mozarildo pede-me a palavra.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a faz uma análise de um problema fundamental para um país do tamanho do nosso, que é a questão dos transportes. Se nós temos um equívoco, talvez – muita gente critica isso –, de que o modelo dominante no País é o rodoviário, que é caro, tanto o meio de transporte quanto a manutenção das estradas, o importante é um fato: existem as estradas e essa rede precisa ser mantida e ampliada. O mais absurdo é deixarem essas estradas acabarem. O que nós vemos no Brasil todo, as televisões estão para mostrar todo o dia isso aí, é a situação precária dessas estradas. Mas não é só na área do transporte rodoviário que este Governo tem falhado. No aeroviário também. Agora – esse é um assunto que vou abordar – essas demissões da Embraer se devem a que? Porque, basicamente, o mercado internacional se retraiu e não há encomendas de jatos e aviões aqui do Brasil. E por que os estrangeiros comprem nossos aviões? Para fazer aviação regional. E somos um País de dimensões continentais que precisa, mais do que todos, da aviação regional e não há estímulo para que nossas empresas aéreas regionais possam, realmente, adquirir aviões e possam voar. Muitas delas tinham aviões e fecharam, porque as grandes duas ou três empresas fizeram oligopólio que dominam o País todo. Mas, para finalizar, queria pegar o início do pronunciamento de V. Ex^a, quando falou da questão da maioria, essa questão de o Presidente ter 84%; portanto, a maioria, quer dizer, quase a totalidade dos brasileiros apóia o Presidente Lula.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quase o que Hitler tinha lá na Alemanha não é?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – V. Ex^a disse, por exemplo, de Hitler, mas tem vários outros...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Garrastazu Médici teve aqui.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Mas a maioria mais triste na história foi aquela que estava lá, na frente de Pôncio Pilatos, e preferiu libertar Barabás e condenar Jesus à cruz. Então, eu tenho medo dessas maiorias estrondosas, principalmente quando elas são manipuladas, porque o próprio regime democrático exige para uma eleição majoritária, hoje no Brasil, 50% mais um dos votos, que é a maioria abso-

luta. Então essa maioria, quase unanimidade, é muito perigosa para a democracia. Nós temos, portanto, que estar atentos porque também Jesus foi condenado por uma maioria esmagadora.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Até o nosso Nelson Rodrigues disse que a unanimidade é burra, e esses institutos de pesquisa estão quase levando a isso. Mas esse argumento da vida de Cristo abalou o líder Crivella. Agora, eu queria dizer o seguinte: V. Ex^a é a inspiração para eu concluir o meu pronunciamento.

Mozarildo, está aqui o: GPI – o primeiro grande portal do Piauí: “Piauí tem as piores estradas do Brasil”, diz revista. E ele cita o que Jayme Campos disse, o número de mortos em acidente é extraordinário. Cita até o nome do Piauí.

Mas vamos mais aqui para citar... Todas as estradas. Esse governo construiu uma hidrelétrica de Boa Esperança e não fez eclusas. O Piauí, na minha infância, tinha navegação fluvial e acabou. E o Governo do Piauí, medíocre, disse que iria fazer cinco hidrelétricas. Eu pensava e o povo do Piauí queria que ele terminasse as eclusas que começaram para voltar a navegabilidade. A estrada férrea lá existiu, prometeram e mentiram. Eu vi Luiz Inácio e seu grupo que dominam o Piauí, o Partido dos Trabalhadores, em dois meses, a estrada de ferro Parnaíba–Luiz Correia, em quatro meses Parnaíba–Teresina. Não trocaram um dormente.

Na minha cidade, no litoral, a maior, Parnaíba, fala à imprensa, e divulga e mente que há um aeroporto internacional. Pelo cinismo, o PT, que domina o Estado, diz que tem até dois. Para Parnaíba não tem mais nem teco-teco. V. Ex^a não foi para lá, foi para Fortaleza. Até demonstrou vontade de ir. Perguntou-me e eu, envergonhadamente, disse-lhe que tinha avião, mas que não tem mais. É esse o Governo do PT. Falam, também, que há um internacional, lá em São Raimundo Nonato, lá onde fica o berço do homem americano. Olha, Mozarildo, fui outro dia lá e tinha só dois jumentos na pista; nada de avião.

Então, é isso tudo. Mas quero dar aqui uma conclusão sobre as piores. Está aqui um trabalho todo, pesquisado. Quero falar das piores estradas do Piauí. Aqui tem as piores estradas do Brasil. O Piauí conta com várias entre as piores. Teresina–Fortaleza, a BR–222, a BR–343, a BR–402; Teresina–Barreiras, na Bahia; Teresina–Petrolina; Picos–Salgueiro; Fortaleza–Picos. Então, são essas estradas que venho reivindicar, pois estão entre as piores do Brasil, segundo documentos da pesquisa rodoviária.

Então, nós pediríamos, nesses segundos, a Sua Excelência o Presidente da República e ao Ministro Alfredo

Nascimento, que mostre uma gratidão àquele povo do Piauí, que sempre consagrou Luiz Inácio nas eleições.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP.) – Senador Mão Santa, considerando a dificuldade de pouso de V. Ex^a, a Mesa resolve dar a V. Ex^a mais 20 minutos, para que V. Ex^a possa concluir.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nesses minutos, inspiro-me em Cristo, que fez o Pai-Nosso, e abro o livro de Deus, que diz: “Pedi e dar-se-vos-á.” Luiz Inácio, venho aqui em nome do povo do Piauí, que tem consagrado o nome de Vossa Excelência, ao longo das eleições – e a crença foi tão grande, que até eu, em 1994, votei no Partido dos Trabalhadores –, que devolva aquela fé e confiança do povo do Piauí, fazendo realizar as nossas estradas.

Bastaria eu citar aquilo que é a esperança do Piauí: a produção de alimentos, os cerrados. Os cerrados não têm estradas, de tal maneira que a soja que chegou lá, as grandes plantações, não podem chegar a alimentar o povo do Nordeste do Brasil, como era a perspectiva de quando governamos o Piauí, levando para lá o maior empreendimento industrial, que é a Bunge, para produzir alimentos e alimentar não só o Nordeste, o Brasil e o mundo, pelas estradas deficientes que temos no Piauí.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, pela Liderança do PRB.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhores presentes ao nosso plenário, passei o Carnaval na África, na Zâmbia, e é impressionante como os países da África austral estão sofrendo. Expectativa de vida, hoje, de uma criança que nasce na Zâmbia, no Malawi, em Botswana, no Zimbábue, na África do Sul, no Lesoto, na Suazilândia, na Namíbia ou em Moçambique é de 40 anos. Quarenta anos de idade!

A Aids está sendo uma devastação e, por incrível que pareça, Sr. Presidente, até hoje não existe um laboratório que produza, na escala da necessidade do povo africano, os medicamentos retrovirais que poderiam dar pelo menos de dez a quinze anos a mais de

vida às pessoas que morrem aos milhares. Na Zâmbia, oitenta mil pessoas morrem de Aids por ano. São pessoas na fase produtiva que deixam órfãos meninos e meninas que acabam sendo criados pelos avós e avós, numa situação muito difícil.

O Presidente da Zâmbia me recebeu em audiência. Tive a honra de estar com o Presidente Rupiah Banda – amigo do Brasil, adora futebol –, pedindo ajuda para que os termos de cooperação, que precisam ser ratificados pelo Congresso, entrem em ação e que o Governo brasileiro possa mandar para lá técnicos de pecuária da Embrapa – o rebanho foi devastado pela tuberculose – para que também os ensinem a produzir cana-de-açúcar para produção de etanol. Estão esperando também técnicos que possam ajudá-los a aumentar a produção de alimentos, sobretudo de milho e de girassol, do que eles têm uma grande produção, Sr. Presidente, de onde retiram óleo.

Portanto, nós do Congresso precisamos ratificar esses acordos o mais rapidamente possível. Estive falando com o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que se sensibilizou com o quadro da Zâmbia que passei e irá, ainda nesta semana, levar à pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados o Acordo de Cooperação Brasil-Zâmbia, para que possamos, imediatamente, implementar a ida desses técnicos, bem com do laboratório de Manguinhos, no Rio de Janeiro, da Fundação Oswaldo Cruz, em colaboração com o laboratório Farco, uma organização zambiana e alemã, passar para eles conhecimentos para a produção de remédios de combate à Aids. É trágico, é triste ver como aquele povo tão extraordinário, de uma cultura tão bonita, um povo de tamanha resistência às agruras da vida, hoje está sendo vitimado por essa calamidade.

Sr. Presidente, também trago notícias importantes sobre o meu Estado, sobre a minha terra, que dizem respeito ao aeroporto, aeroporto em que V. Ex^a, que gosta tanto do Rio de Janeiro, tantas vezes já pousou.

Recebi, há alguns dias, um artigo de autoria do Sr. Antônio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Nesse artigo, que é um lindo libelo em defesa do Santos Dumont, ele faz considerações importantes a respeito dos investimentos feitos pelo Governo do Presidente Lula na Infraero, que remodelou todo o aeroporto Santos Dumont, que hoje está uma beleza, mas que, infelizmente, continua sendo muito pouco utilizado.

O aeroporto Santos Dumont é um ícone da arquitetura modernista brasileira. Seu terminal de passageiros foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio

Artístico e Cultural em agosto de 1998. E ele tem, vamos dizer assim, como moldura, o Pão de Açúcar, a Baía da Guanabara, a ponte Rio-Niterói, o Parque do Flamengo, obra do extraordinário Governador Carlos Lacerda, a Ilha Fiscal, o Museu de Arte Moderna.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que tenha paciência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Não se preocupe, V. Ex^a terá o tempo que achar conveniente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Muito obrigado. Agradeço a V. Ex^a.

Então, ele diz também, Sr. Presidente, que o Santos Dumont, passou, recentemente, por esse processo de reforma e ampliação, que aumentou sua capacidade de 3,2 milhões de passageiros por ano para 8 milhões de passageiros.

Ao prédio antes existente, que ficou apenas para desembarque, foram agregados mais dois, um para desembarque e outro para interligação. O acesso às 8 pontes de embarque é feito por um conector de 300 metros de extensão: um tubo metálico com as laterais e a cobertura envidraçadas, que permitem uma ampla visão da Baía da Guanabara.

Realmente, o aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, é um aeroporto muito moderno.

Apesar de tudo isso, no entanto – chego, aqui, às razões que levaram o Sr. Antônio Oliveira Santos a publicar seu artigo –, o aeroporto Santos Dumont vem sendo subutilizado. Nele, hoje, só há a ponte aérea Rio-São Paulo.

Durante as obras de reforma e ampliação, que foram executadas entre 2005 e 2008, os vôos com destino a Brasília, Belo Horizonte e Vitória, entre outros, foram transferidos para o Aeroporto Internacional Tom Jobim, o aeroporto do Galeão. Agora, ao terminarem as obras, esses vôos não retornaram ao Santos Dumont.

Pois bem. A obra do aeroporto Santos Dumont está pronta, o aeroporto está uma beleza, mas esses voos para Belo Horizonte, Brasília e Vitória continuaram no aeroporto do Galeão. Todos sabemos que, para a grande maioria dos usuários que vêm de outras cidades, o foco de interesse no Rio de Janeiro são os escritórios localizados no centro ou nas suas proximidades e, para os turistas, a praia de Copacabana, a praia de Ipanema, os bairros da orla.

Portanto, Sr. Presidente, sem dúvida alguma, a utilização mais intensa do Santos Dumont só traz vantagens, seja do ponto de vista econômico, pela signifi-

ficativa diminuição dos custos de deslocamento, seja no que diz respeito ao conforto dos usuários.

Os especialistas em transporte costumam repetir uma máxima: “estações rodoviárias, ferroviárias e aeroportos, desde que não atrapalhem a cidade, devem ficar o mais perto possível do centro”.

Quanto a essa questão, o projeto de reforma e ampliação do Santos Dumont foi suficientemente cauteloso. Tomaram-se os devidos cuidados para que o aeroporto não atrapalhasse o centro. Executou-se um criterioso estudo de tráfego, para garantir que o aumento do número de passageiros não impactasse negativamente a circulação viária da região.

Há que se dizer ainda, Sr. Presidente, que esse preceito de não se afastar os usuários de seus pontos de interesse é obedecido nas grandes cidades da Europa, da Ásia e dos Estados Unidos.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar claro que esse processo de revitalização do aeroporto Santos Dumont não deve significar um esvaziamento do Galeão.

O Rio de Janeiro, pela localização privilegiada e pelo que representa em termos econômicos e, principalmente, culturais, tem tudo para continuar sendo a principal porta de entrada no País de uma vasta parcela dos turistas e homens de negócios que vêm do exterior. Por isso, na medida em que os voos domésticos voltam ao Santos Dumont, deve-se também, paralelamente, fazer retornar ao Galeão os voos que, nas últimas décadas, foram, pouco a pouco, sendo transferidos para Guarulhos, numa competição predatória entre dois aeroportos que, na verdade, têm funções distintas.

Agora mesmo, o Governo de Angola me pediu que fizesse um apelo ao Presidente da Infraero para que, além do voo Luanda-Rio de Janeiro – são cinco por semana – houvesse um também para São Paulo. Aí, o Presidente da Infraero disse: “Olha, mas São Paulo não tem mais *slots* para atender”. É impressionante! É impressionante que São Paulo não tenha mais *slots* para atender a voos internacionais e o Rio de Janeiro esteja subutilizado. Era preciso equilibrar isso. É preciso equilibrar isso. Sei que a Infraero está tentando revitalizar o aeroporto de Cumbica, em Campinas, um belíssimo aeroporto, mas não pode ser em prejuízo do aeroporto do Galeão, onde os investimentos do Governo foram enormes, e não apenas deste Governo, mas de todos os que o antecederam.

Então, o Rio de Janeiro precisa muito do turismo. São Paulo tem as indústrias, São Paulo é a máquina, é a locomotiva econômica do País, e o Rio de Janeiro tem o turismo, área de serviço, sobretudo a área cultural, como sua grande, vamos dizer assim, indústria econômica.

Então, é preciso que o Governo e as autoridades do Ministério da Defesa levem em consideração isto que estou dizendo aqui, Sr. Presidente. Não se pode aceitar que, enquanto outros aeroportos do Brasil trabalhem acima de seus limites, tenhamos, no Rio de Janeiro, dois aeroportos com capacidade ociosa.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, são as posições defendidas pelo Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo em seu artigo, posições com as quais, volto a dizer, estou plenamente de acordo.

Sr. Presidente, estenda o meu tempo um pouco mais, porque trago aqui também um requerimento do meu gabinete a S. Ex^a o Senador José Sarney em que peço que, em cumprimento ao art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja computada a minha viagem à Zâmbia, no período do carnaval. Já fiz isso, já enviei antes de viajar e agora o faço publicamente, aqui no plenário.

Peço também, em outro requerimento do meu gabinete, que, considerando os profundos laços de amizade existentes entre o Brasil e a Guiné-Bissau, nos termos do art. 222 do RISF, nosso Regimento Interno, seja apresentado voto de pesar, ao povo e ao Presidente da Assembleia Nacional da Guiné-Bissau, pelo falecimento do Presidente João Bernardo “Nino” Vieira, vitimado por ataque desferido contra a sua residência nesta segunda-feira, dia 2 de março de 2009.

O povo da Guiné-Bissau está em luto porque seu Presidente foi brutalmente assassinado por um setor do Exército que lhe faz oposição.

Sr. Presidente, a África, o continente africano, na década de 60, tinha espaço para todas as utopias. Achava-se que, com o fim do colonialismo, a África iria encontrar o seu destino, e até se sonhava com a União Africana, a união de todo o continente, derrubando barreiras, derrubando moedas, mantendo-se o grande continente, como é hoje a União Européia, numa grande união, a União Africana. Afinal de contas, são povos com uma mesma origem, com uma mesma raiz.

Ocorre, Senador Jayme Campos, que, contrariando as nossas expectativas, o que se viu foi uma “balcanização”. Como houve nos países da região dos Balcãs, a África recebeu de volta, nesse período em que ela se via livre do colonialismo, seus jovens líderes que, durante a colonização, estudaram na Europa, estudaram na Rússia, estudaram na Alemanha e trouxeram para a África talvez um dos regimes políticos mais cruéis, um dos regimes mais duros já inventado pelo ser humano, que é esse regime de, em cada Estado, haver uma estrutura de Estado para cada região. O presidencialismo, quer dizer, essa coisa de

uma África dividida por brancos, em setores geográficos que não correspondiam à ocupação de suas tribos, à ocupação milenar de suas tribos, e eles vêm, então, Sr. Presidente, com a idéia de formar ali um Estado, de ter uma burocracia, de ter ministérios. E nós começamos a assistir à criação de Estados, onde não se sabia bem quem seria o governo, a que tribo caberia ao governo, quem seria encarregado das coisas. E a África começa a mergulhar num profundo clima de revoluções civis que até hoje levam ao atraso sua população, mesmo a África tendo recursos naturais extraordinários.

O que nós vemos hoje na Guiné-Bissau ainda é isso, ainda são resquícios desses regimes trazidos, dessas idéias trazidas da Europa pelos jovens líderes africanos, que mergulharam o continente em guerras tremendas.

Angola viveu 35 anos de guerra; Moçambique, a mesma coisa; as revoluções na República no antigo Zaire, a República Democrática do Congo. Agora no Sudão verificamos com tristeza uma guerra étnica que levou milhões de pessoas à morte. Não é diferente no Zimbábue: Robert Mugabe se estende no poder, com conflitos tribais imensos.

Só não assistimos a isso na África do Sul, porque ali, nas palavras de Desmond Tutu, existe um colosso moral que o mundo inteiro inveja, que é o Presidente Nelson Mandela, que conseguiu, com abnegação, com idealismo, com renúncia, nos 27 anos que passou na prisão, se constituir no grande líder africano. Um homem que não aprendeu o ódio, porque, mesmo vivendo 27 anos preso pelo regime do *apartheid*, ao sair, ele fez um governo para todos, um governo democrático, de maioria, mas sem excluir os brancos. Por isso, hoje, a África do Sul se encontra num nível de desenvolvimento muito mais elevado em relação aos seus vizinhos e vai, inclusive, sediar a Copa de 2010. Grandes obras de infraestrutura estão sendo feitas hoje naquele país. É um país de US\$400 bilhões de PIB, um país que tem uma renda *per capita* superior à do Brasil. A renda *per capita* da África do Sul se iguala à do Chile, é superior à renda *per capita* do Brasil. Ainda há a questão da África, ainda existem grandes desigualdades, mas o Presidente Nelson Mandela, talvez o maior líder negro que a África teve no século passado e neste século – ele continua vivo, tem 91 anos –, é um homem extraordinário, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Inclusive, se dispôs a receber o Prêmio Nobel da Paz ao lado de De Klerk, que era, na época, o presidente do regime do *apartheid*, do regime de minoria branca. Num gesto inigualável de boa vontade, de amizade e de solidariedade, conduziu o país a um tempo de paz e prosperidade. Mas isso é a exceção.

A Guiné-Bissau, mais uma vez, mostra ao mundo que os jovens africanos que vieram com aquelas idéias de regimes de Estado e de poder trazidas da Europa acabaram mergulhando o continente num banho de sangue, numa área geográfica onde havia, por exemplo... Na África do Sul existem 11 etnias, 11 línguas. Até hoje não se sabe muito bem o que é uma África do Sul. Existe Xhosa, existe Zulu, existe Sotho, existe Sepedi, existe Tswana. Só mesmo a liderança política do Presidente Nelson Mandela poderia realmente unir aquele Estado e fazer com que o país caminhasse para a prosperidade e para a paz.

Sr. Presidente, fica aqui, então, meu lamento, minha tristeza e o voto de pesar que apresento em nome do meu Partido ao povo da Guiné-Bissau, 1,5 milhão de habitantes, pelo brutal assassinato do seu Presidente, reeleito democraticamente, por conta desses conflitos internos, que um dia hão de acabar na África.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu gostaria de fazer umas indagações, já que V. Ex^a é um “africófono”, amigo da África e contribuiu com a cultura. Qual é a população da África toda, dos 40 países, mais ou menos?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – A África tem 51 países, Sr. Presidente. E hoje são 600 milhões de habitantes, em torno disso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – São 600 milhões. E esses de cultura portuguesa – Angola, Guiné-Bissau, Moçambique – melhoraram ou pioraram depois de suas independências?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Melhoraram, mas viveram períodos de guerra de muitos anos. Moçambique viveu 20 anos de guerra entre dois partidos políticos, um de financiamento russo, que levou ao poder Samora Machel, assassinado num voo – explodiu o avião no alto. E Angola viveu 35 anos de guerra, com também dois partidos, um financiado pelos russos e outro com apoio americano, que dividiram o país durante muito tempo.

Depois que a guerra acabou, os países melhoraram. Mas deixaram resquícios da guerra imensos. Hoje ainda se anda em Angola e se vê em Luanda, por exemplo, na capital, milhares e milhares de mutilados. E ainda existem, nos campos, muitas minas enterradas.

Então, é a África inteira, não são só Angola e Moçambique, não são só os países de língua portuguesa, não, mas todos os países de colonização inglesa, francesa, todos eles viveram banhos de sangue de 60 para cá. O último país a ter a sua independência foi Botsuana, em 66, se não me engano. E todos eles,

de 66 para cá, viveram conflitos internos enormes, por conta de saber qual daquelas tribos, naquele espaço geográfico, iria assumir o poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após pronunciamento brilhante, mostrando a cultura e a situação do povo africano, do Senador Crivella, chamamos, para usar da palavra, o Senador Gilvam Borges. Ele é Senador do Estado do Amapá, do PMDB.

Estão inscritos, em seguida, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Jayme Campos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para falar de um tema muito importante para a Região Amazônica. Todos os Parlamentares que integram a representação dessa grande região, tão falada, tão decantada, buscando alternativas e soluções, estamos vivendo momento extremamente difícil e delicado. As populações ribeirinhas, o estrangulamento da economia da região no que tange ao aproveitamento econômico da floresta, dos recursos naturais, com racionalidade, dentro de uma política econômica autossustentável... Nós estamos sendo amarrados de uma forma tal que o Governo brasileiro precisa encontrar alguma alternativa, porque hoje estamos vivenciando momentos extremamente de difícil gestão.

Recentemente, estávamos vendo as demarcações das áreas indígenas. Os grandes parques que foram estruturados dentro da Amazônia, como o Tumucumaque, no Amapá, o maior parque do mundo em extensão de terra, além das áreas indígenas, e estamos vivendo uma situação em que os países desenvolvidos estão impondo uma legislação violenta, brutal no que tange ao estrangulamento da vida dos homens que vivem na Amazônia.

Ora, esses homens, essas famílias, as pessoas que fazem a Amazônia estão integradas ao meio ambiente e não é justo o que podemos ver, a forma covarde com que, em certos momentos, as ações de algumas instituições chegam brutalmente, com as Forças Armadas, com as instituições que precisam, o que ocorreu recentemente no Alto Oiapoque com uma pequena comunidade de garimpeiros, exercendo a sua atividade, onde houve até óbitos, recentemente em Roraima e assim em outros Estados.

Tudo bem. Uma política direcionada pelas nações mais ricas, que querem a preservação total e absoluta, integral e inviolável da Amazônia, pela qual não podemos nos utilizar dos seus recursos naturais, é necessário uma revisão urgente de como essas pessoas vão viver, dentro da grande Amazônia. E o Estado brasileiro precisa se integrar com esses países ricos para podermos subsidiar inclusive essa política extremamente agressiva, exacerbadamente preservacionista, em que nos sentimos penalizados, em certos momentos imobilizados, ao ver a situação em que a maioria dessas comunidades ribeirinhas, a grande população da Amazônia, vive hoje.

Vamos, sim, tomar algumas providências. Estarei aqui de volta na quarta-feira, quando vou fazer um pronunciamento para poder conversar um pouco com a Ministra Dilma e com o Presidente Lula. Precisamos integrar uma ação com a política internacional, que hoje é que gerencia a Amazônia – porque a população hoje já está totalmente amordaçada, amarrada –, sobre a violência da legislação e do domínio total das terras.

Sim, é para preservar o subsolo das riquezas minerais que há para o futuro do Planeta? Tudo bem. Faremos dos nossos homens predadores ou faremos dos nossos homens cidadãos conscientes, que possam ser soldados e vigilantes na defesa da Amazônia? É preciso rever isso, para podermos fazer uma política humanizada.

Estou apresentando...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Gilvam Borges...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Já em seguida, Senador Mozarildo.

Estou apresentando um projeto, nesta tarde de hoje, dentro da linha de que o Governo deveria reavaliar isso, para focalizar uma ação política exclusiva para a Amazônia, no que tange ao abandono, ao sacrifício a que estão sendo submetidas as populações que ali vivem, na densa floresta amazônica.

Somos, Senador Mozarildo, o cheiro da andiroba, da copaíba, da balata. Somos a castanha do Brasil, somos a floresta. Estamos integrados a essa floresta que devemos preservar, mas não podemos ser detidos, amarrados e amordaçados da forma que estamos, sem poder usufruir, de forma racional, dentro de uma política social bem implantada.

Já em seguida, concederei um aparte a V. Ex^a, mas serei bem breve, porque aqui vou apresentar o projeto. Mozarildo, não te agonies, porque esta é uma matéria muito importante.

**PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL
Nº , DE 2009****Autoriza o Governo Federal a criar o
Programa Bolsa Ecologia para a Amazônia Legal.**

Art. 1º Fica o Governo Federal autorizado a instituir o Programa Bolsa Ecologia, destinado à transferência de renda para as famílias residentes em locais próximos às Unidades de Conservação da Amazônia Legal, com o objetivo de melhorar as condições econômicas da população local e capacitá-la para a preservação do bioma amazônico.

Parágrafo único. Constitui benefício financeiro do programa referido no caput o pagamento de bolsa destinada às famílias residentes nas Zonas de Amortecimento das Unidades de Conservação situadas na Amazônia Legal.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e se mantendo pela contribuição de seus membros;

II – Zona de Amortecimento das Unidades de Conservação, a área no entorno de cada unidade de conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade, conforme prevê a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Art. 3º A concessão de Bolsa Ecologia estará condicionada à comprovação de:

I – renda familiar mensal de no máximo um salário mínimo;

II – residência da família na região há, no mínimo, três anos ininterruptos;

III – participação de pelo menos um dos membros da família beneficiária em cursos de capacitação e treinamento ambiental ou de turismo ecológico, ministrados por organismos de educação ambiental.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, renda familiar mensal é a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros de família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda.

Art. 4º Os recursos para concessão da Bolsa Ecologia serão provenientes do Fundo Nacional de Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o bioma constituído pela Floresta Amazônica permaneceu quase intocado até a inauguração da rodovia Transamazônica, em 1970. Desde então, os índices de desmatamento na região vêm aumentando de forma praticamente contínua, com pequenos períodos de estabilização ou retração do processo.

Evidentemente, parte das estratégias para desacelerar esse processo inclui a repressão, por meio de procedimentos de licenciamento ambiental, monitoramento e aplicação de multas. Também importante é a delimitação de unidades de conservação, conforme prevê a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Todavia, ao acionar os mecanismos de normatização, fiscalização e controle, o Poder Público cumpre apenas parte de sua tarefa. Na Amazônia, a ameaça à biodiversidade é decorrência, principalmente, do desenvolvimento desordenado e de um quadro de exclusão social associado a um elevado nível de pobreza da população.

Entre as causas primordiais do desmatamento na região, inclui-se a falta de apoio aos amazônidas para que possam viver dignamente, em harmonia com o ambiente. Nesse sentido, a criação pura e simples de unidades de conservação não garante o tão desejado desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Para conseguir um efetivo controle sobre o desmatamento, o Poder Público precisa estimular os agricultores, os ribeirinhos e as populações tradicionais a manterem a floresta em pé. Para tanto, é preciso garantir às famílias locais a renda mínima necessária a sua sobrevivência, de forma a compensar o esforço por elas realizado em prol da conservação da floresta.

Nesse sentido, propomos o projeto de lei que autoriza o Governo Federal a instituir o Programa Bolsa Ecologia, destinado à concessão de benefícios a famílias residentes nas Zonas de Amortecimento das Unidades de Conservação situadas na Amazônia Legal às famílias com rendimento de até um salário mínimo mensal.

Bem, eu vou concluir aqui essa parte, Sr. Presidente, já para encerrar e vou conceder um aparte ao Senador Jayme, primeiramente ao Senador Mozarildo e em seguida ao Senador Jayme.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Gilvam, V. Ex^a fez um pronunciamento e até pedi

logo no início o aparte, porque como V. Ex^a falou, me apressei porque o tema que V. Ex^a abordou ao apresentar, dar uma introdução na apresentação do seu projeto, já me levou justamente a esse pensamento, que V. Ex^a concluiu chamando de Bolsa Ecologia. Já ia dizer ou sugerir aqui a criação do Bolsa Amazônia, uma vez que o governo gosta tanto de bolsas, não é? Então, seria importante realmente, V. Ex^a colocou um ponto fundamental. Ora, como só falar em Amazônia e sempre digo aqui nos meus pronunciamentos em mata e em bichos. Com todo o respeito que nós temos às árvores e aos animais, mas não se fala nos seres humanos que vivem lá.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Mas são animais também.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Que são animais, mas são racionais e há 25 milhões de seres humanos lá que precisam ser olhados como os outros seres humanos no Brasil. E V. Ex^a coloca muito bem; cadê a preocupação, por exemplo, com os homens? Eu nem falo e não podemos também desprezar os que para lá emigram. O meu pai foi para lá na década de 43, o meu avô na década de 30 e nós temos os ribeirinhos, os caboclos – como nós chamamos – mestiços, nos meus lavrados lá de Roraima, na beira dos rios de toda a Amazônia, até os índios, de quem tanto se decanta a defesa. O General Heleno, ex-Comandante militar da Amazônia, colocou muito bem. A política indigenista é um caos em relação aos seres humanos índios. Muito bonita no que tange aquelas imensas reservas, Senador Gilvam. Falo não só de reservas ecológicas, há reservas indígenas imensas na Amazônia. Se o Governo acha que deve ser assim, passando por cima o trator, ao largo do Congresso Nacional, sem ouvir sequer o Senado para demarcar uma reserva ecológica ou uma reserva indígena, que compense o ser humano que vive lá. Ou vai querer expulsar também da Amazônia os 25 milhões de habitantes que lá vivem, uma população superior à população da Venezuela? Então, estou solidário a V. Ex^a com relação a esse projeto. Acho que a idéia é perfeita. Realmente, se querem uma política contrária ao que pensa a população da Amazônia que pague por isso.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Senador Jayme Campos, por favor.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a está propondo um projeto que é meritório na medida em que, na verdade, nós, da Amazônia, estamos sofridos. Não existe nenhuma agenda definida para a nossa Região. Vou dar um pequeno exemplo para V. Ex^a. Acabei de receber o telefonema de um Vereador de uma região ao longo da BR-163,

Vereador Rubens. É de uma cidade chamada Novo Mundo. Mostrou-me sua preocupação em relação ao que ocorre hoje. Mato Grosso tem, como outros Estados da Federação naquela Região, vários assentamentos. Hoje, por incrível que pareça, o próprio Governo Federal, que fez os assentamentos, está exigindo desses assentados o GEO e a LAO. O que significa? Para tirar qualquer financiamento, do próprio Banco do Brasil, está exigindo. Ora, se o cidadão foi assentado lá não tem nem o documento da terra, ou seja, não recebeu o título de propriedade, dando a ele uma insegurança, uma intranquilidade. Feito isso, o que nós estamos vendo na realidade? O Governo tem sido omissos com a Região Amazônica. Ora, é lamentável, que todos os dias, sem nenhum critério, eles criam novas reservas, ampliam as reservas indígenas sem nenhum critério, isso fruto, naturalmente, de alguns organismos ..

(Interrupção do som.)

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – ... de alguns organismos internacionais e das ONGs, nós temos hoje milhares de ONGs esparramadas neste imenso País só nos trazendo problemas e transtornos para nossa Região e para o nosso País. De tal maneira que o Governo Federal tem que definir com muita clarividência uma política para nossa Região, para que possamos, com certeza, Senador Gilvam, realmente poder beneficiar e, acima de tudo, dar cidadania a esses 25 milhões de brasileiros que moram nessa parte do nosso País. Lamentavelmente, o que temos visto lá é apenas perseguição e sobretudo a incompetência dos órgãos do Governo Federal. Quando se fala em Incra, significa o quê? É sinônimo de incompetência. Quando se fala em Funai, a Funai quer apenas o quê? Aumentar, ampliar todos os dias as reservas indígenas neste País. Então, precisamos dar um basta. Eu vejo o Ministro Mangabeira Unger dizendo que está montando uma estratégia, um grande plano estratégico para o Brasil, sobretudo para essa Região, mas não tem nada de concreto, é só conversa fiada na prática. Lamentavelmente, o que se vê agora é esse decreto, o Decreto 6.321. No meu Estado, particularmente, eles foram lá e inviabilizaram quase 50% do território mato-grossense, dizendo que era Região Amazônica, foram áreas antropizadas há 200 anos, foram antropizadas, fruto do garimpo do ouro, do diamante e lamentavelmente hoje essas regiões que não tiveram acesso ainda a LAO, tendo em vista que os órgãos do Governo que emitem o documento da LAO e o Incra que emite o GEO, demora cinco, seis anos. Isso está inviabilizando a nossa economia e inviabilizando, com certeza, que o cidadão que está assentado, que mora ali, de continuar morando. Sabe

o que está acontecendo? Hoje há Municípios em Mato Grosso que estão sendo esvaziados, ou seja, as populações estão indo para os grandes centros, trazendo, até certo ponto, problemas, porque as cidades não têm infraestrutura suficiente e emprego para essa população. Nesse caso, o que ocorre? Está aumentando a violência, falta do quê? De uma política definida, por parte do Governo Federal, em relação à nossa região amazônica. Por favor, Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva: *Help!* Não veja a região amazônica como patinho feio. Não podemos permitir ou concordar com que nós, que moramos ali, sejamos menores do que um pato selvagem. Não. Deve haver uma definição claro do que realmente o Governo Federal quer da Região Amazônica, sobretudo levando os investimentos, para que aquela região continue crescendo, prosperando, mas, acima de tudo, buscando a compatibilização do desenvolvimento com o desenvolvimento ambiental. V. Ex^a está de parabéns em buscar, efetivamente, um mínimo de renda para as pessoas sofridas que habitam aquela região do nosso País. Parabéns, Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço os apartes das Ex^{as}, Senador Mozarildo e Senador Jayme. Portanto, sem comentários. Foram apartes bem abalizados, como líderes da nossa grande região Amazônia.

Vou anunciar minhas audiências antes do Carnaval. Agradeço ao Brigadeiro Nicácio, Presidente da Infraero. Estamos retomando as obras do aeroporto do Amapá. Ele já se comprometeu em cobri-lo, depois daquela paralisação e, a nosso convite, chegará ao Amapá no dia 20, juntamente com o Presidente do Supremo e com o Presidente do Congresso, José Sarney.

E ao Ministro dos Transportes, por ter autorizado a contratação do projeto da pavimentação – do projeto –, a licitação da 210, obra importante para nós.

Para concluir, objetivamente, dinheiro na conta:

Ordem Bancária nº 2009, OB 80027, Banco do Brasil, Agência 3575, conta 6308-8. Em dinheiro. Valor: R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais.)

Apoio às ações previstas no Plano Aquarela, marketing turístico internacional do Brasil para o Estado do Amapá.

Para finalizar aqui, o último, Sr. Presidente, já estamos concluindo.

Ordem Bancária da Caixa Econômica. Valor R\$4.875.000,00 (Quatro milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais). Assentamento, revitalização e urbanização no bairro Infraero. Dinheiro na conta, já para o Governo do Estado do Amapá. Conta nº 66470995. Agência 0658.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, seriam esses. Em seguida, nós iremos abordar, esse projeto é de interesse internacional, nacional e o Presidente Lula pode emplacar muito bem com a Ministra Dilma e as autoridades para termos uma política efetiva para a Amazônia porque nós estamos vivendo um grande

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Gilvam Borges que representa o Amapá e o nosso PMDB, mostrando suas preocupações quanto à ecologia de sua região, convidamos para usar da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, que representa o Estado de Roraima e o PTB de Getúlio Vargas, e é talvez o mais extraordinário líder maçônico do nosso País.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, que preside a sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no tema do meu pronunciamento de hoje, quero complementar o aparte que fiz ao Senador Gilvam Borges, quando disse a S. Ex^a, comentando o projeto apresentado por ele, que eu tinha, quando do começo da apresentação, sugerido que se colocasse um Bolsa-Amazônia para as populações...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mozarildo, peço desculpas por interrompe-lo. Quero apenas prorrogar a sessão por mais uma hora para todos os oradores inscritos. Estão inscritos o Senador Jayme Campos, José Nery e Garibaldi Alves, nosso saudoso ex-presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Como eu estava comentando, Sr. Presidente, apoiei, em tese, a idéia, mas quero dizer que no fundo a população da Amazônia, os amazônidas não querem essa estória de Bolsa. O que querem é oportunidade para trabalhar, é incentivo, financiamentos, projetos e assistência técnica. Isso é o que o povo quer, inclusive os índios. Quando eu digo “povo” refiro-me a toda a população da Amazônia: os agricultores, pecuaristas, profissionais da pesca, os índios, todos. O que querem é decência no tratamento que precisam.

Mas, infelizmente, como disse o Senador Jayme Campos em seu pronunciamento, o Governo Federal não tem plano para a Amazônia. Só agora editou uma medida provisória que dará celeridade à resolução do problema principal da Amazônia, que é a questão fundiária daquela região.

Mas eu vou abordar o tema da aviação regional. Um país da dimensão do nosso, Senador Mão Santa,

não pode ficar refém de duas ou três empresas grandes que dominam toda a aviação do Brasil. E aí elas vêm se sucedendo. Antigamente era a Varig e a Vasp; depois, Varig e Transbrasil, e elas foram se sucedendo e desaparecendo, porque esse modelo de monopólio realmente termina por fracassar.

Hoje, nós temos praticamente duas empresas que dominam o mercado aeronacional, que são a TAM e a GOL. E, quando surge qualquer empresa regional que tenta fazer um voo para a região, elas entram na competição e acabam com aquela empresa. No meu Estado, eu dou um exemplo, nós temos uma empresa local chamada Meta – Mesquita Táxi Aéreo – que tinha inclusive aviões incentivados pelo Governo, Brasília, e fazia voo para Manaus e Belém. Pois, bem. À época, a Varig aumentou seus voos, entraram também Transbrasil e Vasp, e ela teve, para poder fazer essa linha, ir para Georgetown, Suriname e chegar a Belém. E, portanto, atravessa inúmeras dificuldades.

A Rico, que é uma outra empresa da Amazônia, sediada em Manaus, voava também em um avião Boeing para Boa Vista e teve de se retirar porque a TAM e a GOL colocaram duas frequências diárias cada uma, de manhã e à noite. As duas iam praticamente no mesmo horário. Baixaram o preço, e a Rico não teve como aguentar.

Agora, uma pergunta, Senador Mão Santa: se baixassem o preço e continuassem com esse preço baixo, tudo bem! Mas baixam o preço para exterminar a outra e, depois, voltam ao que eram: aumentam o jeito que querem. Hoje, talvez, o trecho Manaus-Boa Vista, Boa Vista-Manaus seja o trecho mais caro que tem no Brasil. E, assim, se repete, com certeza, no seu Estado, nos Estados os mais diversos. Mas na Amazônia, os mais distantes, são os que mais sofrem.

E nós estamos aí com o caso da Embraer, que vai demitir ou demitiu 5 mil funcionários. E por que demitiu, Senador Mão Santa? Porque o grande freguês, o grande consumidor, o grande cliente da Embraer eram exatamente os países ricos da Europa e os Estados Unidos. Eles, portanto, compravam esses aviões para quê? Para fazer a aviação regional nos seus países. E esses aviões servem para fazer a aviação regional lá naqueles países e não servem aqui no Brasil. Por que não servem? Porque não tem como comprar aqui. Então, o Governo em vez de estar brigando com a Embraer porque demitiu os funcionários tinha que ver como resolver o problema da demissão. Incentivando, portanto, que a Embraer pudesse vender mais para o mercado interno e, assim, resolver dois problemas: o problema da Embraer em termos de geração de empregos e riqueza para o País e o problema das

populações deste imenso País, que não contam com a opção da aviação regional confiável.

Eu apresentei um projeto aqui no Senado – e nós do Senado o aprovamos –, criando um adicional tarifário para incentivar a aviação regional. O Senado aprovou e está na Câmara há vários anos. Um dia desses, li numa revista que o Governo está pensando em fazer agora o adicional tarifário e por decreto, por medida provisória. Depois disse: “Não”. Continuam mandando medida provisória, continuam fazendo por decreto, porque o Congresso é lento. Mas só é lento, Senador Mão Santa, porque o Governo quer. O Governo tem maioria na Câmara para aprovar o que quer. Aprovou a CPMF lá na Câmara. Mas o que ele não quer não se aprova na Câmara.

Por quê? Porque as Lideranças que compõem essa maioria são orientadas para não aprovar os projetos.

Então, eu quero aqui fazer um apelo ao Presidente Lula, que costuma confundir uma oposição às suas idéias, uma análise contrária às suas idéias como quem está contra ele ou falando mal dele. Que ele peça que reflitam sobre este tema, delegue realmente ao comando da Aeronáutica, ao Ministério da Defesa, aos órgãos competentes a análise e aprovação desse projeto rapidamente. Ele estaria matando não só dois, não, mas vários coelhos de uma cajadada só. Estaria resolvendo o problema do emprego na Embraer, estaria gerando mais empregos, porque essa aviação regional iria contratar uma porção, talvez milhares de empregos por este Brasil afora e estaria resolvendo a questão do usuário da aviação aérea, até porque a nossa malha aeroviária realmente precisa ter mais aviões e precisa ser redefinida.

Então, eu espero que esse projeto possa ser aproveitado, já que nós chegamos a essa situação, Senador Mão, de que temos uma idéia aqui, apresenta um projeto. O projeto, quando é aprovado no Senado, vai para a Câmara, morre na Câmara ou, quando um Deputado apresenta um projeto lá que o Governo não quer, também morre no nascedouro. Fica lá pulando de uma comissão para outro e não chega a lugar nenhum.

Está aqui o projeto que resultou da primeira CPI das ONGs, que eu presidi, que pedia o quê? O cadastramento das ONGs que atuam no Brasil, notadamente as estrangeiras que atuam na Amazônia, a prestação de contas dessas ONGs. O Governo fez de tudo e, até hoje, está na Câmara. E aí baixou uma medida provisória que está funcionando. Já cadastraram várias ONGs e, inclusive, constataram que várias ONGs não se cadastraram.

Então, é preciso que o Governo deixe o Legislativo legislar. Quando digo Governo, refiro-me ao Presidente da República e seus Ministros, porque Governo mesmo, ao pé da letra da Constituição é exercido pelos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Esse é que é realmente o Governo da União, dividido em três Poderes. Mas, infelizmente, no Brasil, o poder que tem a postura imperial é o da Presidência da República.

Então, eu aqui quero realmente fazer um apelo não submisso, mas um apelo patriótico ao Presidente da República no sentido de que aproveite esse projeto que já está lá e mande aprová-lo e o sancione. Está resolvido o problema. Ele não toma a iniciativa do Legislativo e, ao mesmo tempo, resolve, no momento oportuno, a questão da aviação regional, a questão da Embraer e a questão dos milhares de empregos que estão em jogo não só na Embraer, mas que poderão ser gerados pelo Brasil afora se ele incentivar a aviação regional neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nós queremos cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti por esse pronunciamento muito oportuno sobre o desenvolvimento da aviação regional, que está decadente no Brasil. A minha cidade, que é a maior tirando a capital, sempre teve no passado esses aviões regionais. É o que o americano chama de linha mamária.

Mozarildo Cavalcanti, com sua inteligência privilegiada, advertiu que isso fortaleceria a Embraer, que é o maior orgulho da indústria nacional.

Convidamos para usar da palavra o Senador Democrata por Mato Grosso, ex-Prefeito e ex-Governador de Estado.

Aliás, corrijo, extraordinário Prefeito e extraordinário ex-Governador do Estado.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de tudo, agradeço a V. Ex^a pelas palavras generosas e bondosas.

Sr. Presidente, venho falar aqui das rodovias federais. V. Ex^a já abordou aqui a questão das estradas no Brasil e do sistema de transportes: rodoviário, hidroviário e ferroviário. Lamentavelmente, quase nada se fez para melhorar o transporte no Brasil. Hoje, de 70% a 75% do nosso transporte é feito por rodovias federais ou estaduais. Isso tem trazido um transtorno que, lastimavelmente, tem aumentado os índices de acidentes, a cada dia que passa, devido à precariedade das estradas.

Os índices de acidentes têm aumentado a cada dia e, por conta disso, eu gostaria, particularmente, de falar em relação a este assunto.

Trafegar pelas rodovias federais brasileiras está se tornando, cada vez mais, uma aventura de alto risco. Quem se utiliza dessas vias para garantir o sustento sai de casa sem saber se voltará ao convívio dos familiares. Parece um cenário exageradamente dramático e fatalista; mas infelizmente não o é. Nossas estradas se convertem em verdadeiras armadilhas em que vidas são desperdiçadas de maneira banal e corriqueira.

Para se ter uma ideia, em todo o País, nos seis dias de Carnaval deste ano, houve um aumento de 20% do número de registro de acidentes nas BRs em relação a igual período em 2008. Nada menos do que 2.865 ocorrências foram anotadas pela Polícia Rodoviária Federal, com socorro de 1.784 feridos. Outros 127 usuários da malha viária federal foram a óbito.

Os números são eloquentes. Falam por si só. Ainda mais se analisarmos a série histórica que aponta para um vigoroso crescimento na quantidade desses desastres. Nos feriados de Natal de 2008 e na virada do ano para 2009, 435 pessoas morreram nas rodovias federais contra 384 nos mesmos festejos do ano anterior. Nesse período, o número de acidentes cresceu 13,2% em relação ao ano passado. Somente Mato Grosso, o meu Estado, no ano de 2008, registrou a ocorrência de 218 vítimas fatais nas BRs 070, 158, 163 e 364, que cortam a região. É um balanço macabro e chocante. Durante o Carnaval de 2009, a trama se repetiu com a mesma intensidade e amargura: 75 acidentes, 30 feridos e seis mortes. É o maior número de óbitos desde 2004, quando faleceram oito pessoas.

Daqui a pouco, concederei um aparte ao Senador Gilberto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por trás dessas estatísticas frias, residem a dor e o desespero de muitas famílias brasileiras, gente que saiu de casa para trabalhar ou simplesmente para passear e deu de cara com a morte. Homens, mulheres, idosos e crianças foram vítimas da imprudência e da má conservação das estradas. A fatalidade não escolhe sexo, idade, raça ou condição social.

Como disse, a imprudência tem causado o sacrifício de muitos motoristas e passageiros; mas não podemos eximir organismos federais de uma parcela de responsabilidade por tais acidentes. Nossas rodovias federais, na maioria, estão em estado lastimável, com buracos que se sobrepõem quilômetros a fio, sem acostamentos, com sinalização precária e fiscalização ineficaz.

No atual estágio de conservação, as rodovias se transformaram em verdadeiro calvário para seus transeuntes. Como se vê pelas estatísticas, viajar por elas é um ato de coragem e um desafio cotidiano aos piores prognósticos possíveis. E, se todos sabem, por que os órgãos governamentais não tomam providências definitivas para garantir segurança e trafegabilidade às estradas federais?

Ano após ano, Senador Gilberto, feriado após feriado, assistimos a um verdadeiro genocídio em nossas rodovias. A eficiência tanto na conservação dessas vias quanto na prevenção de acidentes decresce no ritmo inversamente proporcional ao acréscimo de veículos sobre a malha. São necessários investimentos em tecnologia, em efetivo patrulhamento e, sobretudo, em obras.

Por falar em obras, Sr. Presidente, eu quero registrar aqui a visita de um prefeito e dois grandes empresários e secretários da Prefeitura da cidade de Sorriso.

Registro, com muita satisfação, a presença do Prefeito Chicão Bedin, que é Prefeito de um dos mais prósperos Municípios do nosso Estado, que também tem problema de estradas federais, como é o caso da rodovia BR-163. Registro também a presença do velho e querido companheiro Cláudio Zancanaro e do velho e querido amigo Nadir Sucolotti que hoje visitam Brasília e, sobretudo, visitam o Senado Federal.

Sejam bem-vindos! As suas visitas, as suas presenças nos honra, nós, Senadores de Mato Grosso nesta Casa.

A mera ampliação de postos de fiscalização e balanças nessas vias, já poderia significar um estresse menor sobre o pavimento, reduzindo assim os buracos e o desgaste imposto por carretas que trafegam com peso excessivo à conservação das rodovias.

Se o Governo Federal se considera extenuado em seus esforços – carregando departamentos pesados e mal gerenciados como o Dnit –, então que estude a privatização dos trechos mais críticos das BR's, como já ocorre com a Via Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro. Lá, a experiência foi aprovada e o número de acidentes caiu vertiginosamente.

Agora, o que não se pode é condenar nossa sociedade a trafegar em rodovias precárias e perigosas. Chegar ileso, por exemplo, ao destino de uma viagem entre Porto de Paranaguá, no Paraná, e Alta Floresta, em Mato Grosso, é pura sorte, tamanhos os desafios e riscos que se encontram pelo caminho.

De qualquer forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, especialmente o Senador Gilberto Goellner, que os milhares de brasileiros que perderam suas

vidas nas rodovias federais sirvam de alerta para que as autoridades federais reflitam sobre a segurança em nossas estradas e tomem providências enérgicas no sentido de garantir investimentos para a construção de uma malha viária compatível com as exigências de uma economia moderna e pujante como a do Brasil.

Não é apenas nossa produção que trafega pelas estradas, mas sim nosso maior patrimônio, que é nossa gente. A morte de nossos irmãos significa mais que a simples perda de amigos e entes queridos. Representa, isto sim, a derrota de toda uma nação para a incompetência e o despreparo, pois, junto com essas vidas ceifadas prematuramente, foram também planos, sonhos e o futuro de toda uma geração.

Para nós, essas vítimas devem também ser encaradas como mártires modernos, e seus flagelos devem pavimentar uma nova atitude do Governo Federal que garanta transparência, licitações limpas e agilidade na execução de obras que restaurem a malha viária nacional.

Concedo um aparte ao Senador Gilberto Goellner.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Senador Jayme Campos, V. Ex^a hoje trata de um assunto que diz respeito ao Estado de Mato Grosso como também a todo o Centro-Oeste. Sabemos que, além das vidas que são colhidas a cada dia, há trechos como o de Cuiabá/Rondonópolis, pela BR-163, em que trafegam mais de dez mil caminhões por dia! É humanamente impossível o Estado continuar com a precariedade das rodovias que foram iniciadas há 25 anos, manutenção mal feita, tapa buracos. A mesma malha rodoviária de 25 anos atrás continua hoje. Realmente, ficamos indignados. Nós, como representantes da classe agrícola, da sociedade mato-grossense, sabemos das dificuldades por que passa o transporte dessas mercadorias produzidas no Estado, que são levadas para os grandes centros consumidores do País e do exterior, passando unicamente pela BR-364 e pela BR-163. E todos sabem que podemos encurtar trechos. Há seis anos, no início do Governo Lula, pensava-se numa participação público-privada, as famosas PPPs. Infelizmente, não foi levada avante. Então, quanto a isso que o senhor cita – de ser privatizado –, eu diria que na época existiam interesses de grandes empreiteiras que poderiam ter feito essas obras. Foram seis anos perdidos e nada foi feito.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – É verdade.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Havia um estudo inclusive de toda a BR-163, desde Cuiabá até Santarém, passando pelo Estado do Pará. São

mais de 1.100 quilômetros que ainda faltam asfaltar e que agora está previsto no PAC. Se isso já tivesse sido colocado para a iniciativa público-privada fazer o consórcio, que na época foi idealizado, teríamos hoje, com o pedágio, viabilizado esse transporte e encurtado em mais de 50% o trajeto da região produtora, por exemplo, do Município de Sorriso e da grande região de Sorriso até o Porto de Paranaguá, ou até o Porto de Santos. Então, realmente sabemos que o PAC está atrasado, as licitações estão atrasadas, as duplicações não estão feitas. O negócio anda muito devagar. Onde estão essas obras previstas, que precisam urgentemente ser projetadas e executadas no Estado de Mato Grosso e que tanto se propala? Passam-se governos e nada é feito. Então, meus parabéns, Senador. Onde estão os recursos daquela contribuição sobre os combustíveis (Cide)? Onde eles estão sendo aplicados? Então, vejo que temos recursos, sim; o que falta é determinação do Dnit no sentido de realizar essas obras, de vê-las iniciadas de uma vez por todas. Precisamos tirar os entraves que hoje não permitem a melhoria da nossa malha rodoviária. Meus parabéns pela apresentação!

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Gilberto.

Na verdade, Senador Mão Santa, Mato Grosso é o Estado que detém a menor quilometragem em rodovias federais.

Todavia, acho que temos a grande oportunidade ímpar, Senador Gilberto, de agora resolvermos nosso problema de estrangulamento do setor rodoviário, ferroviário e hidroviário. No Brasil hoje 70% do nosso transporte, da nossa produção, é feito através de rodovias; 15% ou 17% é feito através de ferrovias; e os demais por meio de hidrovias.

Enquanto o Governo Federal não tiver a visão de que nós que estamos na Região Centro-Oeste, que estamos produzindo, gerando emprego, riqueza, alimentos em abundância, precisamos de condições suficientes, que não temos investimentos em logística, as coisas vão continuar com dificuldade.

E as rodovias federais neste País, lamentavelmente, estão em estado de petição, em estado precário. Há poucos dias, foi anunciado pelo Presidente do Dnit ou pelo Diretor-Geral do Dnit algo em torno de um bilhão e trezentos milhões de reais para investimento no Mato Grosso. Entretanto, ilustre Senador Gilberto, quase nada foi feito. A rodovia que o senhor citou aqui – Cuiabá-Rondonópolis – é a rodovia da morte. É a rodovia da morte!

Eu imagino que, com poucos investimentos, nós iríamos reduzir o número de acidentes. Todos os dias

acontecem fatalidades nessa rodovia, como também na rodovia que demanda o Trevo Lagarto, passando por Jangada, Rosário D'Oeste, indo até Sorriso, etc. A melhoria dessas rodovias, se possível, a duplicação, é de fundamental importância.

Agora lançaram esse grande programa, mas ainda não vi nada! A BR-158 vem se arrastando há mais de oito anos; não houve sequer um metro de pavimento para frente. Estive, ontem, com várias pessoas daquela região – Cascalheira, Porto Alegre do Norte, Vila Rica, enfim... É um sonho! É um sonho de todos nós mato-grossenses. Nós sabemos, Prefeito Chicão Bedin, que, para viabilizar a economia de nosso Estado, que está calcada na agricultura, na pecuária, nós precisamos de um transporte mais barato. Nós temos de lutar, Senador Gilberto, para pavimentar a rodovia que demanda a saída para o Pacífico, passando pela Bolívia e pelo Chile, saindo nossa exportação pelo Porto de Iquique. É uma rodovia que vai diminuir, sabe quanto? Sete mil quilômetros de milhas náuticas. Por isso, diminui, sobremaneira, o custo de nosso transporte, que hoje, lamentavelmente, pesa em nosso agronegócio.

Enfim, nós estamos aqui nessa luta incessante. Nós, como membros titulares da Comissão de Infraestrutura, já aprovamos. V. Ex^a, Senador Gilberto, lá atrás, com o Senador Jonas Pinheiro e a Senadora Serys, nós conseguimos federalizar cinco rodovias, entre elas, prefeitos e secretários, a rodovia tão importante, como o é a complementação da BR-163, ligando o nosso Estado ao Pará, até Santarém. Nós temos a BR-242, que sai da região de Querência, indo até Sorriso. É uma grande rodovia.

Vamos interligar a nossa região, saindo pela 158 e indo até o Porto do Maranhão.

Infelizmente há um entrave, há uma dificuldade. Não vemos nada acontecer neste País. Todos os dias ouvimos falar em PAC. PAC vai PAC vem, mas até agora não vi nada; só conversa fiada. O que estão fazendo contra nós no Mato Grosso, lamentavelmente, é digno de todos nós fazermos uma verdadeira corrente de revolta contra a política perversa do Governo Federal. Não tem crédito agrícola. Hoje 90% do nosso crédito agrícola os nossos produtores estão buscando onde? Nas empresas privadas: Bunge, DM, Maggi, etc... O Banco do Brasil financia apenas de 7% a 10%, os demais cometem quase um estupro contra os nossos produtores rurais do Mato Grosso: cobram juros exorbitantemente.

O que nós queremos é ser respeitados pelo Governo Federal, isso é o mínimo. Ninguém está pedindo favores. Estamos pedindo aquilo que é nosso direito: o

Governo Federal nos ver como gente que produz, que constrói a grandeza deste País.

Portanto, Senador Mão Santa, além de nós estarmos aqui levando os números críticos, perversos das nossas rodovias federais, eu quero fazer um apelo ao Ministro do Transporte, Alfredo Nascimento e ao Dr. Luiz Antonio Pagot, Diretor Geral do Dnit, para que olhem com carinho o Estado de Mato Grosso. Eu espero que a tão prometida duplicação para Rondópolis, a melhoria da BR-163, a interligação de Mato Grosso ao Estado do Pará, a 242, a MT-100, a 251, a 080, por favor, que se tornem realidade. Chega de conversa fiada! Só dizer que tem dinheiro no orçamento e não executar a obra é mandar recado para quem não conhece.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante e contundente pronunciamento do Senador Jayme Campos reivindicando a melhoria das estradas precárias de seu Estado, faço minhas as palavras da história do Brasil.

Pedro II escreveu à sua filha: “Isabel querida, o melhor presente que se pode dar a um povo é uma estrada”. Washington Luiz governou este País dizendo que governar é fazer estradas. Juscelino Kubitschek, muito atual, governou tanto um Município quanto o Estado de Minas, sua capital, e o Brasil com o binômio energia e transporte. Essas são nossas preocupações pelas precárias estradas do Piauí e do Brasil.

Convidamos para usar a palavra, como Líder do PSOL, o Senador José Nery.

S. Ex^a representa o Estado do Pará e nos faz lembrar, principalmente agora que se aproxima o Dia Internacional da Mulher, aquela brava mulher, líder política brasileira, Heloísa Helena, que engrandeceu, com sua passagem, o Congresso Nacional e o Senado da República.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente quero manifestar tristeza e pesar pelo assassinato do Presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, que foi assassinado por efetivos militares nesta segunda-feira.

Antes, foi assassinado o Chefe do Estado-Maior do Exército de Guiné-Bissau, que era um crítico do Governo de João Bernardo Vieira.

O Presidente João Bernardo Vieira recebeu a comitiva de Senadores da Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo Senador Heráclito Fortes e composta pelo Senador João Pedro, Senador Marconi Perillo e por mim. Quando estivemos em visita oficial

a Guiné-Bissau e a vários países africanos em maio do ano passado, tivemos a oportunidade de ter uma reunião com o Presidente Bernardo Vieira e com uma expressiva representação do Parlamento guineense. Na oportunidade, o Presidente e os parlamentares nos relataram a instabilidade política que vive aquele País africano desde a sua independência, em 1974.

Foram vários golpes de Estado, e Bernardo Vieira foi vítima de um desses golpes, e retornou ao poder em 2005, através de eleições diretas. Mas o fato é que aquela situação de instabilidade permanece correndo as instituições, criando e aprofundando a situação de desigualdade, de violência, de exclusão a que é submetido o povo da Guiné-Bissau.

Visitamos a capital e pudemos verificar que, em algumas áreas, a população sequer conta com energia elétrica, com serviço de saneamento, com serviços básicos.

Dentre os sete países que visitamos na África, Guiné-Bissau, sem dúvida, impressionou pela pobreza, pela miséria, pela desestruturação de seus serviços públicos e pela crise institucional e política a que constantemente está submetida.

Eu queria, neste momento, Sr. Presidente, expressar o nosso pesar ao povo e ao Parlamento, que tem a tarefa de conduzir os assuntos do país, definindo a governabilidade, definindo medidas e ações, para que consigam superar mais esta crise e encontrar soluções fundamentalmente na busca do atendimento dos graves problemas por que passa aquele povo irmão africano.

Esperamos que o Governo brasileiro, através do Ministério das Relações Exteriores, esteja atento, acompanhando o desenrolar de mais essa crise e, com certeza, oferecendo a contribuição do povo brasileiro, para que naquele país efetivamente possa vigorar, reinar a paz e, principalmente, o entendimento, para que as diversas facções em luta encontrem um caminho comum para garantir o mínimo de dignidade àquele povo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria falar rapidamente sobre uma questão que nos preocupa no dia de hoje, em razão das novas denúncias que envolvem o Diretor-Geral do Senado, Sr. Agaciel Maia, repercutindo em toda a imprensa brasileira fatos que, sem dúvida, colocam o Senado, mais uma vez, de frente com o problema da corrupção, da malversação que ocorre no serviço público. Creio que as novas denúncias que envolvem o Diretor-Geral desta Casa não podem passar em brancas nuvens, como de regra têm sido as denúncias apresentadas em outros momentos.

Não se pode, evidentemente, fazer nenhuma condenação *a priori*, porque aqui não estamos na Inquisição. Porém, não se pode admitir que denúncias graves sejam colocadas para debaixo do tapete sem a devida apuração.

Há um movimento realizado por um conjunto de Sr^{as} e Srs. Senadores, especialmente de líderes partidários, que pretendem se dirigir ao Presidente Sarney e à Mesa do Senado Federal para exigir o afastamento imediato do Dr. Agaciel Maia, visando à investigação dos fatos denunciados amplamente e do conhecimento de todos os que estão na Casa e do País, na medida em que esses fatos foram veiculados em quase todos os jornais do dia de hoje.

Evidentemente que uma denúncia, por si só, não pode significar a condenação de ninguém. Porém, há necessidade de uma investigação criteriosa, muito firme e decidida, de algo que precisa ser analisado pela Mesa do Senado, presidida pelo Senador José Sarney e na qual o Senador Mão Santa exerce a função de 3º Secretário. Mas, desta vez, não pode ser como antes, em que denúncias proliferam e aqui se faz, muitas vezes, ouvidos moucos para não apurar e até fazer justiça. É uma denúncia dessa magnitude, como todos têm conhecimento, de uma casa que hoje custaria R\$5 milhões – casa essa que se encontra em nome de um Deputado Federal, irmão do denunciado, Deputado João Maia, do Rio Grande do Norte – mas que não há registro desses bens por eles adquiridos na Receita Federal, segundo a denúncia. Porém, a denúncia, ao se investigar, vai comprovar que ilícitudes ocorrem, que crimes foram cometidos para que haja a devida punição.

Portanto, a primeira medida da Mesa precisa ser o afastamento para investigação. E, aí sim, no processo de levantamento dessa investigação, de uma sindicância interna, vai-se verificar a procedência ou não das denúncias. Se procedentes, a punição adequada; se não, a reabilitação ao cargo. Mas o que não pode é o Senado simplesmente fazer de conta que essa questão não existe e, por algum motivo, não tratar com a urgência e a transparência que a sociedade exige.

Não é possível deixar esse assunto escondido, sem tratar, porque ele é muito grave, e o Senado não pode...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ...mais uma vez ser colocado na berlinda, sem que se tomem aqui as medidas necessárias para corrigir, coibir e punir eventuais erros e ilícitos.

Essa é uma posição, Sr. Presidente, que manifestamos e tenho certeza de que a maioria desta Casa concorda com que esses fatos não fiquem em brancas nuvens. Eles precisam ser tratados. E não é uma questão de perseguição, não é uma questão de qualquer outra natureza, mas, pura e simplesmente, é a busca da verdade e da justiça.

Se houver, evidentemente, uma calúnia e uma infâmia que envolve o nosso Diretor-Geral, que se apure e que, ao final, se lhe diga da sua inocência. Porém, se a apuração disser diferente, que seja punido, então, na forma da legislação. Mais do que isso, numa atitude política, profissional, de uma relação profissional transparente, providências precisam ser tomadas, sob pena de a credibilidade do Senado ficar comprometida perante a opinião pública brasileira. Nós não queremos isso. A sociedade não deseja isso.

Toda vez que um fato grave for denunciado envolvendo um funcionário público, Ministro, Deputado, Senador ou quem quer que seja, deve ser apurado rigorosamente e a pessoa punida na forma da lei, para que o exemplo da punição possa significar a mudança efetiva de procedimentos administrativos, de condutas no trato da coisa pública.

Eu sei, Senador Mão Santa, que não é confortável para nenhum de nós ficarmos tratando desses temas aqui. Mas, a bem da verdade e da justiça, ou fazemos o que nos compete – e a situação nos manda fazer –, ou todos aqui seremos cúmplices de ilícitudes, de ilegalidades que não podem permanecer.

É esta a posição que manifesto em nome do PSOL e tenho certeza de que é a posição de vários outros líderes partidários. Inclusive, o Senador Arthur Virgílio, no dia da eleição para a Mesa do Senado, aqui se manifestou. Já conversei com vários outros líderes na tarde de hoje. Há um sentimento de que é chegada a hora de tomar uma posição clara, contundente, sem tergiversação, sob pena de comprometer a lisura dos atos aqui empreendidos.

Portanto, é hora de agir, é hora de decidir. Efetivamente, se identificados ilícitos, a punição extrema; se for identificado que se trata de uma denúncia vazia, que então seus autores, detratores sejam igualmente responsabilizados e o Dr. Agaciel Maia reabilitado e reconduzido ao cargo. No entanto, enquanto não houver apuração clara e transparente desses fatos, nós queremos e exigimos o afastamento do Diretor-Geral.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, comunicações que passo a ler.

São lidas as seguintes:

OF. GLPMDB nº 22 /2009

Brasília, 17 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores, abaixo relacionados, para integrar a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, da seguinte forma:

TITULAR	SUPLENTE
Senador Francisco Dornelles	Senador Romero Jucá
Senador Garibaldi Alves	Senador Gilvam Borges
Senador Lobão Filho	Senador Wellington Salgado
Senador Valdir Raupp	Senador Leomar Quintanilha
Senador Neuto De Conto	Senador Gerson Camata
Senador Pedro Simon	Senador Paulo Duque

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador *Renan Calheiros*
Líder do PMDB

OF. GLPMDB nº 23 /2009

Brasília, 17 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores, abaixo relacionados, para integrar a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania – CCJ, da seguinte forma:

TITULAR	SUPLENTE
Senador Pedro Simon	Senador Leomar Quintanilha
Senador Almeida Lima	Senador Renan Calheiros
Senador Gilvam Borges	Senador Geraldo Mesquita Jr.
Senador Francisco Dornelles	Senador Valdir Raupp
Senador Valter Pereira	Senador Wellington Salgado
Senador Romero Jucá	Senador Neuto de Conto

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador *Renan Calheiros*
Líder do PMDB

OF. GLPMDB nº 24 /2009

Brasília, 17 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores, abaixo relacionados, para integrar a Comissão de Relações Exteriores – CRE da seguinte forma:

TITULAR	SUPLENTE
Senador Pedro Simon	Senador Almeida Lima
Senador Francisco Dornelles	Senador Leomar Quintanilha
Senador Geraldo Mesquita Jr.	Senador Wellington Salgado
Senador Jarbas Vasconcelos	Senador Valdir Raupp
Senador Paulo Duque	Senador Gilvan Borges

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador *Renan Calheiros*
Líder do PMDB

OF. GLPMDB nº 25/2009


Brasília, 18 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores, abaixo relacionados, para integrar a Comissão de Serviços de Infra- Estrutura – CI da seguinte forma:

TITULAR	SUPLENTE
Senador Almeida Lima	Senador Neuto De Conto
Senador Gilvan Borges	Senador Lobão Filho
Senador Paulo Duque	Senador Pedro Simon
Senador Mão Santa	Senador Valter Pereira
Senador Geraldo Mesquita Jr.	Senador Francisco Dornelles
Senador Wellington Salgado	Senador Valdir Raupp

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador *Renan Calheiros*
Líder do PMDB

OF. GLPMDB nº 28/2009

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores, abaixo relacionados, para integrar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE da seguinte forma:

TITULAR	SUPLENTE
Senador Valter Pereira	Senador Romero Jucá
Senador Geraldo Mesquita	Senador Leomar Quintanilha
Senador Gilvan Borges	Senador Pedro Simon
Senador Wellington Salgado	Senador Neuto de Conto
Senador Gerson Camata	Senador Valdir Raupp
Senador Francisco Dornelles	Senador Garibaldi Alves
Senador Jarbas Vasconcelos	Senador Lobão Filho

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador *Renan Calheiros*
Líder do PMDB

OF. GLPMDB nº 29/2009

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores, abaixo relacionados, para integrar a Comissão de Direitos Humanos – CDH da seguinte forma:

TITULAR	SUPLENTE
Senador Geraldo Mesquita	Senador Wellington Salgado
Senador Gerson Camata	Senador Romero Jucá
Senador Jarbas Vasconcelos	Senador Valter Pereira
Senador Gilvan Borges	Senador Mão Santa
Senador Paulo Duque	Senador Leomar Quintanilha

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador **Renan Calheiros**
Líder do PMDB

OF. GLPMDB nº 30/2009

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores, abaixo relacionados, para integrar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle CMA-da seguinte forma:

TITULAR	SUPLENTE
Senador Leomar Quintanilha	Senador Romero Jucá
Senador Wellington Salgado	Senador Valdir Raupp
Senador Gilvan Borges	Senador Almeida Lima
Senador Valter Pereira	Senador Geraldo Mesquita

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador **Renan Calheiros**
Líder do PMDB

OF. GLPMDB nº 31/2009

Brasília, 17 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores, abaixo relacionados, para integrar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, da seguinte forma:

TITULAR	SUPLENTE
Senador Leomar Quintanilha	Senador Romero Jucá
Senador Neuto de Conto	Senador Valdir Raupp
Senador Gerson Camata	Senador Renan Calheiros
Senador Mão Santa	Senador Paulo Duque

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador *Renan Calheiros*
Líder do PMDB

OF. GLPMDB nº 32/2009

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores, abaixo relacionados, para integrar a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT da seguinte forma:

TITULAR	SUPLENTE
Senador Wellington Salgado	Senador Valter Pereira
Senador Lobão Filho	Senador Romero Jucá
Senador Gerson Camata	Senador Valdir Raupp
Senador Geraldo Mesquita	Senador Leomar Quintanilha

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador *Renan Calheiros*
Líder do PMDB

OF. GLPMDB nº 33/2009

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores, abaixo relacionados, para integrar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR da seguinte forma:

TITULAR	SUPLENTE
Senador Leomar Quintanilha	Senador Wellington Salgado
Senador Valter Pereira	Senador Pedro Simon
Senador Romero Jucá	Senador Valdir Raupp
Senador Almeida Lima	Senador Jarbas Vasconcelos

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador **Renan Calheiros**
Líder do PMDB

OF. GLPMDB nº 34/2009

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores, abaixo relacionados, para integrar a Comissão de Assuntos Sociais – CAS da seguinte forma:

TITULAR	SUPLENTE
Senador Geraldo Mesquita	Senador Lobão Filho
Senador Gilvan Borges	Senador Romero Jucá
Senador Paulo Duque	Senador Valdir Raupp
Senador Garibaldi Alves	Senador Leomar Quintanilha
Senador Mão Santa	Senador Wellington Salgado

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador *Renan Calheiros*
Líder do PMDB

OF. GLPMDB nº26/2009

Brasília, 17 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores, abaixo relacionados, para integrar a Vice Liderança do PMDB da seguinte forma:

SENADORES
Senador Wellington Salgado
Senador Almeida Lima
Senador Valter Pereira
Senador Gilvam Borges
Senador Leomar Quintanilha
Senador Neuto De Conto

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador **Renan Calheiros**
Líder do PMDB

OF. GLPMDB nº27/2009

Brasília, 17 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores, abaixo relacionados, para integrar a Vice Liderança do Bloco da Maioria da seguinte forma:

SENADORES
Senador Valdir Raupp
Senador Paulo Duque
Senador Lobão Filho
Senador Francisco Dornelles
Senador Gilvam Borges
Senador Gerson Camata
Senador Geraldo Mesquita

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador *Renan Calheiros*
Líder do PMDB

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As comunicações lidas vão à publicação. Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO
Nº 128, DE 2009**

Considerando os profundos laços de amizade existentes entre o Brasil e a Guiné-Bissau, requeiro, nos termos do artigo 222 do RISF, seja apresentado **voto de pesar** ao povo e ao Presidente da Assembléia

Nacional da Guiné-Bissau pelo falecimento do Presidente João Bernardo “Nino” Vieira, vitimado por ataque desferido contra sua residência, nesta segunda-feira, 2 de março de 2009.

Sala das Sessões, 2 de março de 2009. – Senador **Marcelo Crivella**, Líder do PRB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado. O requerimento ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 5**,

de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera o § 2º do art. 59 e o parágrafo único do art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal para definir critério de proporcionalidade partidária na composição das comissões.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

COPEI

Partido Popular

Dr. José Sarney
Presidente do Senado Federal
República Federativa do Brasil
Em mãos

Excelentíssimo Senhor,

Na condição de Presidente do COPEI, Partido popular, no Estado de Barinas, República Bolivariana da Venezuela, envio a Vossa Excelência uma respeitosa e cordial saudação.

A presente missiva tem o objetivo de informar a Vossa Excelência sobre o ocorrido em nosso Estado, no último 09 de fevereiro de 2009, quando ficou especialmente evidente a violação dos direitos civis e políticos dos barinenses e dos venezuelanos em geral. Esses fatos demonstram a excessiva aplicação da força por parte das corporações policiais para reprimir a dissidência política, o que não se constitui em fato isolado, pois diariamente, e ao longo e extensivamente a todo o país, de forma sistemática, verifica-se o exercício de numerosas práticas repressivas contra quem dissente das políticas antidemocráticas adotadas pelo governo de Hugo Chávez Frias.

O insulto desqualificativo e humilhante, que passa de ameaças verbais à prática da violência institucional contra a dissidência, até a abertura de pleitos judiciais adulterados para “neutralizar” o adversário, são práticas comuns. tanto em nosso Estado, com em todo o país. Da mesma forma, os bandos armados simpatizantes do governo atuam para intimidar, e ao ser necessário, fazer uso da violência contra aqueles que sejam considerados “inimigos do processo revolucionário”. Tais bandos, principalmente os denominados “Tupamaros” e “Colectivo La Piedrita” (em português, “Coletivo A Pedrinha”) são os que, originalmente, estiveram instalados na capital da República, mas que foram avançando para marcar presença em nível nacional.

Excelentíssimo Senhor Presidente, em nosso país não se pratica a divisão de poderes consagrada na vigência de uma democracia plena. A submissão da Procuradoria do Ministério Público e dos demais poderes do Estado venezuelano aos ditames do mandatário nacional, ou de qualquer governante regional aliado ao governo de Hugo Chávez, impede a reta aplicação da Justiça e o pleno exercício dos direitos constitucionais, razão de nossa dissidência ao chamado “governo revolucionário”.

Sendo assim, relatamos a Vossa Excelência os fatos referentes à repressão estimulada pelo governo de Hugo Rafael Chávez Frias, atual Presidente da República Bolivariana da Venezuela, assim como aqueles fatos gerados por seu irmão, o governador do Estado Barina, Sr. Adán Chávez Frias, os quais provocam situações que configuram atos de perseguição política contra a oposição democrática. Nesse sentido expressamos o seguinte:

PRIMEIRO: No dia 09 de fevereiro do presente ano, no decorrer da manhã, um grupo de estudantes da Universidade de Santa Maria, localizada na cidade de Barinas, capital de nosso Estado, estava prestes a realizar um protesto pacífico na Avenida Adonay Parra Jinénez. Tal manifestação consistiu em panfletar em repúdio às intenções do Presidente Hugo Rafael Chávez de se perpetuar no poder, por meio de uma emenda à Constituição. Os mencionados estudantes faziam uso de seus direitos políticos, consagrados na Constituição da República Bolivariana da Venezuela.

Esse protesto pacífico foi reprimido, inesperadamente, com inusitado rigor, por parte das forças policiais subordinadas ao governo do Estado de Barinas, a mando do Tenente coronel da Guarda Nacional, Ramón Rivas Rojas. Nessa ação repressiva, de

A matéria vai à Comissão Temporária para a reforma do Regimento Interno, conforme fala da Presidência de 2 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu carta do Presidente do Partido Popular – COPEI, no Estado de Barinas, Venezuela, que vai à publicação.

É o seguinte o documento recebido:

Barinas, 20 de fevereiro de 2009.

alta intensidade, foi aplicado gás lacrimogênico de potência desconhecida até o momento, em comparação aos utilizados na dispersão das manifestações de oposição. Indubitavelmente, essa repressão obedeceu às instruções públicas que, através dos meios de comunicação social, o Presidente Hugo Chávez deu às forças policiais e militares, quando enfatizou que aos estudantes **“É preciso lançar gás ‘do bom’ e metê-los na prisão”**. Perguntamos: **será que esse gás potente, utilizado contra os estudantes da Universidade Santa Maria, é aquele que, agora, o Presidente Chávez chama de gás ‘do bom’?** O mais grave de tudo isso é que, contra os manifestantes, foi disparada artilharia que lançava projéteis de chumbo, no lugar de projéteis de plástico, comumente utilizados pela polícia venezuelana para reprimir as manifestações públicas. Essa atuação policial perversa, que viola as normas de dispersão de manifestações públicas, deixou um saldo de 15 feridos. E ainda, a Polícia do Estado de Barinas não se conformou com a dispersão da manifestação de protesto pacífico, mas antes passou a perseguir os estudantes até o interior da Universidade Santa Maria, causando danos às instalações e gerando pânico entre os estudantes, trabalhadores e visitantes da dita Instituição. Tal ação desrespeitou o Princípio da Autonomia Universitária, consagrado no Artigo 109 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, o qual estabelece a inviolabilidade do recinto universitário.

SEGUNDO: Alguns dos estudantes feridos formalizaram denúncia perante a Procuradoria Geral do Ministério Público de Barinas, onde lhes foi negada a entrega de uma ordem para que fossem examinados por médico legista, que certificaria os ferimentos sofridos pelos manifestantes e sua gravidade. Sem o certificado médico, a denúncia não é aceita. Diante dessa atuação da Procuradoria Pública, que qualificamos, sem sombra de dúvida, de perversa, não foi possível proceder aos trâmites legais. Fica aqui evidenciado, indubitavelmente, o desrespeito ao Princípio da Independência dos Poderes Públicos, que é característico de um governo democrático, assim como os vínculos de apoio ao governo por parte do Poder Judiciário.

TERCEIRO: Corroboramos nosso pleito o fato de que, em 17 de fevereiro passado, o jornal *La Prensa de Barinas* publicou as declarações do cidadão Governador do Estado, o Licenciado Adán Chávez, em que consta o seguinte: **“Decreta-se a morte dos dissidentes, dos traidores e da velha política. A oposição de Barinas seguirá sendo velha. Eu decreto a morte política da traição em Barinas”**. Ainda que dita declaração parecesse orientada a decretar **“a morte política”**, conhecemos todos, pela própria experiência, a linguagem subliminar utilizada pelos que exercem seu mandato de forma autocrática e tememos que tal afirmação possa vir a ser interpretada por grupos dados à violência e afeitos ao atual regime como uma instrução para o exercício de ações criminosas contra a dissidência. Da mesma forma, essa declaração contribui, enormemente, para aprofundar o temor de muitas pessoas no que toca à reivindicação de seus direitos.

Com o objetivo de dar maior credibilidade à informação sobre os fatos repressivos que estamos apresentando neste momento, remeteremos brevemente um testemunho, por escrito, dos dirigentes do Movimento Estudantil Universitário de Barinas.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado, vimos ante Vossa Excelência com a finalidade de que, por vosso intermédio, o povo brasileiro e seus representantes sejam advertidos da gravíssima situação de que padecemos, nós que, democrática, civil e pacificamente, no uso dos direitos políticos consagrados na nossa Carta Magna, fazemos oposição ao regime de Hugo Chávez em nível nacional e ao de seu irmão Adán Chávez, em nível regional.

Receba minhas mais sinceras manifestações de amizade e respeito. Na expectativa de uma ação positiva relativamente ao pleito ora apresentado, subscrevo-me.

Hugo A. Araujo D.
Presidente
COPEI, Partido Popular

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 47, DE 2009**

**Autoriza o Governo Federal a criar o
Programa Bolsa Ecologia para a Amazônia Legal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Governo Federal autorizado a instituir o Programa Bolsa Ecologia, destinado à transferência de renda para as famílias residentes em locais próximos às Unidades de Conservação da Amazônia Legal, com o objetivo de melhorar as condições econômicas da população local e capacitá-la para a preservação do bioma amazônico.

Parágrafo único. Constitui benefício financeiro do programa referido no *caput* o pagamento de bolsa destinada a famílias residentes nas Zonas de Amortecimento das Unidades de Conservação situadas na Amazônia Legal.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e se mantendo pela contribuição de seus membros;

II – Zona de Amortecimento das Unidades de Conservação, a área no entorno de cada unidade de conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade, conforme prevê a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Art. 3º A concessão da Bolsa Ecologia estará condicionada à comprovação de:

I – renda familiar mensal de no máximo um salário mínimo;

II – residência da família na região há no mínimo três anos ininterruptos;

III – participação de pelo menos um dos membros da família beneficiária em cursos de capacitação e treinamento ambiental ou de turismo ecológico, ministrados por organismos de educação ambiental.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, renda familiar mensal é a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da

família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda.

Art. 4º Os recursos para a concessão da Bolsa Ecologia serão provenientes do Fundo Nacional de Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O bioma constituído pela Floresta Amazônica permaneceu quase intocado até a inauguração da rodovia Transamazônica, em 1970. Desde então, os índices de desmatamento na região vêm aumentando de forma praticamente contínua, com pequenos períodos de estabilização ou retração do processo.

Evidentemente, parte das estratégias para desacelerar esse processo inclui a repressão, por meio de procedimentos de licenciamento ambiental, monitoramento e aplicação de multas. Também importante é a delimitação de unidades de conservação, conforme prevê a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Todavia, ao acionar mecanismos de normatização, fiscalização e controle, o Poder Público cumpre apenas parte de sua tarefa. Na Amazônia, a ameaça à biodiversidade é decorrência, principalmente, do desenvolvimento desordenado e de um quadro de exclusão social associado a um elevado nível de pobreza da população.

Entre as causas primordiais do desmatamento na região inclui-se a falta de apoio aos amazônidas para que possam viver dignamente, em harmonia com o ambiente. Nesse sentido, a criação pura e simples de unidades de conservação não garante o tão desejado desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Para conseguir um efetivo controle sobre o desmatamento, o Poder Público precisa estimular os agricultores, os ribeirinhos e as populações tradicionais a manterem a floresta em pé. Para tanto, é preciso garantir às famílias locais a renda mínima necessária a sua sobrevivência, de forma a compensar o esforço por elas realizado em prol da conservação da floresta.

Nesse sentido, propomos o presente projeto de lei, que autoriza o Governo Federal a instituir o Programa Bolsa Ecologia, destinado à concessão de benefício financeiro a famílias residentes nas Zonas de Amortecimento das Unidades de Conservação situadas na Amazônia Legal. As famílias com rendimento de até um salário mínimo mensal terão direito a uma bolsa, condicionada à participação em cursos de capacitação e treinamento ambiental ou de turismo ecológico.

O programa Bolsa Ecologia será financiado pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente, criado pela Lei

nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que conta com recursos provenientes das seguintes fontes: dotações orçamentárias da União; doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas; e 20% dos valores arrecadados em pagamento de multas aplicadas pelo órgão ambiental federal – o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), conforme prevê o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Tendo em vista a importância dessa iniciativa para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e a melhoria das condições de vida dos amazônidas, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei autorizativa.

Sala das Sessões, 2 de março de 2009. – Senador **Gilvam Borges**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I – unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

II – conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

III – diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas;

IV – recurso ambiental: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

V – preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

VI – proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;

VII – conservação *in situ*: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;

VIII – manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;

IX – uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;

X – uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;

XI – uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

XII – extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;

XIII – recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;

XIV – restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original;

XV – (VETADO)

XVI – zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de

proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

XVII – plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

XVIII – zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e

XIX – corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

CAPÍTULO II

Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC

Art. 3º O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei.

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:

I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

II – proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;

III – contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

IV – promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V – promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

VI – proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

VII – proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VIII – proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

IX – recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

X – proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI – valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII – favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:

I – assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;

II – assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

III – assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

IV – busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;

V – incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;

VI – assegurem, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação;

VII – permitam o uso das unidades de conservação para a conservação *in situ* de populações das variantes genéticas selvagens dos animais e plantas domesticados e recursos genéticos silvestres;

VIII – assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;

IX – considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

X – garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais

existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;

XI – garantam uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos;

XII – busquem conferir às unidades de conservação, nos casos possíveis e respeitadas as conveniências da administração, autonomia administrativa e financeira; e

XIII – busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.

Art. 6º O SNUC será gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

I – Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema;

II – Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema; e

III – órgãos executores: o Instituto Chico Mendes e o Ibama, em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação. (Redação dada pela Lei nº 11.516, 2007)

Parágrafo único. Podem integrar o SNUC, excepcionalmente e a critério do Conama, unidades de conservação estaduais e municipais que, concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista nesta Lei e cujas características permitam, em relação a estas, uma clara distinção.

CAPÍTULO III

Das Categorias de Unidades de Conservação

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I – Unidades de Proteção Integral;

II – Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I – Estação Ecológica;

II – Reserva Biológica;

III – Parque Nacional;

IV – Monumento Natural;

V – Refúgio de Vida Silvestre.

Art. 9º A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

§ 1º A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:

I – medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados;

II – manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;

III – coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;

IV – pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares.

Art. 10. A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

§ 1º A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em

seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

Art. 12. O Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

§ 1º O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Monumento Natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão res-

pensável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

Art. 13. O Refúgio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

§ 1º O Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Refúgio de Vida Silvestre com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 4º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

- I – Área de Proteção Ambiental;
- II – Área de Relevante Interesse Ecológico;
- III – Floresta Nacional;
- IV – Reserva Extrativista;
- V – Reserva de Fauna;
- VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável;
- e
- VII – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. **(Regulamento)**

§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização

de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§ 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

Art. 16. A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

§ 1º A Área de Relevante Interesse Ecológico é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Relevante Interesse Ecológico.

Art. 17. A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. (Regulamento)

§ 1º A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.

§ 4º A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

§ 5º A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.

§ 6º A unidade desta categoria, quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal.

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (Regulamento)

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

§ 4º A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

§ 5º O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 6º São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

§ 7º A exploração comercial de recursos madeiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

Art. 19. A Reserva de Fauna é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.

§ 1º A Reserva de Fauna é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração.

§ 3º É proibido o exercício da caça amadorística ou profissional.

§ 4º A comercialização dos produtos e subprodutos resultantes das pesquisas obedecerá ao disposto nas leis sobre fauna e regulamentos.

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. (Regulamento)

§ 1º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

§ 2º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º O uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais será regulado de acordo com o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica.

§ 4º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 5º As atividades desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável obedecerão às seguintes condições:

I – é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

II – é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educa-

ção ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;

III – deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e

IV – é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.

§ 6º O Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade.

Art. 21. A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. (Regulamento)

§ 1º O gravame de que trata este artigo constará de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis.

§ 2º Só poderá ser permitida, na Reserva Particular do Patrimônio Natural, conforme se dispuser em regulamento:

I – a pesquisa científica;

II – a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais;

III – (VETADO)

§ 3º Os órgãos integrantes do SNUC, sempre que possível e oportuno, prestarão orientação técnica e científica ao proprietário de Reserva Particular do Patrimônio Natural para a elaboração de um Plano de Manejo ou de Proteção e de Gestão da unidade.

CAPÍTULO IV

Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação

Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público. (Regulamento)

§ 1º (VETADO)

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§ 3º No processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações

adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.

§ 4º Na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica não é obrigatória a consulta de que trata o § 2º deste artigo.

§ 5º As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.

§ 6º A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.

§ 7º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.

Art. 22-A. O Poder Público poderá, ressalvadas as atividades agropecuárias e outras atividades econômicas em andamento e obras públicas licenciadas, na forma da lei, decretar limitações administrativas provisórias ao exercício de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental, para a realização de estudos com vistas na criação de Unidade de Conservação, quando, a critério do órgão ambiental competente, houver risco de dano grave aos recursos naturais ali existentes. (Incluído pela Lei nº 11.132, de 2005) (Vide Decreto de 2 de janeiro de 2005)

§ 1º Sem prejuízo da restrição e observada a ressalva constante do caput, na área submetida a limitações administrativas, não serão permitidas atividades que importem em exploração a corte raso da floresta e demais formas de vegetação nativa. (Incluído pela Lei nº 11.132, de 2005)

§ 2º A destinação final da área submetida ao disposto neste artigo será definida no prazo de 7 (sete) meses, improrrogáveis, findo o qual fica extinta a limitação administrativa. (Incluído pela Lei nº 11.132, de 2005)

Art. 23. A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

§ 1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.

§ 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:

I – proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;

II – proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;

III – demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

Art. 24. O subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites das unidades de conservação. (Regulamento)

Art. 25. As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos. (Regulamento)

§ 1º O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação.

§ 2º Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente.

Art. 26. Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. (Regulamento)

Parágrafo único. O regulamento desta Lei disporá sobre a forma de gestão integrada do conjunto das unidades.

Art. 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo. (Regulamento)

§ 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

§ 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse

Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente.

§ 3º O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação.

§ 4º § 4º O Plano de Manejo poderá dispor sobre as atividades de liberação planejada e cultivo de organismos geneticamente modificados nas Áreas de Proteção Ambiental e nas zonas de amortecimento das demais categorias de unidade de conservação, observadas as informações contidas na decisão técnica da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio sobre:

I – o registro de ocorrência de ancestrais diretos e parentes silvestres;

II – as características de reprodução, dispersão e sobrevivência do organismo geneticamente modificado;

III – o isolamento reprodutivo do organismo geneticamente modificado em relação aos seus ancestrais diretos e parentes silvestres; e

IV – situações de risco do organismo geneticamente modificado à biodiversidade. *(Redação dada pela Lei nº 11.460, de 2007) (Vide Medida Provisória nº 327, de 2006).*

Art. 28. São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.

Parágrafo único. Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Art. 29. Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. *(Regulamento)*

Art. 30. As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão. *(Regulamento)*

Art. 31. É proibida a introdução nas unidades de conservação de espécies não autóctones.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo as Áreas de Proteção Ambiental, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, bem como os animais e plantas necessários à administração e às atividades das demais categorias de unidades de conservação, de acordo com o que se dispuser em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 2º Nas áreas particulares localizadas em Refúgios de Vida Silvestre e Monumentos Naturais podem ser criados animais domésticos e cultivadas plantas considerados compatíveis com as finalidades da unidade, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Manejo.

Art. 32. Os órgãos executores articular-se-ão com a comunidade científica com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a fauna, a flora e a ecologia das unidades de conservação e sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais, valorizando-se o conhecimento das populações tradicionais.

§ 1º As pesquisas científicas nas unidades de conservação não podem colocar em risco a sobrevivência das espécies integrantes dos ecossistemas protegidos.

§ 2º A realização de pesquisas científicas nas unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, depende de aprovação prévia e está sujeita à fiscalização do órgão responsável por sua administração.

§ 3º Os órgãos competentes podem transferir para as instituições de pesquisa nacionais, mediante acordo, a atribuição de aprovar a realização de pesquisas científicas e de credenciar pesquisadores para trabalharem nas unidades de conservação.

Art. 33. A exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento. *(Regulamento)*

Art. 34. Os órgãos responsáveis pela administração das unidades de conservação podem receber recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a sua conservação.

Parágrafo único. A administração dos recursos obtidos cabe ao órgão gestor da unidade, e estes

serão utilizados exclusivamente na sua implantação, gestão e manutenção.

Art. 35. Os recursos obtidos pelas unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral mediante a cobrança de taxa de visitação e outras rendas decorrentes de arrecadação, serviços e atividades da própria unidade serão aplicados de acordo com os seguintes critérios:

I – até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na implementação, manutenção e gestão da própria unidade;

II – até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na regularização fundiária das unidades de conservação do Grupo;

III – até cinquenta por cento, e não menos que quinze por cento, na implementação, manutenção e gestão de outras unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral.

Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei. (Regulamento)

§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o *caput* deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

CAPÍTULO V

Dos Incentivos, Isenções e Penalidades

Art. 37. (VETADO)

Art. 38. A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos

desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das unidades de conservação, bem como às suas instalações e às zonas de amortecimento e corredores ecológicos, sujeitam os infratores às sanções previstas em lei.

Art. 39. Dê-se ao art. 40 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a seguinte redação:

“Art. 40. (VETADO)

“§ 1º Entende-se por Unidades de Conservação de Proteção Integral as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre.” (NR)

“§ 2º A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral será considerada circunstância agravante para a fixação da pena.” (NR)

“§ 3º

Art. 40. Acrescente-se à Lei nº 9.605, de 1998, o seguinte art. 40-A:

“Art. 40-A. (VETADO)

“§ 1º Entende-se por Unidades de Conservação de Uso Sustentável as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.” (AC)

“§ 2º A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação de Uso Sustentável será considerada circunstância agravante para a fixação da pena.” (AC)

“§ 3º Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade.” (AC)

CAPÍTULO VI

Das Reservas da Biosfera

Art. 41. A Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações. (Regulamento)

§ 1º A Reserva da Biosfera é constituída por:

I – uma ou várias áreas-núcleo, destinadas à proteção integral da natureza;

II – uma ou várias zonas de amortecimento, onde só são admitidas atividades que não resultem em dano para as áreas-núcleo; e

III – uma ou várias zonas de transição, sem limites rígidos, onde o processo de ocupação e o manejo dos recursos naturais são planejados e conduzidos de modo participativo e em bases sustentáveis.

§ 2º A Reserva da Biosfera é constituída por áreas de domínio público ou privado.

§ 3º A Reserva da Biosfera pode ser integrada por unidades de conservação já criadas pelo Poder Público, respeitadas as normas legais que disciplinam o manejo de cada categoria específica.

§ 4º A Reserva da Biosfera é gerida por um Conselho Deliberativo, formado por representantes de instituições públicas, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser em regulamento e no ato de constituição da unidade.

§ 5º A Reserva da Biosfera é reconhecida pelo Programa Intergovernamental “O Homem e a Biosfera – MAB”, estabelecido pela Unesco, organização da qual o Brasil é membro.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes. (Regulamento)

§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, as normas regulando o prazo de permanência e suas condições serão estabelecidas em regulamento.

Art. 43. O Poder Público fará o levantamento nacional das terras devolutas, com o objetivo de definir áreas destinadas à conservação da natureza, no prazo de cinco anos após a publicação desta Lei.

Art. 44. As ilhas oceânicas e costeiras destinam-se prioritariamente à proteção da natureza e sua destinação para fins diversos deve ser precedida de autorização do órgão ambiental competente.

Parágrafo único. Estão dispensados da autorização citada no *caput* os órgãos que se utilizam das

citadas ilhas por força de dispositivos legais ou quando decorrente de compromissos legais assumidos.

Art. 45. Excluem-se das indenizações referentes à regularização fundiária das unidades de conservação, derivadas ou não de desapropriação:

I – (VETADO)

II – (VETADO)

III – as espécies arbóreas declaradas imunes de corte pelo Poder Público;

IV – expectativas de ganhos e lucro cessante;

V – o resultado de cálculo efetuado mediante a operação de juros compostos;

VI – as áreas que não tenham prova de domínio inequívoco e anterior à criação da unidade.

Art. 46. A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infra-estrutura urbana em geral, em unidades de conservação onde estes equipamentos são admitidos depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais.

Parágrafo único. Esta mesma condição se aplica à zona de amortecimento das unidades do Grupo de Proteção Integral, bem como às áreas de propriedade privada inseridas nos limites dessas unidades e ainda não indenizadas.

Art. 47. O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pelo abastecimento de água ou que faça uso de recursos hídricos, beneficiário da proteção proporcionada por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica. (Regulamento)

Art. 48. O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pela geração e distribuição de energia elétrica, beneficiário da proteção oferecida por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica. (Regulamento)

Art. 49. A área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais.

Parágrafo único. A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana.

Art. 50. O Ministério do Meio Ambiente organizará e manterá um Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, com a colaboração do Ibama e dos órgãos estaduais e municipais competentes.

§ 1º O Cadastro a que se refere este artigo conterá os dados principais de cada unidade de conserva-

ção, incluindo, dentre outras características relevantes, informações sobre espécies ameaçadas de extinção, situação fundiária, recursos hídricos, clima, solos e aspectos socioculturais e antropológicos.

§ 2º O Ministério do Meio Ambiente divulgará e colocará à disposição do público interessado os dados constantes do Cadastro.

Art. 51. O Poder Executivo Federal submeterá à apreciação do Congresso Nacional, a cada dois anos, um relatório de avaliação global da situação das unidades de conservação federais do País.

Art. 52. Os mapas e cartas oficiais devem indicar as áreas que compõem o SNUC.

Art. 53. O Ibama elaborará e divulgará periodicamente uma relação revista e atualizada das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção no território brasileiro.

Parágrafo único. O Ibama incentivará os competentes órgãos estaduais e municipais a elaborarem relações equivalentes abrangendo suas respectivas áreas de jurisdição.

Art. 54. O Ibama, excepcionalmente, pode permitir a captura de exemplares de espécies ameaçadas de extinção destinadas a programas de criação em cativeiro ou formação de coleções científicas, de acordo com o disposto nesta Lei e em regulamentação específica.

Art. 55. As unidades de conservação e áreas protegidas criadas com base nas legislações anteriores e que não pertençam às categorias previstas nesta Lei serão reavaliadas, no todo ou em parte, no prazo de até dois anos, com o objetivo de definir sua destinação com base na categoria e função para as quais foram criadas, conforme o disposto no regulamento desta Lei. (Regulamento)

Art. 56. (VETADO)

Art. 57. Os órgãos federais responsáveis pela execução das políticas ambiental e indigenista deverão instituir grupos de trabalho para, no prazo de cento e oitenta dias a partir da vigência desta Lei, propor as diretrizes a serem adotadas com vistas à regularização das eventuais superposições entre áreas indígenas e unidades de conservação.

Parágrafo único. No ato de criação dos grupos de trabalho serão fixados os participantes, bem como a estratégia de ação e a abrangência dos trabalhos, garantida a participação das comunidades envolvidas.

Art. 57-A. O Poder Executivo estabelecerá os limites para o plantio de organismos geneticamente modificados nas áreas que circundam as unidades de conservação até que seja fixada sua zona de amortecimento e aprovado o seu respectivo Plano de Manejo.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica às Áreas de Proteção Ambiental e Reservas de Particulares do Patrimônio Nacional. (Redação dada pela Lei nº 11.460, de 2007) Regulamento. (Vide Medida Provisória nº 327, de 2006).

Art. 58. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação, no prazo de cento e oitenta dias a partir da data de sua publicação.

Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 60. Revogam-se os arts. 5º e 6º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; o art. 5º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967; e o art. 18 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Brasília, 18 de julho de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.

LEI Nº 7.797, DE 10 DE JULHO DE 1989

Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional de Meio Ambiente, com o objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.

Art. 2º Constituirão recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente de que trata o art. 1º desta Lei:

I – dotações orçamentárias da União;

II – recursos resultantes de doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas;

III – rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

IV – outros, destinados por lei.

Art. 3º Os recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente deverão ser aplicados através de órgãos públicos dos níveis federal, estadual e municipal ou de entidades privadas cujos objetivos estejam em consonância com os objetivos do Fundo Nacional de Meio Ambiente, desde que não possuam, as referidas entidades, fins lucrativos:

Art. 4º O Fundo Nacional do Meio Ambiente é administrado pela Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Governo, sem prejuízo das competências do Conama. (Redação dada pela Lei nº 8.024, de 1990)

Art. 5º Serão consideradas prioritárias as aplicações de recursos financeiros de que trata esta Lei, em projetos nas seguintes áreas:

- I – Unidade de Conservação;
- II – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico;
- III – Educação Ambiental;
- IV – Manejo e Extensão Florestal;
- V – Desenvolvimento Institucional;
- VI – Controle Ambiental;
- VII – Aproveitamento Econômico Racional e Sustentável da Flora e Fauna Nativas.

§ 1º Os programas serão periodicamente revisados, de acordo com os princípios e diretrizes da política nacional de meio ambiente, devendo ser anualmente submetidos ao Congresso Nacional.

§ 2º Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação na Amazônia Legal.

Art. 6º Dentro de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta Lei, a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República – SEPLAN/PR e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA regulamentarão o Fundo Nacional de Meio Ambiente, fixando as normas para a obtenção e distribuição de recursos, assim como as diretrizes e os critérios para sua aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O projeto de lei que acaba ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 3 de março de 2009, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 31, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que *dispõe*

sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).

Relator revisor: Senador Romero Jucá
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.12.2008)

Prazo final prorrogado: 16.04.2009

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.*

3

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)*

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social)*.

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004,

tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário

o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003,

na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador

Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que *denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.*

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Caminhoneiro.*

Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Valdir Raupp.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007,

na Casa de origem), que *institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.*

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Virginio de Carvalho.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado).*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas glo-*

bais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

40

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez*

que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

41

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

42

REQUERIMENTO Nº 1048, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.048, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, *solicitando voto de solidariedade ao povo americano pela perda de milhares de entes queridos no atentado terrorista que derrubou as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque; que atingiu o prédio do Pentágono, em Washington; e que levou o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia.*

Parecer favorável, sob nº 1.286, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

43

REQUERIMENTO Nº 1230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

44

REQUERIMENTO Nº 1423, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.423, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando de voto de aplauso pelo transcurso do cinquentenário do maior movimento de jovens do mundo, o Movimento Leo de Liderança – Experiência e Oportunidade, Leo Clube, criado no Estado da Pensilvânia, EUA.*

Parecer favorável, sob nº 1.287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Inácio Arruda.

45

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 27, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de solidariedade a José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República de Timor-Leste e o pleno restabelecimento de sua saúde, alvejado durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele país, no mês de fevereiro de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

46

REQUERIMENTO Nº 139, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 139, de 2008, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, escolhido pela ONU para o posto de Juiz Internacional no Timor Leste.*

Parecer favorável, sob nº 1.289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador César Borges.

47

REQUERIMENTO Nº 243, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 243, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando*

que o Senado Brasileiro conclame o Congresso Americano a derrubar o veto aposto pelo Presidente dos Estados Unidos, George Bush, ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter suspeitos de terrorismos a técnicas duras de interrogatório como o “waterboarding”.

Parecer sob nº 1.290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Cristovam Buarque, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CRE, de redação, que apresenta.

48

REQUERIMENTO Nº 519, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 519, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua Resolução que dá respaldo à Institucionalidade Democrática, ao diálogo e à Paz na Bolívia, aprovada em maio de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.291, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

49

REQUERIMENTO Nº 714, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 714, de 2008, do Senador João Pedro, *solicitando voto de censura às declarações que teriam sido feitas pelo empresário sueco Johan Eliasch, consultor do Governo britânico para assuntos relativos à preservação ambiental, propondo a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.*

Parecer favorável, sob nº 1.292, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

50

REQUERIMENTO Nº 727, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 727, de 2008, do Senador Arthur Virgílio,

solicitando voto de censura e repúdio a Johan Eliasch, empresário sueco apontado como o maior comprador de terras na Amazônia e diretor da ONG Cool Earth.

Parecer favorável, sob nº 1.293, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

51**REQUERIMENTO Nº 798, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 798, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de censura ao Parlamento Europeu, por sua decisão de criminalizar os imigrantes não-documentados, ao aprovar a nova lei de imigração que permite a detenção de imigrantes "ilegais" por até 18 meses.*

Parecer favorável, sob nº 1.294, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Nery.

52**REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, pelo seu pronunciamento a respeito de correspondência subscrita por Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).*

53**REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de*

onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder da Farc, e que este acontecimento seja um marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivido pela Colômbia.

54**REQUERIMENTO Nº 930, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 930, de 2008, do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de aplauso ao líder e ex-Presidente Sul-Africano, Nelson Mandela, pelo transcurso do seu 90º aniversário.*

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

55**REQUERIMENTO Nº 931, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 931, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de congratulações aos atletas da delegação e representantes do Brasil nos Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim, desejando que possam aproximar os povos e resultar em passos efetivos para a paz mundial, contribuindo para o processo de democratização e progresso da República Popular da China e do Tibete*

Parecer sob nº 1.296, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado, favorável, com a Emenda nº 1-CRE, que apresenta.

56**REQUERIMENTO Nº 958, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 958, de 2008, do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de solidariedade aos povos russo e georgiano em virtude da guerra deflagrada no mês de agosto de 2008, exortando a que seus Governos mantenham e respeitem o fim das hostilidades até que a paz definitiva seja negociada.*

Parecer favorável, sob nº 1.297, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

57

REQUERIMENTO Nº 1117, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.117, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de censura e repúdio às tentativas de desestabilização da democracia da República da Bolívia, bem como a quaisquer ações que visem ameaçar a integridade territorial daquele país.*

Parecer favorável, sob nº 1.298, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Serys Slhessarenko.

58

REQUERIMENTO Nº 1224, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.224, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de aplauso ao economista americano Paul Robin Krugman, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.299, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

59

REQUERIMENTO Nº 1346, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.346, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito juiz da Corte Internacional de Justiça.*

Parecer favorável, sob nº 1.300, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

60

REQUERIMENTO Nº 1650, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.650, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de aplauso ao Senador dos Estados Unidos da América, John McCain, pelo seu pronunciamento após a eleição do Presidente Obama, e que seja levado ao conhecimento do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esta sessão está encerrada.

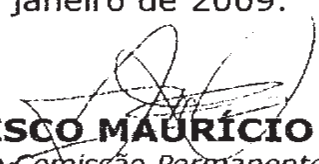
(Levanta-se a sessão às 19 horas e 17 minutos.)

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS
(Ato do Diretor-Geral nº 846/2000)

TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS
Nº 1/2009

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de 2009, a Secretaria de Arquivo do Senado Federal, de acordo com o Edital de Ciência de Eliminação de Documentos nº 3/2008 e Listagens de Eliminação de Documentos nº 1 e nº 2, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP, aprovadas pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal, baseada na Tabela de Temporalidade de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional, publicada no Diário do Senado Federal, de 15 de agosto de 2001, procedeu à eliminação de 965 caixas de arquivo (747 e 218 caixas de arquivo, respectivamente), o equivalente a 173,7 metros lineares de documentos relativos às listagens acima referidas, referentes ao período compreendido entre 1965 a 2003.

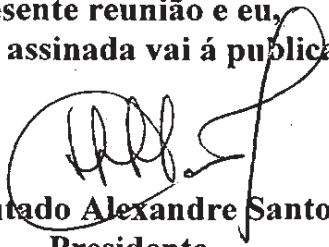
Brasília, 29 de janeiro de 2009.


FRANCISCO MAURÍCIO DA PAZ
*Presidente da Comissão Permanente de Avaliação
de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional*

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

COMISSÃO DELIBERATIVA

ATA

Aos dezessete dia do mês de fevereiro de 2009, às 10.00hs, no gabinete do Senador Efraim Moraes, reúne-se a Comissão Deliberativa, sob a Presidência do Deputado Alexandre Santos, Presidente, presentes os Parlamentares: Senador Efraim Moraes, Deputado Albano Franco, Deputado Alexandre Santos, Deputado José Rocha, Senador Heráclito Fortes, Deputado Átila Lins, Senador Romeu Tuma, Deputado Simão Sessim, Deputado Ciro Nogueira, Deputado João Almeida, Deputado Jorge Tadeu Mudalen, Senador Aloizio Mercadante, Senadora Ideli Salvatti e Deputado Henrique E. Alves, para eleger a Comissão Diretora para o Biênio de 2009/2010. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberto o processo da respectiva votação. Às 12.00hs o Senhor Presidente encerra os trabalhos, encontradas 14 cédulas, número que coincide com o dos votantes. Feita a apuração dos votos constata-se que não há voto discrepante e é eleita a seguinte chapa: Presidente: Senador Efraim Moraes; Primeiro Vice-Presidente: Deputado Átila Lins; Segundo Vice-Presidente: Senador João Tenório; Tesoureiro: Deputado Alexandre Santos; Secretário: Senador César Borges. Para Membros do Conselho Interparlamentar: Senador Heráclito Fortes e Deputado Ciro Nogueira. O Presidente proclama os nomes dos eleitos e os declara empossados. Prosseguindo o Presidente formula votos de que a nova Comissão Diretora continue os trabalhos do Grupo com o mesmo entusiasmo e dedicação com que se houve a Comissão Diretora que ora encerra seu mandato. Com a palavra o Senador Efraim Moraes, novo Presidente, agradece, em seu nome e aos demais eleitos, a confiança manifesta dos seus colegas e enfatiza que continuará a envidar esforços em prol dos trabalhos desta entidade que é o Grupo Brasileiro da União Interparlamentar. Nada mais havendo a tratar, às 12.30hs o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião e eu,  , Secretário, lavrei a presente Ata que, assinada vai á publicação.

Deputado Alexandre Santos
Presidente

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozerildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁶⁾	
PDT/PSOL ⁽¹⁰⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (2)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
 2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
 3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
 4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
 **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/04/2009

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

Prazo final: 20/02/2009

Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA
EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁰⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³¹⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁹⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁶⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁴⁾	3. João Pedro (PT) ^(8,25)
Tiã Viana (PT) ⁽³³⁾	4. Ideli Salvatti (PT) ⁽²⁷⁾
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³²⁾	5. Flávio Arns (PT) ⁽²⁸⁾
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁸⁾	6. Expedito Júnior (PR) ^(1,35)
César Borges (PR) ⁽³⁷⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁵⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁴²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(15,42)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(14,41)
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁷⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴³⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁹⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴²⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(11,13,40)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁴⁾
Jayme Campos (DEM) ^(10,39)	6. José Agripino (DEM) ^(2,46)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²¹⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁰⁾
João Tenório (PSDB) ⁽¹⁹⁾	8. Arthur Virgílio (PSDB) ^(16,24)
Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²¹⁾	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²²⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²¹⁾	10. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²³⁾
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴⁸⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(9,48)
Gim Argello ⁽⁴⁸⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴⁸⁾

PDT

Osmar Dias (17)

1. Jefferson Praia (7,18)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
15. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
16. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
17. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
18. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
19. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
20. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
21. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
22. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
23. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
24. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
26. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
27. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
28. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
29. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
30. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.

32. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
33. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
34. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
36. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
38. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
39. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
41. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

5. Vago em 17.02.09 em virtude de o Senador não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(3,4)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)
4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Durval (PDT-BA) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Flávio Arns (PT) ^(3,17,36)	1. Fátima Cleide (PT) ⁽³⁰⁾
Augusto Botelho (PT) ⁽³³⁾	2. César Borges (PR) ⁽³⁴⁾
Paulo Paim (PT) ⁽³²⁾	3. Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB) ⁽²⁷⁾	4. Inácio Arruda (PC DO B) ^(1,2,13)
Expedito Júnior (PR) ⁽²⁹⁾	5. Ideli Salvatti (PT) ^(26,28)
VAGO ⁽³¹⁾	6. VAGO ⁽³¹⁾
VAGO ⁽³¹⁾	7. VAGO ⁽³¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁷⁾	1. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴¹⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴⁶⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽⁴²⁾
Efraim Moraes (DEM) ^(12,15,38)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(10,40)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴³⁾	4. José Agripino (DEM) ^(4,44)
Lúcia Vânia (PSDB) ^(21,39)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽²⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽²²⁾	6. João Tenório (PSDB) ⁽²⁴⁾
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²³⁾	7. Sérgio Guerra (PSDB) ^(20,45)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(8,11)	1. VAGO ^(14,16)
PDT	
João Durval ^(19,47)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
22. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
29. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
33. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.

44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

46. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽³⁾
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT) ⁽³⁵⁾	1. Renato Casagrande (PSB) ^(14,29)
Aloizio Mercadante (PT) ^(7,33)	2. Augusto Botelho (PT) ^(1,12,14,31)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁵⁾	3. Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁷⁾	4. Marina Silva (PT) ^(13,14,30)
Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁵⁾	5. César Borges (PR) ^(36,48)
Expedito Júnior (PR) ^(28,48)	6. Paulo Paim (PT) ^(16,32)
Maioria (PMDB, PP)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁴⁾
Gilvam Borges (PMDB) ^(6,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴²⁾	1. Efraim Morais (DEM) ⁽⁴³⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁴⁵⁾	2. Adelmir Santana (DEM) ⁽⁴¹⁾
Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁷⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ^(11,17)	4. José Agripino (DEM) ^(2,38)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽³⁷⁾	5. Eliseu Resende (DEM) ^(5,18,39)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽²⁵⁾	6. Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽²¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁶⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²²⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²⁵⁾	8. Mário Couto (PSDB) ⁽²⁴⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁵⁾	9. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²³⁾
PTB ⁽⁴⁾	
Romeu Tuma ⁽⁴⁰⁾	1. Gim Argello ⁽⁴⁶⁾
PDT	
Osmar Dias ^(8,10,20)	1. Patrícia Saboya ^(9,19,50)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
8. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
18. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
21. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
22. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
24. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
29. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
35. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
37. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).

38. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
39. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
40. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
42. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
44. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
45. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
48. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
49. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
50. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽³²⁾	1. João Pedro (PT) ^(1,31)
Augusto Botelho (PT) ⁽³²⁾	2. Ideli Salvatti (PT) ⁽³³⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽³²⁾	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,30)
VAGO ^(32,41)	4. José Nery (PSOL) ⁽³⁴⁾
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁵⁾	5. VAGO ⁽³⁸⁾
Marina Silva (PT) ⁽³⁷⁾	6. VAGO ⁽³⁸⁾
Expedito Júnior (PR) ⁽³⁶⁾	7. VAGO ⁽³⁸⁾
VAGO	8. VAGO
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. VAGO ^(15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ^(4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁴⁰⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽⁴⁵⁾	2. Kátia Abreu (DEM) ^(11,51)
Rosalba Ciarlini (DEM) ^(6,19,44)	3. Jayme Campos (DEM) ⁽⁵⁰⁾
Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁸⁾	4. Efraim Morais (DEM) ⁽⁵²⁾
José Agripino (DEM) ^(13,46)	5. Eliseu Resende (DEM) ^(14,18,47)
Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁹⁾	6. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(2,43)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁵⁾	7. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²⁸⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁴⁾	8. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²⁶⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽²²⁾	9. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽²³⁾	10. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²⁷⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ^(7,49)	1. João Vicente Claudino ⁽⁴⁹⁾
Romeu Tuma ⁽⁴⁹⁾	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁹⁾
PDT	
Cristovam Buarque ⁽²⁰⁾	1. Jefferson Praia ^(10,21)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
24. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
28. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
29. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
30. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
34. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
36. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

38. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).
39. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
40. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
41. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
47. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgíneo de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (20)	1. Fátima Cleide (PT) (23)
Marina Silva (PT) (7,20)	2. César Borges (PR) (25)
João Pedro (PT) (21)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (26)
João Ribeiro (PR) (24)	4. Delcídio Amaral (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) (5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (35)	1. Adelmir Santana (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (32)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,28)
Heráclito Fortes (DEM) (34)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,30)
Eliseu Resende (DEM) (29)	4. Jayme Campos (DEM) (9,33)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,18)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (19)
Marisa Serrano (PSDB) (17)	7. Mário Couto (PSDB) (15)
PTB	
Gim Argello (6,27)	1. Sérgio Zambiasi (27)
PDT	
Cristovam Buarque (8,12,37)	1. Jefferson Praia (13,36)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
19. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
20. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
27. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
28. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
33. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
34. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO****RELATOR: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s): 3311-3935****Fax: 3311-1060****E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.**

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽¹⁹⁾	1. João Pedro (PT) ⁽²⁴⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽¹⁹⁾	2. Serys Shessarenko (PT) ⁽²²⁾
Paulo Paim (PT) ⁽¹⁹⁾	3. Marcelo Crivella (PRB) ^(11,21,29)
Magno Malta (PR) ^(2,23)	4. VAGO ⁽²¹⁾
José Nery (PSOL) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽²¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(10,12)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ^(3,30)	1. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³¹⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁵⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽²⁷⁾
Eliseu Resende (DEM) ^(4,32)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁸⁾
Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁸⁾	4. Adelmir Santana (DEM) ^(9,13,26)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽¹⁶⁾	5. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁷⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁶⁾	6. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁸⁾
VAGO ^(1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁶⁾
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque ⁽¹⁵⁾	1. Jefferson Praia ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
18. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
19. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
26. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
29. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
31. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (2,5)
Maioria (PMDB, PP)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (3,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
3. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Eduardo Suplicy (PT) (41)	1. João Ribeiro (PR) (40)
Renato Casagrande (PSB) (42)	2. Marina Silva (PT) (34)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)
João Pedro (PT) (39)	4. Magno Malta (PR) (35)
Augusto Botelho (PT) (33,47)	5. Tião Viana (PT) (17,36,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (45)	1. Adelmir Santana (DEM) (6,44)
Demóstenes Torres (DEM) (50)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,46)
Marco Maciel (DEM) (13,24,49)	3. José Agripino (DEM) (18,22,48)
Heráclito Fortes (DEM) (3,53)	4. Kátia Abreu (DEM) (43)
Arthur Virgílio (PSDB) (30)	5. Alvaro Dias (PSDB) (29)
Eduardo Azeredo (PSDB) (30)	6. João Tenório (PSDB) (12,32)
Flexa Ribeiro (PSDB) (28)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (31)
PTB (7)	
Fernando Collor (8,9,10,11,20,21,23,25,51)	1. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Patrícia Saboya (27,54)	1. Cristovam Buarque (15,26,55)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
23. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
24. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
25. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
26. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
27. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
28. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
31. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
32. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
33. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
35. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
45. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
47. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
49. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
51. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
53. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
54. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
55. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,5)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).
5. Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. n° 188/2008-CRE).
6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Durval (PDT-BA) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Serys Slhessarenko (PT) (20)	1. Marina Silva (PT) (19)
Paulo Paim (PT) (20,30)	2. Delcídio Amaral (PT) (26,30)
Ideli Salvatti (PT) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (21)
Inácio Arruda (PC DO B) (17)	4. Expedito Júnior (PR) (18)
Fátima Cleide (PT) (23)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (25)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) (4,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. VAGO (37)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Paulo Duque (PMDB) (9,11,12)
Gilvam Borges (PMDB) (6,10)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (38)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (34)
Eliseu Resende (DEM) (31)	2. Efraim Moraes (DEM) (32)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (27)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Kátia Abreu (DEM) (8,33)	5. Demóstenes Torres (DEM) (2,29)
Alvaro Dias (PSDB) (41)	6. Cícero Lucena (PSDB) (16)
Arthur Virgílio (PSDB) (42)	7. João Tenório (PSDB) (15)
Flexa Ribeiro (PSDB) (16)	8. Mário Couto (PSDB) (16)
Marconi Perillo (PSDB) (40)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (14)
PTB (5)	
Fernando Collor (28)	1. Gim Argello (28)
PDT	
João Durval (13)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
11. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
12. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
13. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
15. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
17. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
18. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
20. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
29. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
30. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
31. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
33. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
38. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
César Borges (PR) ⁽²³⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ^(7,26)
Serys Shessarenko (PT) ^(2,27)	2. VAGO ⁽²⁵⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁴⁾	3. VAGO ⁽²⁵⁾
José Nery (PSOL) ⁽²⁸⁾	4. VAGO ⁽²⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽²⁹⁾	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(4,11)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ⁽³²⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽³¹⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽³⁶⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽³³⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁵⁾	3. Demóstenes Torres (DEM) ^(9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁰⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ^(6,14,38)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁹⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁷⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽²⁰⁾	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(10,13,18)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²²⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²¹⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello ⁽³⁷⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁷⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,16,40)	1. João Durval ^(15,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
18. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
19. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
25. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
28. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
31. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
33. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽²³⁾	1. Paulo Paim (PT) ⁽²³⁾
João Pedro (PT) ⁽²¹⁾	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,18)
VAGO ^(20,25)	3. Expedito Júnior (PR) ⁽²²⁾
Magno Malta (PR) ⁽¹⁹⁾	4. VAGO ⁽¹⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) ^(2,11)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽³¹⁾	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,24)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁰⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁶⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁹⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,32)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,27)	4. José Agripino (DEM) ⁽³³⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁴⁾	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁶⁾	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁵⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹²⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,28)	1. Gim Argello ⁽²⁸⁾
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno da titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 à GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Maltaé designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
22. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
24. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
26. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
29. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (18)	2. Flávio Arns (PT) (19)
Magno Malta (PR) (17)	3. VAGO (21)
VAGO (21)	4. VAGO (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (6,9)	3. Gim Argello (PTB) (7,8)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (32)	1. Gilberto Goellner (DEM) (23)
Demóstenes Torres (DEM) (2,28)	2. Eliseu Resende (DEM) (22)
José Agripino (DEM) (5,11,27)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (25)	4. Kátia Abreu (DEM) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (15,24)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15,24)	6. Marisa Serrano (PSDB) (14)
Papaléo Paes (PSDB) (13)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (10,15)
PTB (4)	
Sérgio Zambiasi (29)	1. Fernando Collor (29)
PDT	
Patrícia Saboya (12,30)	1. Cristovam Buarque (31)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
7. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
8. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

10. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
11. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
18. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
23. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
25. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
30. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
31. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
32. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s): 3311-1120****Fax: 3311-2025****E-mail: scomcct@senado.gov.br**

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Mão Santa não mais pertencer à Comissão.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁵⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹²⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹⁰⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹³⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 18/02/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
5. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
10. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
12. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.
14. Em virtude de renúncia ao mandato do Senador José Maranhão em 18.02.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

VAGO

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

VAGO

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR)

PR

Expedito Júnior (RO)

PDT

Patrícia Saboya (CE)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 12/02/2009

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Edmar Moreira (DEM-MG)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquzezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado Waldir Neves (PSDB-MS)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 05.02.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. (VAGO) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 20.02.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Tendo em vista que o Deputado Valdir Colatto assumiu a vaga de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> WALDIR NEVES PSDB-MS	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.02.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Ambiental

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre a legislação que aborda a questão ambiental.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 162 PÁGINAS